



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE JANEIRO DE 2000

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
José de Almeida Cesário  
António João Rodeia Machado  
António José Carlos Pinho

### SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos

**Antes da ordem do dia** — Deu-se conta da apresentação da proposta de lei n<sup>o</sup> 9/VIII, dos projectos de lei n<sup>o</sup> 58 e 59/VIII, do projecto de resolução n<sup>o</sup> 18/VIII, de requerimentos e de respostas a requerimentos

Em declaração política, o Sr Deputado Francisco Louçã (BE) chamou a atenção para alguns casos que considerou serem sintomas de colapso do nosso sistema jurídico e institucional

Também em declaração política, a Sr<sup>a</sup> Deputada Odete Santos (PCP), a propósito da marcha mundial de mulheres contra a pobreza e a violência, que terá lugar no dia 17 de Outubro, Dia Internacional da Luta contra a Pobreza, condenou as desigualdades de que são vítimas as mulheres, tendo evidenciado os principais problemas com que se debatem as mulheres portuguesas

Procedeu-se ao debate de urgência, requerido pelo PSD, sobre a eventual construção de um novo aeroporto, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr Ministro do Equipamento Social (Jorge Coelho), os Srs Deputados Castro de Almeida (PSD), José Junqueiro (PS), Basílio Horta (CDS-PP), Joaquim Matias (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), Luís Fazenda (BE), Heloisa Apolónia (Os Verdes), António Capucho (PSD), João Cravinho (PS) e Azevedo Soares (PSD)

Após discussão conjunta, foram rejeitados os votos n<sup>o</sup> 37/VIII — De protesto pela inclusão da Turquia na lista de candidatos à União Europeia (CDS-PP) e 38/VIII — De protesto pela atribuição à Turquia do estatuto de candidato à adesão à União Europeia

(BE). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Paulo Portas (CDS-PP), Luís Fazenda (BE), Paulo Pisco (PS), Francisco Louçã (BE), Lino de Carvalho (PCP), Maria Eduarda Azevedo (PSD) e Isabel Castro (Os Verdes)

Foi ainda discutido e aprovado o voto n<sup>o</sup> 30/VIII — De protesto pela guerra que o governo russo conduziu contra a Chechénia (BE), tendo intervindo os Srs Deputados Francisco Louçã (BE), João Amaral (PCP), José Correia (PSD), Isabel Castro (Os Verdes) e Basílio Horta (CDS-PP)

Ao abrigo do artigo 83º, n<sup>o</sup> 2, do Regimento, o Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública (Alberto Martins) deu conta de uma resolução do Conselho de Ministros que cria uma missão para a reforma da organização territorial do Estado. Em seguida, usaram da palavra os Srs Deputados João Amaral (PCP), António Capucho (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Francisco de Assis (PS) e Isabel Castro (Os Verdes)

**Ordem do dia** — O projecto de lei n<sup>o</sup> 23/VIII — Relocalização distrital dos serviços desconcentrados da administração central (PSD) foi discutido na generalidade, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs Deputados João Moura de Sá (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Castro de Almeida (PSD), Helena Ribeiro (PS), Paulo Portas (CDS-PP), Honório Nova (PCP), Casimiro Ramos (PS), Luís Marques Mendes (PSD) e Francisco de Assis (PS)

Finalmente, foi debatido o projecto de resolução n<sup>o</sup> 12/VIII — Sobre o aumento de formandos na área da saúde (PCP). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Natália Filipe (PCP), Carlos Martins (PSD), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Carlos Zorrinho (PS), Francisco Louçã (BE) e Isabel Castro (Os Verdes)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 10 minutos

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 15 horas e 25 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS):**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Carlos Manuel Luís  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Cláudio Ramos Monteiro  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco José Pinto Camilo  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro

José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
 José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luis Pedro de Carvalho Martins  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Cariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Luísa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Victor Brito de Moura  
 Vitor Manuel Alves Peixoto  
 Vitor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

- Partido Social Democrata (PSD):**
- Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António d'Orey Capucho  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Artur Ryder Torres Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luis Campos Vieira de Castro  
 José Luis Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luis Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes
- Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azereedo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Sérgio André da Costa Vieira
- Partido Comunista Português (PCP):**
- António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas
- Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):**
- António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Augusto Meleiro Rodrigues  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
- Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):**
- Heloísa Augustia Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro
- Bloco de Esquerda (BE):**
- Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

## ANTES DA ORDEM DO DIA

**O Sr Presidente:** — Srs. Deputados. o Sr Secretário vai proceder à leitura do expediente

**O Sr Secretário (Artur Penedos)** — Sr Presidente. Srs Deputados Deram entrada na Mesa, e foram aceites, as seguintes iniciativas legislativas proposta de lei n.º 9/ VIII — Alteração às Leis n.º 97/88, de 17 de Agosto, e 56/98, de 18 de Agosto, que aprovaram o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, que baixou à 1.ª Comissão, projectos de lei n.º 58/VIII — Reforça as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência (PCP), que baixou às 1.ª e 3.ª Comissões, e 59/ VIII — Lei de protecção dos animais (PSD), que baixou às 1.ª e 12.ª Comissões, e projecto de resolução n.º 18/ VIII — Apoio à comunidade portuguesa na Venezuela (PSD)

Foram apresentados na Mesa vários requerimentos Na reunião plenária de 2 de Dezembro de 1999 ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs Deputados Luís Miguel Teixeira e Vítor Peixoto, aos Ministérios das Finanças e da Economia, formulados pelos Srs Deputados Jovita Ladeira e Guilherme Silva, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Fernando Costa, ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr Deputado António Nazaré Pereira, ao Ministério da Saúde, formulados pela Sr.ª Deputada Natália Filipe, ao Ministério do Planeamento, formulado pelo Sr Deputado Octávio Teixeira, ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr Deputado Vicente Merendas e ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr Deputado Luís Fazenda

Na reunião plenária de 3 de Dezembro de 1999 ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr Deputado José Eduardo Martins, ao Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, formulado pelo Sr Deputado José Sousa e Silva, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado Mota Amaral, a diversos Ministérios, formulado pelo Sr Deputado Agostinho Lopes, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Bernardino Soares, Honório Novo e Natália Filipe e ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia

No dia 6 de Dezembro de 1999 à Secretaria de Estado do Ensino Superior, formulado pelo Sr Deputado Ricardo Castanheira, ao Ministério do Equipamento Social e à Câmara Municipal de Cascais, formulados pelo Sr. Deputado Pedro Mota Soares; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia e ao Ministério da Cultura e à Câmara Municipal de Portimão, formulados pelo Sr Deputado Francisco Louçã

Na reunião plenária de 9 de Dezembro de 1999 ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Jorge Lacão, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr Deputado João Pedro Correia, a diversos Ministérios e ao Governo, formulados pelo Sr Deputado José Junqueiro, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado Mota Torres, aos Ministérios do Planeamento, da Administração Interna e da Justiça, formulado pelo Sr Deputado Nuno Freitas, aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e

da Cultura, formulados pelo Sr Deputado António Filipe, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Joaquim Matias, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, a diversos Ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.ª Deputada Natália Filipe, aos Ministérios da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros, formulados pelo Sr Deputado Rodeia Machado, aos Ministérios da Defesa Nacional e da Economia, formulados pelo Sr Deputado Vicente Merendas, ao Ministério do Equipamento Social e à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, formulados pelos Srs Deputados Paulo Portas e Anacoreta Correia e a diversos Ministérios e ao Governo Regional dos Açores, formulados pelo Sr Deputado Francisco Louçã

No dia 10 de Dezembro de 1999 ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr Deputado José Junqueiro e ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã

Na reunião plenária de 14 de Dezembro de 1999 aos Ministérios da Economia e das Finanças, formulado pelo Sr Deputado Victor Moura, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr Deputado Arménio Santos; ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado João Maçãs, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado Mota Amaral, ao Ministério do Planeamento, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã e ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr Deputado Vicente Merendas

No dia 15 de Dezembro de 1999 ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr Deputado Alexandre Chaves, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Manuel Ribeiro, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Ana Manso e Pedro Mota Soares, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr Deputado Basílio Horta e ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr Deputado Luís Fazenda

Na reunião plenária de 16 de Dezembro 1999 ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs. Deputados José Barros Moura e Manuel Oliveira, ao Ministério do Planeamento, formulado pelo Sr. Deputado António Nazaré Pereira, aos Ministérios da Economia e do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulados pelo Sr. Deputado João Maçãs, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr. Deputado Francisco Baptista Tavares; ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados José Cesário e Natália Filipe, aos Ministérios da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, formulado pela Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Manuel Ricardo de Almeida, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr. Deputado António Filipe, à Secretaria de Estado do Desporto, formulado pelo Sr. Deputado Bernardino Soares e aos Ministérios da Administração Interna e da Defesa Nacional e ao Instituto Português do Sangue, formulados pelo Sr. Deputado Francisco Louçã

Na reunião plenária de 17 de Dezembro de 1999 ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pela Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Mota Amaral, à Secretaria de Estado dos

Assuntos Europeus, formulado pelo Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, à Secretaria de Estado das Pescas e ao Ministério da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo e aos Ministérios do Equipamento Social e da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Luís Fazenda

No dia 21 de Dezembro de 1999, ao Ministério do Equipamento Social e ao Instituto das Estradas de Portugal, formulados pelos Srs. Deputados João Rebelo e José Meleiro Rodrigues; a diversos Ministérios e à Câmara Municipal de Vila Verde, formulados pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Basílio Horta, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Pedro Mota Soares e Paulo Portas e a diversos Ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Maria Celeste Cardona

Na reunião plenária de 22 de Dezembro de 1999: ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Medeiros Ferreira e Mota Amaral, ao Comandante-Geral da PSP, formulado pelo Sr. Deputado José Reis, ao Ministério da Ciência e da Tecnologia e à Missão para a Sociedade de Informação, formulado pelo Sr. Deputado Nuno Freitas, aos Ministérios da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, formulados pelo Sr. Deputado José Cesário, ao Ministro da Presidência e à Secretaria de Estado das Obras Públicas, formulado pela Sr.ª Deputada Ana Narciso, a diversos Ministérios e às Secretarias de Estado das Comunidades Portuguesas e da Comunicação Social, formulados pela Sr.ª Deputada Manuela Aguiar; ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs. Deputados Rui Gomes Silva e Nuno Teixeira de Melo, a diversos Ministérios e ao IAPMEI, formulados pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, a diversos Ministérios e à Presidência do Conselho de Ministros, formulados pelo Sr. Deputado António Filipe, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr. Deputado Honório Novo, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr. Deputado Joaquim Matias, ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.ª Deputada Natália Filipe, aos Ministérios da Economia e da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Vicente Merendas e ao Ministério da Educação, formulados pelo Sr. Deputado Luís Fazenda

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados, no dia 16 de Dezembro de 1999 Manuela Aguiar, na sessão de 3 de Novembro e Francisco Louçã, na sessão de 17 de Novembro.

No dia 22 de Dezembro de 1999 Odete Santos, na sessão de 10 de Novembro, Bernardino Soares e Luís Fazenda, na sessão de 17 de Novembro, António Filipe e Lino de Carvalho, na sessão de 18 de Novembro e Natália Filipe, na sessão de 24 de Novembro.

No dia 28 de Dezembro de 1999 Jorge Roque Cunha, no dia 27 de Julho, Manuela Aguiar, na sessão de 3 de Novembro, Casimiro Ramos e Lino de Carvalho, na sessão de 17 de Novembro e Paulo Portas, na sessão de 9 de Dezembro.

No dia 29 de Dezembro de 1999, Luísa Mesquita, no dia 26 de Outubro, Carlos Encarnação, na sessão de 10 de Novembro, Casimiro Ramos e José Cesário, na sessão de 17 de Novembro, Agostinho Lopes, na sessão de 18 de Novembro, Honório Novo, na sessão de 24 de Novembro e João Rebelo, na sessão de 26 de Novembro.

Em termos de expediente, é tudo, Sr. Presidente

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se, para declarações políticas, os Srs. Deputados Francisco Louçã e Odete Santos

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã. dispondo de 10 minutos, como sabe

**O Sr. Francisco Louçã (BE)** — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados A sessão de ontem do nosso Parlamento foi dedicada a uma questão fundamental para o País o programa da presidência portuguesa da União Europeia. Em sessões anteriores, o Parlamento discutiu já questões importantes, como o Programa do Governo, o orçamento suplementar para 1999, a reforma fiscal e o sigilo bancário, formas de organização administrativa e alguns outros temas. O Parlamento tomou também posições sobre temas decisivos da agenda política

No entanto, e digo-o sem qualquer intenção acusatória ou particularista, e muito menos sem presunções de inocência ou de culpabilidade, muitas e muitas das Deputadas e dos Deputados sentimos, ou sentiremos, que a actividade parlamentar tem sido menos conclusiva e menos interveniente nas grandes questões nacionais do que o que nos exige o nosso mandato. Em particular, o Parlamento, *a posteriori*, tem reagido a graves sintomas de crise ou mesmo a anúncios de colapso de partes do sistema institucional

Ora, esta crise atinge agora níveis sem proporções, com a gravidade de parasitar instituições decisivas para a vida dos cidadãos e para as suas liberdades e garantias. É uma crise da República que quero analisar em três exemplos

O primeiro sintoma grave do colapso institucional é a crise da justiça. A justiça é, em Portugal, um dos domínios institucionais mais profundamente alheios à democratização e à modernização e o preço é pago em demoras, em inaptidões, em incompetências e em injustiças

Esta crise foi anunciada recentemente pela deliberação gravíssima de impor a prescrição do procedimento criminal no caso das duas crianças mortas no Aquaparque do Restelo em Julho de 1993

Dentro de dias, o Parlamento realizará um debate de urgência com o Ministro da Justiça sobre esta questão, debate requerido, em bom tempo, pelo PCP, e aceite, por unanimidade, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares Sublinho aqui a importância deste debate este caso toca o mais fundo da indignidade humana, do desprezo pelo direito das pessoas, do ameaçamento da vida, do abuso e da irresponsabilidade protegida e partilhada. A morte de duas crianças, irreparável como é, é agravada pelo insulto da inutilidade da justiça. Mas os responsáveis, neste caso, têm nome.

O Ministério Público, que tinha como obrigação investigar o caso e proceder em oito meses, demorou 16 meses a formular a acusação. O Tribunal de Instrução Criminal demorou três anos e meio a discutir se a acusação se estendia a dois ou aos três sócios do Aquaparque e, mesmo, se tinha havido uma ou duas mortes

Com tudo isto, já tinham passado 4 anos e 10 meses. Depois disso, a notificação dos arguidos começou em 30 de Dezembro de 1998, mas o terceiro arguido só foi notificado sete meses depois, embora todos vivam em

Lisboa Por outras palavras, quando foi feita a última notificação, tinham passado mais de cinco anos e um acórdão do Tribunal da Relação considerou que o caso já estava prescrito ainda antes de começar o julgamento

Os responsáveis têm, portanto, nome O primeiro é o Ministério Público, cujo incumprimento dos prazos não tem qualquer consequência, nem em termos de suspensão dos prazos, nem em termos da organização dos serviços, nem na penalização pelo desrespeito do mandato público

O segundo responsável é, naturalmente, a negligência dos tribunais. três anos e meio para discutir se todos os sócios são constituídos como arguidos e mais sete meses para os notificar

Mas, em terceiro lugar, está a responsabilidade de quem dirige o sistema judiciário, que permite a negligência, a incompetência e o abuso e até uma situação absurda de falta de doutrina, que permite que o acórdão da Relação seja contraditório com o Assento n.º 1/98 do próprio Supremo Tribunal de Justiça e que hoje não se saiba, portanto, de fonte certa, como é que são contados os prazos do processo judiciário em Portugal

Considerando esta grave crise, e para preparar as melhores condições para este debate de urgência, o Bloco de Esquerda tomou hoje a iniciativa de propor que, no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sejam ouvidos o Presidente do Conselho Superior da Magistratura e o Procurador-Geral da República. Ao menos por uma vez, o Parlamento poderá convidar o presidente do Conselho Superior da Magistratura a apresentar os seus pontos de vista numa comissão parlamentar A ocasião justifica e exige a exceção, e o respeito pela separação de poderes não pode questionar a importância de uma discussão sobre este caso, em que a administração da justiça fracassou clamorosamente Os tribunais e a justiça precisam que se faça justiça, e estou certo de que esse é o caminho que o Parlamento saberá seguir

O segundo caso de grave crise institucional é, infelizmente, tão banal como o primeiro Estamos talvez demasiado habituados a menosprezar os casos e as atitudes de corrupção activa e passiva, os favorecimentos, os conúbios, o nepotismo, o amigismo, o uso da coisa pública como coisa privada, como se a dificuldade da prova justificasse o silêncio Ora, é a partir do Estado e do rigor da Administração Pública que esta atitude deve ser transformada

Quero chamar a vossa atenção, e propor, em consequência, a correção do erro, para uma deliberação do Conselho de Ministros que promove a falta de transparéncia Há poucos dias, o Governo decidiu isentar do visto prévio do Tribunal de Contas o processo da escolha dos projectos dos estádios a construir ou a reabilitar no âmbito do Euro 2004

O pretexto é o de que, como os clubes contrataram, por sua livre iniciativa, equipas de projectistas para apresentarem estudos prévios, a elaboração, sob a égide das câmaras municipais, dos estudos finais poderia pôr em questão os direitos de autor dos arquitectos inicialmente contratados para estes estudos prévios É uma justificação extraordinária, que quer simplesmente indicar que, não havendo concurso nem intervenção do Tribunal de Contas,

devem, simples e necessariamente, ser contratados os mesmos arquitectos que já tinham sido escolhidos pelos clubes

Não questionarei o facto de podermos vir a ter quatro ou cinco estádios encimados ou decorados como as torres das Amoreiras, embora isso me preocupe, mas questiono que o Arquitecto Taveira e os arquitectos do costume possam vir a monopolizar boa parte destes projectos. Condenamos a falta de concurso público e denunciamos o facilitismo que leva ao argumento de que o concurso faz perigar os direitos de autor Lamentamos que o Euro 2004 comece logo com um abuso serial, quando ainda está no tinteiro.

O terceiro caso, e último, para que quero chamar a vossa atenção terá tido menos luzes mediáticas, mas não é menos importante Há dois dias atrás, um grupo de professores universitários do Porto apresentou, em conferência de imprensa, um estudo de impacte ambiental para o aterro sanitário previsto para a mais pequena freguesia de Lamego Bigorne Este estudo denuncia a intenção da Câmara Municipal de Lamego e da Associação de Municípios de Vale do Douro Sul, dirigida por autarcas do PSD e do PS, que, contra decisões dos tribunais e no exercício mais arbitrário do seu poder, procuram impor a uma pequena povoação a destruição da sua pastorícia e da sua agricultura.

Mas o mais importante foi, porventura, a intervenção do presidente da Junta de Freguesia de Bigorne, eleito pelo PSD, homem sério, que respeita o mandato da sua população, que denunciou uma tentativa de suborno, por 90 000 contos em obras para a freguesia e 2000 contos para ele próprio, por parte da empresa concessionária do aterro, alegadamente — o que ainda é mais grave — com mandato da associação de municípios Raros são os casos em que temos um nome e números para a corrupção: aqui, temos um.

Existe, portanto, uma crise de algumas das instituições fundamentais da República e o diagnóstico não é de menos

Sr.º e Srs. Deputados, muito se discutirão neste Plenário as vantagens da aproximação do eleitor ao eleito, as virtudes do controlo da representação, a necessidade de transparéncia na política Mas todas e todos sabemos que o povo, a que prestamos contas, conhece, como nós, estas manchas e esta crise da justiça, esta falta de concursos públicos, esta prática de favorecimento entre amigos e estas ligações das autoridades municipais a interesses económicos

Se o nosso Parlamento não for capaz de tomar medidas nestes terrenos, então não há reforma da política que valha a pena porque, pura e simplesmente, a política ter-se-á suicidado

**Vozes do BE:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Também para uma declaração política, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos

**A Sr.ª Odete Santos (PCP)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados O ano 2000 será assinalado pela mobilização das mulheres do mundo inteiro que, desde Outubro de 1998, preparam a marcha mundial das mulheres contra a pobreza e a violência

No dia 17 de Outubro, Dia Internacional da Luta contra a Pobreza, as mulheres vão concentrar-se junto às Nações Unidas para fazerem ouvir mais alto a sua luta, que é a luta pelos direitos humanos

Em que mundo vivemos? Interrogam-se as mulheres

Com efeito, o século que conheceu importantes movimentos femininos com vista à conquista da igualdade e da liberdade, que foi palco de importantes conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas, terminará com a marca gritante das desigualdades que submetem os povos e onde têm um especial sublinhado as desigualdades de que são vítimas as mulheres

A última conferência sobre a situação mundial das mulheres, a Conferência de Beijing de 1995, aprovou uma plataforma de acção na qual, entre outras medidas, os Estados se comprometeram a reduzir as despesas militares excessivas e a promover políticas de desarmamento, a promover os direitos e a independência económica das mulheres, nomeadamente o acesso ao emprego, condições de trabalho apropriadas e acesso aos recursos económicos, a eliminar a discriminação profissional e todas as formas de discriminação no emprego, a garantir a não discriminação e a igualdade perante a lei e na prática, a rever, adoptar e aplicar políticas macroeconómicas e estratégias de desenvolvimento, respondendo às necessidades das mulheres vivendo na pobreza

E afirmaram ainda os Estados, na plataforma de acção, que os direitos fundamentais das mulheres compreendem o direito de serem donas da sua sexualidade, aí se compreendendo a saúde sexual e reprodutiva, sem nenhuma coacção, discriminação ou violência, e compreendem ainda tais direitos fundamentais o direito de tomarem decisões, naquele domínio, livremente e de forma responsável

Os Estados do mundo inteiro comprometeram-se ainda a tomar medidas coordenadas para prevenir e eliminar a violência sobre as mulheres, a estudar as causas e consequências dessa violência e a eficácia das medidas de prevenção, a eliminar o tráfico de mulheres e a apoiar as mulheres vítimas desse tráfico e dessa prostituição

As Nações Unidas vão fazer, no mês de Junho do corrente ano, o balanço dos primeiros cinco anos de vigência da plataforma de acção. Mas é já bem evidente que a concretizarão das resoluções se cifra por uma percentagem diminuta, a qual, muitas vezes, até pode ter tradução na lei, mas não tem, na maioria dos casos, tradução prática

Isto é, os direitos das mulheres, que são direitos humanos, conforme salientou a Conferência de Viena de 1993, estão, em grande medida, por realizar, apesar dos progressos que se devem à luta das mulheres, como está por realizar amplamente o direito dos povos à liberdade. Não pode separar-se esta questão das causas estruturais da pobreza, na medida em que é aí que nascem as desigualdades e as discriminações e, com a ajuda de um sistema neopatriarcal, o alargamento a todo o género feminino das discriminações

Mas estas desigualdades não têm, de facto, qualquer fundação genética e a pobreza também não é uma questão genética, nem é uma fatalidade

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

**A Oradora:** — A pobreza, tal como se diz no documento de proclamação da marcha mundial, é um fenómeno construído económico, cultural e socialmente

A pobreza deve-se ao sistema económico que domina o mundo e que tem por aliado um neopatriarcado, que promove a cultura da violência

O neoliberalismo, produto reciclado do velho capitalismo, por força da mundialização dos mercados, trouxe, de facto, o triunfo das desigualdades, da pobreza, da feminização da pobreza, o triunfo da violência sobre as mulheres que atinge mesmo formas extremas de uma velha escravatura — a prostituição e o tráfico de mulheres, vendidas nos mercados transnacionais, dominados pelo crime organizado

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

**A Oradora:** — Em que mundo vivemos? Pergunta-se no documento da proclamação da marcha. É um mundo que conheceu conquistas assinaláveis, mas que vê chegar o fim do milénio com uma população em que dois terços — e isto é um escândalo! —, ou seja, quatro biliões, de que a maioria são mulheres e crianças, vivem abaixo do limiar da pobreza relativa, e em que 1,3 biliões, de que 70% são mulheres, vivem abaixo do limiar da pobreza absoluta!

E a pobreza, como se diz no Relatório de 1998 sobre o Desenvolvimento Humano do Fundo das Nações Unidas para a População e Desenvolvimento, significa mais do que a falta do que é necessário para o bem-estar material: ela é a negação das oportunidades e da possibilidade das opções mais essenciais ao desenvolvimento humano — a longevidade, a saúde, a criatividade — mas também das condições de vida decentes — dignidade, auto-estima, respeito pelos outros e acesso a tudo o que dá valor à vida

A pobreza é verdadeiramente a privação da cidadania e dessa privação sofrem de uma maneira especial as mulheres, que representam metade da população mundial e fornecem dois terços das horas de trabalho, mas não ganham mais do que um décimo do rendimento mundial e não possuem mais do que um centésimo da fortuna mundial

Por isso, a partir do próximo dia 8 de Março, em várias acções, que culminarão na jornada final em 17 de Outubro, as mulheres do mundo inteiro vão reclamar um sistema económico mundial justo, participativo e solidário. Vão reclamar uma repartição justa e equitativa das riquezas do planeta e a mundialização da solidariedade. É um combate decidido à pobreza que torna os pobres, e de uma forma particular as mulheres, mais especialmente vulneráveis às discriminações e à violência

Vão reclamar medidas decididas no combate à violência, que continua a abater-se sobre todas as mulheres, nas formas mais invisíveis, por via da persistência de uma cultura neopatriarcal que continua a encarar o sexo feminino como um sexo inferior, vocacionado, naturalmente, para o sofrimento de toda a sorte de humilhações

Vão reclamar um combate decidido ao crime organizado e, de uma forma especial, ao crime que envolve a pior das escravaturas a prostituição e o tráfico de mulheres, para que nunca mais possa ler-se, como se lê

num estudo da OIT, que, dados os rendimentos produzidos com aquelas actividades, se deveria lançar uma taxa sobre esses rendimentos, o que equivaleria a legalizar a actividade de proxenetas, a actividade criminosa que vive da violência mais brutal sobre o sexo feminino

Sr Presidente, Srs Deputados O relatório que Portugal certamente apresentará até à próxima Assembleia-Geral das Nações Unidas, a realizar em Junho, para fazer a avaliação da concretização nos primeiros cinco anos das medidas constantes da plataforma de acção de Beijing, não poderá deixar de reflectir alguns dos problemas com que se debatem as mulheres portuguesas

É certo que a nossa legislação se situa, seguramente, entre as mais avançadas no que toca aos direitos das mulheres Conhece nos últimos tempos, e em sede legislativa, um interesse especial pelas questões da violência, após a aprovação, em 1991, de um projecto de lei do PCP, que é hoje a Lei n.º 62/91

No entanto, o relatório não poderá deixar de reflectir a vida real das mulheres portuguesas, nomeadamente a que se relaciona com índices que revelam inquietantes taxas de feminização da pobreza e degradação das condições de vida

Não poderá deixar de reflectir a real violência de que são vítimas as mulheres nos locais de trabalho e que se cifra, nomeadamente, na privação de exercício de direitos decorrentes da maternidade

A verdade é que não pode abstrair-se de dados oficiais constantes de estudos do INE, do próprio Ministério do Trabalho e da Solidariedade, relativos ao rendimento mínimo garantido

Aumenta o número de famílias monoparentais femininas Regista-se um decréscimo na frequência da escolaridade obrigatória Torna a registar-se um aumento do índice de envelhecimento, a provar que é preciso mudar a vida

A precariedade de emprego vai aumentando, as mulheres ocupam 70% dos empregos a tempo parcial e aumenta o número de desempregados com o ensino superior

Entre todos os titulares do rendimento mínimo, a maioria, ou seja, 68%, são mulheres

Os nados vivos de mães adolescentes representam cerca de 7% do total, o que revela uma alta taxa de gravidezes adolescentes, pelo que cabe perguntar para quando a execução dos diplomas sobre educação sexual nas escolas?

Mais de metade das mães adolescentes são inactivas e as mães jovens foram as que tiveram maior proporção de gravidezes não assistidas (3,2%)

Para finalizar, acrescentemos o que consta do último relatório das Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano nos países da OCDE, uma mulher com filhos trabalha em média mais 3,3 horas por dia, sendo trabalho não pago

O nosso retrato revela que as mulheres portuguesas são vítimas de discriminações e de desigualdades e que estão bem longe de gozar da plena cidadania e da plena liberdade E liberdade, segundo alguém escreveu, «é o direito de escolher, o direito de criar para si mesmo a escolha alternativa. Sem a possibilidade de escolha e o exercício desse direito, o ser humano não é nada mais do que um instrumento, uma coisa»

**O Sr Presidente:** — Srs Membros do Governo, Srs Deputados, vamos agora passar ao debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre a eventual construção de um novo aeroporto

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Deputado Castro de Almeida

**O Sr Castro de Almeida (PSD)** — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados De tudo o que tem sido dito e escrito acerca do novo aeroporto resulta evidente uma conclusão não existe um mínimo de consenso, uma base de acordo mínima acerca da necessidade de construir um novo aeroporto, pelo contrário, as conclusões dos diversos estudos são contraditórias entre si, variando entre os que garantem que o actual aeroporto não resiste para lá de 2007 e os que sustentam que pode satisfazer as necessidades do tráfego aéreo até depois do ano 2020 com todas as condições de segurança e de conforto dos passageiros

Portanto, o novo aeroporto de Lisboa não é uma inevitabilidade técnica, já que são contraditórias as conclusões de estudos e pareceres

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não espanta, por isso, que sejam também contraditórias as declarações de membros do Governo O Secretário de Estado dos Transportes, o ex-Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e o actual Ministro do Equipamento Social já tiveram, cada qual, a sua versão acerca da capacidade do actual aeroporto da Portela e da data em que ficaria irremediavelmente saturado

Portanto, já não são apenas estudos técnicos que são contraditórios entre si Também as declarações de membros do mesmo Governo vão sendo alteradas à medida que o tempo passa Afinal, em quem devemos acreditar? Nas primeiras ou nas segundas declarações do Secretário de Estado? Nas declarações do Secretário de Estado ou nas garantias do Ministro? Ou será que devemos, antes, dar crédito ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que sustenta que a capacidade do aeroporto da Portela pode subir até aos 20 milhões de passageiros, ou seja, até para lá do ano 2020? E por que não acreditar, antes, na garantia do Presidente da Associação Empresarial de Portugal de que o Aeroporto de Lisboa ainda serve para 30 anos?

E que dizer da conclusão apresentada pela British Airport Authority de que a capacidade do actual aeroporto pode crescer até ao ano de 2020? Ou ainda do parecer no mesmo sentido da empresa que gere o aeroporto de Manchester?

Em que números devemos acreditar? Quem tem afinal razão? Porque têm convicções tão diferentes pessoas e entidades, todas elas responsáveis, que se presume estarem todas elas de boa-fé e que é suposto não emitirem opiniões e juízos irreflectidos?

A conclusão só pode ser uma os pareceres técnicos existentes, de tão contraditórios que são entre si, não garantem o mínimo de consistência e de fiabilidade capazes de suportar uma decisão de investimento de

centenas de milhões de contos No caso concreto, trata-se do mais vultuoso investimento até hoje decidido em Portugal.

Mas não somos apenas nós a dizer-lo, não são apenas os partidos da oposição que não estão convencidos da necessidade do novo aeroporto. Também dentro do Governo são conhecidas as divisões O Ministro Fernando Gomes ou o Secretário de Estado Narciso Miranda produziram abundantes declarações contra a decisão de se construir um novo aeroporto

Se, numa próxima mudança de cadeiras dentro do Governo, o Ministério do Equipamento Social vier a ser atribuído ao Dr Fernando Gomes, é certo e sabido que não haverá novo aeroporto. O mesmo sucederá se o Secretário de Estado Narciso Miranda subir a Ministro. E nem se diga que estas diferenças de opinião resultam apenas de uma guerra Norte/Sul O próprio Presidente da Câmara Municipal de Lisboa é também contra a construção de um novo aeroporto Só por sorte ou por azar é que o Dr. João Soares não é Ministro do Equipamento Social E são a sorte e o azar que determinam se há ou não novo aeroporto

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estas diferenças de opinião seriam até compreensíveis se estivéssemos a tratar de um assunto menor Mas estamos a falar, repito, do maior investimento até hoje decidido em Portugal.

Além do Ministro e do Secretário de Estado referidos, é possível citar ainda a posição do actual Presidente da Câmara do Porto ou de alguns Deputados socialistas que tiveram a coragem de levantar a sua voz.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD).** — Poucos!

**O Orador:** — E o que pensam os meios económicos acerca desta decisão do Governo? O que pensam sobre este assunto os sectores especialmente interessados no transporte aéreo? As respostas são muito esclarecedoras O Presidente da Associação Empresarial de Portugal está ferozmente contra Dir-se-á que traduz apenas a defesa de interesses regionais do Norte Mas, então, como se justifica que o Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa esteja igualmente contra? E não é estranho que esteja também contra o Presidente da Confederação do Comércio? Está ainda contra o Presidente da maior companhia de aviação regular portuguesa não nomeado pelo Governo e ainda o Presidente da Associação Portuguesa dos Operadores de Trabalho e Transporte Aéreo não Regular

E o que pensam os meios universitários sobre este assunto? Não resisto a citar o Prof José Manuel Viegas, professor de Sistemas de Transportes do Instituto Superior Técnico e um dos mais conceituados especialistas do sector, que diz o seguinte «Os trabalhos conhecidos estavam cheios de erros e foram feitos de forma enviesada para concluirem que não havia nenhuma possibilidade de crescimento de passageiros para a Portela» Quem fala com esta frontalidade e clareza tem

de estar muito seguro do que afirma! Além disso, é um universitário respeitado no sector, um dos nossos melhores especialistas em transportes

Como é possível não ficar preocupado com estas afirmações? Como pôde o Governo ficar indiferente? Não seria razoável, sensato, ouvir com atenção um especialista que fala desta forma desassombrada? O Governo achou que não era necessário, porque o Ministro Jorge Coelho tem pressa Tem pressa de mostrar que é capaz de realizar, de fazer obra, e por isso não pode perder tempo a estudar ou a projectar

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O anterior Ministro, esse, planeava, estudava, projectava, mas não fazia obra O actual Ministro quer desesperadamente mostrar obra, mesmo sem estudos conclusivos ou planeamento adequado

*Aplausos do PSD*

Podem até parecer complementares estes dois Ministros, como se correspondessem, um e outro, a fases distintas da governação socialista Mas não o drama é que o novo aeroporto, como também o TGV ou a terceira travessia do Tejo não foram objecto dos necessários estudos, nem pelo anterior nem pelo actual Ministro O Ministro João Cravinho estudou para um lado e o Ministro Jorge Coelho promete fazer obra para outro lado, pelo que nunca se encontrarão

Chegados a este ponto, Sr Presidente e Srs Deputados, é caso para perguntar quem está, afinal, a favor do novo aeroporto?

Os partidos da oposição não estão convencidos ou estão contra, dentro do Governo há também quem esteja contra, os presidentes socialistas dos dois maiores concelhos do País também estão contra, os máximos representantes dos sectores económicos (comércio, indústria, turismo) estão igualmente contra, as companhias de aviação estão contra, os agentes de viagem estão contra, as companhias de *rent-a-car* estão contra, os universitários portugueses estão contra! Quem, afinal, está a favor?

*Protestos do PS*

Nestas condições, o Governo deveria ter a coragem de não avançar Pelo menos, de não avançar já, não avançar sem que se forme um mínimo de acordo entre os técnicos do sector Mas, para isso, é necessário que o Governo torne públicas as dezenas de estudos e relatórios que diz possuir É que o País tem de os conhecer

O País tem o direito de conhecer as razões por que o Ministro se deixou convencer por uma certa opinião e não pela opinião contrária E o Parlamento tem o dever de lhe perguntar «Quais foram os relatórios que verdadeiramente o convenceram, Sr Ministro?» O Ministro responderá que foram os da ANA, que é a empresa que responde perante o Ministro da tutela. Mas, vem de novo a pergunta «E que argumentos lhe apresentaram para valorizar os

relatórios que defendem o novo aeroporto e desprezar os estudos e pareceres que defendem a posição contrária?»

Provavelmente, os argumentos que convenceram o Ministro podem convencer também a opinião pública. Por isso, não tenha receio de divulgar tudo. Tem que haver transparência nestas decisões que envolvem centenas de milhões de contos. Acabe com o secretismo, Sr. Ministro!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É que se a vontade do Governo é gastar dinheiro ou fazer obra, não falta onde o fazer. De norte a sul do País há necessidades gritantes e assimetrias de desenvolvimento imensas. Por isso, compete ao Governo convencer os portugueses de que esta obra não só é necessária como também é prioritária no confronto com outros investimentos alternativos, que são necessários por todo o País.

No entanto, não pretendemos que se estude indefinidamente, aliás este não é o nosso estilo, mas não pactuamos com construções assentes sobre areia, por uma questão de responsabilidade, sobretudo quando elas são tão movediças.

*Aplausos do PSD*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

**O Sr. José Junqueiro (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados. Ouvi com gosto a intervenção do Sr. Deputado Castro de Almeida e cheguei à conclusão de que a única preocupação do PSD em matéria de aeroportos, e deste em concreto, já que o Sr. Deputado o referiu repetidamente, é a de que este seja o maior investimento decidido em Portugal e a maior preocupação é a de que o Governo realize uma obra de fundo necessária e fundamental ao desenvolvimento do País.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A sociedade, os partidos políticos e os agentes que nela intervêm estão decididos a mobilizar-se por uma causa fundamental ao desenvolvimento do País, mas o PSD, movido por aquele espírito pequeno e pela pequena inveja que lhe é conhecida, está constantemente a dizer mal e a puxar Portugal para trás quando Portugal precisa de ir para a frente.

*Aplausos do PS*

Mas não foi dito aqui que temos hoje uma estratégia nacional aeroportuária e não foi dito que essa mesma estratégia contempla o Porto, Lisboa, Faro, mas também Bragança ou Beja, os Açores ou a Madeira.

E até queria descansar o Sr. Deputado Mota Amaral, que, apressadamente, fez uma declaração sobre o não investimento nos Açores, para lhe dizer que sobre essa matéria está pouco atento, mas pode estar tranquilo.

Depois, há uma outra coisa fundamental: é que esta aposta estratégica no Porto e em Faro está denunciada pelas preocupações dos próprios espanhóis, que dizem que quem, nestes sectores e nestas áreas, investir primeiro e seriamente ganha com certeza todo o tráfego, todo o movimento e todo o desenvolvimento turístico e regional nesta zona.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso, é que o aeroporto no Porto e os investimentos que ali estão a concretizar-se são motivo de preocupação para os nossos vizinhos espanhóis, são motivo de orgulho para nós e para os portuenses, mas são motivo de pequena inveja para o PSD, que aqui vem, novamente, com um discurso destrutivo.

*Aplausos do PS*

Por outro lado, há outra preocupação no PSD: é que, de facto, as contradições internas, que conhecemos na opinião pública, são as que respeitam à liderança, aos congressos, à Presidência da República, às coisas domésticas, enquanto que as preocupações do Governo são as preocupações do Estado e são estas que nos mobilizam a todos em direcção ao desenvolvimento dos portugueses.

Portanto, são questões rigorosamente diferentes as que tratamos aqui na Assembleia da República, e a verdade é que, hoje, a preocupação do PSD é a de que o Governo, este Ministro e a sua equipa estejam a visitar obras reais, concretas e que estão a acontecer no território.

**O Sr. Carlos Encarnação (PSD):** — Onde é que estão essas obras?

**O Orador:** — que sobre elas se esteja a construir uma estratégia nacional que não permite ao PSD dizer que essas obras não existem ou são virtuais. Aliás, em determinada altura, dizia-se que era mau porque não se fazia e porque só se planeava, agora, nesta altura, diz-se que é mau porque se faz e porque, na vossa opinião, não se tem sentido de responsabilidade.

*Aplausos do PS*

De qualquer forma, o exercício e a concretização destas obras são o melhor elogio para o Deputado João Cravinho, que foi ministro responsável pelo sector. De facto, por esta reacção do PSD, acaba por lhe ser feita a justiça real, que lhe é exigida, de uma obra de fundo e de planeamento que fez para o País.

*Aplausos do PS*

Depois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta é uma questão séria, que não é compaginável nem compatível com este género de intervenção a que, infelizmente, o PSD nos habituou, tentando inculcar no País a ideia de que este é um gasto excessivo.

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD)** — Não é nada disso!

**O Orador:** — querendo, eventualmente, desvirtuar aquilo que é essencial, ou seja, que a preços de 1998 este seria um empreendimento muito próximo dos 300 milhões de contos, candidatado ao III QCA num valor de 335 milhões de contos, calculado a uma taxa de inflação previsível, e não dizendo que, relativamente a estes fundos necessários, há um exemplo paradigmático nesta matéria, porque quer convencer as pessoas de uma coisa que a seguir referirei

De facto, há um exemplo paradigmático, que é o do aeroporto de Atenas, em que para os 350 milhões de contos de obra o orçamento do Estado grego contribuiu com 25 milhões de contos, o Fundo de Coesão com 60 milhões de contos e o financiamento privado com o restante. Agora, é preciso que se diga, claramente, que esta verba não é aplicável nem às escolas, nem às creches, nem às estradas, portanto não se pode deixar de gastar aqui para ir gastar noutro lado. É um programa próprio e objectivo e é fundamental que o País tenha conhecimento deste exemplo concreto e daquilo que se pretende para perceber a diferença que existe entre a responsabilidade do Governo e a irresponsabilidade destas intervenções do PSD

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Relativamente ao aeroporto de Lisboa, a capacidade real, e não a capacidade potencial, é o que está em jogo. E, de acordo com estudos mandados realizar em 1994, no tempo do governo que nós sabemos.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP)** — Que nós sabemos? Pode dizer o nome!

**O Orador:** — e com a tutela do PSD.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — O governo do «cavaquistão»!

**O Orador** — essa capacidade real do aeroporto de Lisboa vinha calculada, nas páginas 1 a 3, em cerca de 14 milhões de passageiros, o que significa que tudo aquilo que aqui foi dito sobre esta matéria não só é um salto em frente no escuro como é um desrespeito ou um desconhecimento sobre os estudos que, naquela altura, o PSD mandou elaborar e sobre as conclusões — que são estas e não outras — que foram obtidas. Aliás, essas conclusões são perfeitamente idênticas às das firmas que o Sr Deputado aqui mencionou e, portanto, são verdadeiras, reais e plenas de actualidade

Aquilo que é importante dizer — e é importante que tenhamos essa consciência — é que investir no aeroporto da Portela, neste contexto, é fundamental, porque o tráfego, até 2008, estará calculado na casa dos 12 a 14 milhões de passageiros e, até 2011, na casa dos 13 a 15 milhões de passageiros — estes números são perfeitamente coincidentes. Ora, isto quer dizer que há crescimentos anuais que se situam entre 3,6 e 5%, o que significa que

este ano houve, até Novembro, 8,1 milhões de passageiros na Portela e que, daqui a oito ou dez anos, estará esgotada a capacidade do aeroporto de acordo com os estudos realizados agora

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD)** — Mas mostrem os estudos!

**O Sr António Capucho (PSD)** — Quais estudos?

**O Orador** — e de acordo com os estudos que o PSD, na altura, mandou realizar. Esta é uma conclusão indefectível e absolutamente inelutável

Por isso, Sr Presidente, Sr Ministro e Srs Deputados, é que este planeamento estratégico, que existe neste sector e que está a ser levado por diante pelo Governo com toda a coerência, preocupa o PSD. É necessário que as decisões sejam assumidas agora, porque planear o aeroporto pode demorar dois ou três anos, mas construir-lo demora seis ou sete, exactamente o tempo previsto para que se esgote a capacidade do aeroporto da Portela

Gostaria também de dizer ao PSD que há uma outra questão importante apostada o PSD que, daqui a quatro anos, o Ministro do Equipamento seja outro.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Não é daqui a quatro anos, é para o ano!

**O Orador** — , seja até o Secretário de Estado Narciso Miranda ou o Ministro Fernando Gomes. É eventualmente correcto que possam fazer-se essas previsões. Se calhar, daqui a quatro anos até pode ser, mas isso significaria, no entanto, não só que as decisões estão assumidas, mas também que VV Ex<sup>a</sup> continuariam a ser oposição

*Aplausos do PS*

Finalmente, para terminar, Sr Ministro, sei que vai ter lugar, no próximo dia 27, a Cimeira Ibérica, onde será discutido um novo, grande e ambicioso equipamento, que é o transporte de grande velocidade — TGV — e que tem uma correlação directa no sistema de transportes nacionais, nomeadamente naquilo que se refere ao acesso ao próprio aeroporto

Nesse sentido, dada a importância deste assunto e as conclusões desta Cimeira, o Partido Socialista solicitará que V Ex<sup>a</sup>, Sr Ministro do Equipamento Social, possa vir a esta Assembleia prestar a todo o País, e até de forma particular e afectiva ao PSD, os esclarecimentos sobre esta matéria e sobre a obra do Governo

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, antes de prosseguirmos o debate, quero informar-vos que se encontram a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 40 alunos da Escola Secundária de Gil Vicente, de Lisboa, um grupo de 40 alunos da Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, do Monte da Caparica, um grupo

de 180 alunos da Escola Secundária Virgílio Ferreira, de Lisboa, e um grupo de 35 alunos da Escola Secundária de Santa Maria Maior, de Viana do Castelo, para os quais peço uma saudação carinhosa

*Aplausos gerais, de pé*

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente, farei, muito brevemente, um pedido de esclarecimento ao Sr Deputado José Junqueiro, agora na sua qualidade de Deputado eleito por Viseu e de colega representando esse magnífico distrito, que é o nosso

Ouvi aqui o Sr Deputado defender, «com unhas e dentes», um novo aeroporto para Lisboa. Mas eu gostaria de o ver defender, com a mesma proximidade e intensidade, os gravíssimos problemas que o nosso distrito interior tem

V Ex.<sup>a</sup> prefere gastar 400 milhões de contos no aeroporto ou acabar o IP3? Ou a dupla via do IP5? Ou a desgraça do norte do distrito? Ou o Hospital de Lamego? Ou tudo aquilo que há a fazer lá?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr Deputado continua a querer pôr tudo em Lisboa, como sempre aconteceu! O Sr Deputado esquece as suas raízes e vem aqui defender uma obra megalómana, quando devia, antes disso, defender aspectos essenciais que são compromissos eleitorais para com o nosso povo

Volto a dizer-lhe o Sr Deputado sabe que há pessoas que vivem mal no interior do nosso distrito, sabe que há pessoas que vivem muito mal, que vivem da agricultura numa zona deserta, sem subsídios,

*Protestos do PS.*

Custa-vos ouvir isto! É realmente muito difícil ouvir isto!

Por isso, Sr Deputado, como o dinheiro não é elástico e não chega para tudo, quais são as suas prioridades acabar com a desgraça do seu distrito em muitos aspectos ou as obras do aeroporto de Lisboa para servir meia dúzia?

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro, concedendo-lhe a Mesa 2 minutos para esse efeito

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Sr Presidente, Sr Deputado Basílio Horta — com quem tenho, aliás, um bom relacionamento —, não quero deixar de lhe dizer que agradeço a intervenção que fez e que reconheço que a sua recém chegada ao distrito de Viseu não lhe permite ainda dominar minimamente aquilo que é a evolução e a realização no distrito

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Relativamente ao aeroporto, gostaria de dizer que o Sr Secretário de Estado dos Transportes deu luz verde para que fossem assumidas todas as condições para as carreiras aéreas, por exemplo, no aeródromo de Viseu, coisa que o Sr Deputado Basílio Horta desconhece, e que, apesar de tudo ter sido feito pelo Governo — luz verde e carta branca —, apenas falta a companhia em causa assegurar essas ligações

Por outro lado, fala o Sr Deputado nas famílias pobres. O senhor sabe quantas são? Responda-me que eu paro quantas é que estão a beneficiar?

*Pausa*

Não sabe! No distrito de Viseu, estão a beneficiar 40 000 pessoas do rendimento mínimo, coisa com a qual o PSD não concordou, tendo votado contra

Relativamente à agricultura, o Governo tem um programa ambicioso, havendo no distrito de Viseu um seguro de colheitas, tem a realidade do Hospital Distrital de Lamego,

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP):** — A cair, a cair!

**O Orador:** — . tem as obras do IP3 em concretização, bem como as de todas as ligações do IP3 e do IP5, etc , etc

Devo dizer-lhe, Sr Deputado, que todas estas obras e todo este desenvolvimento do distrito de Viseu foram conseguidos e alcançados por este Governo. .

*Protestos do PSD*

.. com a ajuda e o empenhamento dos Deputados do PS, mas nenhuma destas obras, Sr Deputado, até hoje, tem a marca do PP e muito menos a marca do Sr Deputado, que nunca lá foi a não ser agora

*Aplausos do PS*

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP):** — Sr Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr Deputado

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Antes de mais, congratulo-me com o facto de o Sr Deputado ter falado em Viseu. De outra maneira não o faria, pelo que tal é já uma grande vantagem

Em segundo lugar, o Sr Deputado, à míngua de argumentos, continua a dizer que eu não sou de Viseu. Pois não! Eu não sou de Viseu, mas corri o distrito de Viseu várias vezes! E quando o senhor diz que nada em Viseu tem a marca do CDS o senhor está a fazer uma profunda injustiça. Nós tivemos um presidente da Câmara de Viseu que foi um dos melhores presidentes daquela câmara

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — . e que deixou uma marca indelével, não apenas no concelho, mas também no distrito!

O Sr Deputado tem fraca memória, e os viseenses não lhe mereciam esse esquecimento!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto às famílias, que o Sr Deputado disse serem quase 45 000, o senhor deve englobar nessas muitas — que ouviu, como eu ouvi por esse distrito fora, onde algumas vezes nos cruzámos, mais eu do que o Sr Deputado, que estava mais tempo em Lisboa do que lá — que recebem indevidamente o subsídio, que recebem o subsídio que não deviam receber

Eu falo daquelas famílias, do concelho de Tabuaço, do concelho de Cinfães, lá bem para o norte, que estão sozinhas porque os filhos vieram para a cidade e que estão a viver, muitas vezes, em casas nas quais chove e neva, no Inverno, e que nada têm, rigorosamente! Muitas delas nem sabem preencher o boletim da segurança social! É dessas que estou a falar. É do rendimento mínimo para essa gente que estou a falar e é para isso que estou a pedir a sua preocupação

Mas o Sr Deputado prefere — é da moda, não é? — o ataque pessoal (enfim, nem é bem um ataque) a resolver e a encarar a sério os problemas, que não são apenas do nosso distrito, infelizmente ainda são muitos no nosso país e em todo o interior do nosso país!

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente:** — Tem a palavra o Sr Deputado José Junqueiro, para dar explicações, querendo

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Com todo o gosto, Sr Presidente, e para dizer ao Sr Deputado Basílio Horta o seguinte relativamente a ataques pessoais, nenhum foi aqui dirigido. Mas quando o acusaram de não ser de Viseu e que, por isso, não teria legitimidade para ser candidato por Viseu assumiu a sua defesa, publicamente. E eu disse: «o que interessa é quem cá está e quem defende!»

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Defendeu-se!

**O Orador:** — Gostaria de lhe dizer também que quem foi acusado de não falar de Viseu não fui eu, foi o Sr Deputado E o Sr Deputado respondeu — e muito bem, na altura: «Não devemos ser mesquinhos, nós somos Deputados nacionais, não podemos estar sempre aqui a falar de Viseu. Portanto, se eu não falo de Viseu, falo no entanto de outros assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento do País e que também dizem respeito ao desenvolvimento de Viseu»

Hoje, num debate de urgência sobre uma matéria concreta, V Ex<sup>a</sup> preferiu fazer um bocadinho de «poliquinha caseira» sem qualquer consequência, esquecendo-se V Ex<sup>a</sup> que é acusado por todos os órgãos de comunicação social, pelos partidos políticos, de que V Ex<sup>a</sup> aqui, nesta Assembleia não fala em Viseu

Em segundo lugar, gostaria de lhe dizer o seguinte: o presidente da Câmara de Viseu do CDS-PP, que assumiu essa responsabilidade, tem a nossa estima e consideração

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Não o esqueça!

**O Orador:** — Não o esqueci!

E devo dizer-lhe, até, que quem mais o auxiliou, nos seus momentos mais difíceis, foi um PS existente e reconhecedor do trabalho feito e não um CDS-PP inexistente, que ainda hoje não existe no distrito e que não foi capaz de fazer esse acompanhamento.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Protestos do CDS*

**O Orador:** — Gostaria de terminar, dizendo ao Sr Deputado, com amizade, o seguinte: o Sr Deputado revolta-se contra aqueles que prevaricam, eventualmente, no rendimento mínimo, mas não o ouvi falar contra aqueles que prevaricam, por exemplo, nos atestados médicos

Não sei se V Ex<sup>a</sup>, algum dia, apresentou um atestado médico que não precisasse Parto do princípio que não

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Não!

**O Orador:** — Mas, até me dizia uma pessoa do sector «Bem, às vezes, quem me vem pedir estes atestados médicos são, até, os advogados e outras pessoas». E eu disse, a quem fazia uma crítica idêntica à sua, o seguinte: «Então, faça o favor de se preocupar primeiro com os ricos e deixe de ver o mal apenas nos pobres!»

Se o sistema do rendimento mínimo tiver, eventualmente, alguém que fure a transparência e a objectividade social, esse projecto não deve, por isso, merecer da nossa parte reprovação. É que não pode reprovar o projecto quem simultaneamente aqui vem dizer que se lembra dos pobres

O que o Sr Deputado deveria fazer era mobilizar-se para combater, então, aqueles que cometem a fraude neste domínio. Por isso, Sr Deputado, convido-o — sobre esta matéria e sobre outras de âmbito nacional ou de âmbito regional e de Viseu — a discutir com seriedade estes temas e a não fazermos de um grande tema uma coisa meramente caseira, quando, afinal, V Ex<sup>a</sup>, sobre Viseu, acabou por não defender rigorosamente coisa alguma e quando, quanto ao País, apenas está contra o processo de desenvolvimento pelo qual nós, aqui, estamos a lutar

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Matias

**O Sr Joaquim Matias (PCP)** — Sr Presidente, Sr Ministro, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados. Se me permitem falar humildemente de Viseu, isto é, do aeroporto — que me parece um assunto bastante importante

— eu diria que o novo aeroporto de Lisboa, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Regional, enquadra-se na orientação estratégica de desenvolvimento do País, valorizando o território com uma nova centralidade

O objectivo seria, assim, a criação de uma rede estruturada e coerente de plataformas logísticas, complementares ao transporte marítimo e aéreo, valorizando as complementariedades multi-modais, num sistema integrado de transportes, capaz de proporcionar às companhias aéreas a atracidade necessária aos objectivos propostos

Ou seja, o desenvolvimento de um *hub*, no tráfego intercontinental de passageiros e mercadorias, em que o aeroporto seria o núcleo das ligações rápidas de Lisboa e da área metropolitana, mas também do País e da frente europeia atlântica, com o resto do mundo.

O novo aeroporto não seria, pois, uma simples substituição da Portela. Tratar-se-ia, antes, de um projecto estruturante para o desenvolvimento económico do País e, como tal, a ser financiado pelo Fundo de Coesão, isto é, claro, segundo o PDR.

Ora, o mínimo que se exigiria de um tal projecto seria um amplo consenso nacional. Mas, de facto, o que vemos é um assunto nada pacífico, mesmo no interior do PS e até do próprio Governo.

A razão de tal polémica reside na fraca sustentabilidade da decisão a tomar. Sem sustentabilidade em estudos sérios e seguros, não haverá projecto estruturante, mas antes um enorme «elefante branco».

Como afirmámos, mais do que uma vez, na Comissão Parlamentar de Acompanhamento dos Estudos para a Localização do Novo Aeroporto, seria fundamental efectuar os estudos indispensáveis e aprofundá-los quanto necessário, ainda que daí resultasse alguma dilação do prazo previsto para a decisão. Os estudos, efectivamente, arrastaram-se, mas por incumprimento de prazos contratuais e não por indispensáveis aprofundamentos, que não se fizeram.

A começar pelo estudo preliminar de impacte ambiental em que a Comissão de Avaliação concluía «( ) existem descritores que tiveram uma abordagem deficiente e que deveriam ter sido objecto de estudos mais adequados à fase de selecção de alternativas, pelo que a Comissão de Avaliação considera que as conclusões constantes nos EPIA não são suficientes ou válidas como elementos de base para a tomada de decisão ». E recomendava quais os estudos a aprofundar.

Um mês depois, no entanto, sem os estudos recomendados efectuados e apenas com pareceres de algumas entidades, os quais não foram tornados públicos, a Comissão afirmava que «( ) foi possível chegar a conclusões a ter em conta na tomada de decisão( )» e, assim, a considerar que . «( . ) as duas alternativas de localização propostas apresentam impactes negativos significativos. No entanto, a localização na OTA é menos desfavorável que em Rio Frio por esta apresentar graves condicionantes que podem pôr em causa a sua sustentabilidade ambiental( )». Sublinho «podem pôr»!

Pergunta-se para que serviram os estudos preliminares de impacte ambiental? Não foram conclusivos, mas

pareceres de entidades oficiais, independentes dos estudos, permitiram fazer uma conjectura e esta serviu para decisão

Já com os EPIA concluídos, a Comissão de Acompanhamento foi informada que, após despacho da ministra, juntar-se-ia um estudo de corredores aéreos e o processo seguiria para os consultores darem o parecer final

Onde estão este estudo e o parecer, que nunca foram tornados públicos?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs Deputados. Como pode deixar de ser polémico um investimento de largas centenas de milhões de contos se o seu montante não se conhece, nem está avaliado minimamente?

Fala-se da construção do novo aeroporto, mas há estudos aprofundados que exijam a sua construção?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — E as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias? E o ordenamento do território circundante? Quando foram avaliados os seus custos?

Como pode deixar de ser polémico um investimento que se diz querer ser estruturante, sem se apoiar num plano de ordenamento do território, nem num plano estratégico?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Necessidade que, aliás, sempre reclamámos. Será que as plataformas logísticas não têm localização no terreno?

E como é que estas se projectam no território nacional, por forma a promover o desenvolvimento das suas diferentes parcelas? Ou, como vem sendo tradição, a construção do novo aeroporto será mais um factor de litoralização do país e desertificação do interior?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr Presidente, Srs Deputados. Estamos perante uma decisão que, a ser tomada, é, no mínimo, precipitada e pouco fundamentada.

Trata-se de um vultuoso investimento e, naturalmente, movimenta muitos interesses que suscitam grupos de pressão.

Mas os recursos financeiros públicos afectos à construção do novo aeroporto são muito significativos. Terão que ser calculados com rigor e bem fundamentada a sua mobilização para este fim. Esta Câmara e o País exigem-no.

É necessário, por outro lado, garantir que falamos de um investimento estruturante para o País e não estamos perante um «elefante branco» destinado exclusivamente à substituição megalómana da Portela.

*Applausos do PCP*

**O Sr Presidente:** — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro, Sr Secretário de Estado, começaria por, com alguma serenidade, felicitar o Sr Ministro por esta sua vinda ao Parlamento E felicito o Sr Ministro, não só por esta vinda como por uma outra razão de facto, não é normal que, em dois dias seguidos, tenhamos a honra de receber aqui, no Parlamento, um Ministro tão importante deste Governo e uma figura tão importante do Partido Socialista,

**Vozes do PS:** — É verdade!

**O Orador:** — o que, obviamente, garante, logo à partida, até, hoje, uma presença assinalável na própria bancada do PS, que se deve certamente, em parte, à sua presença aqui.

#### Risos e aplausos do CDS-PP

Mas quero felicitá-lo também, Sr Ministro, pela habilidade política Com efeito, Sr Ministro, quanta diferença em relação ao ministro anterior! Antes, tivemos estudos, alguns deles contraditórios, possibilidades de decisão diferentes, opiniões diferentes em relação à capacidade da Portela, e, de um momento para o outro, há uma verdade absoluta, todos os jornais passaram a titular, em primeira página, uma verdade absoluta a capacidade da Portela esgotou, o seu limite é 2008 e 2010 e não ultrapassará os 14 milhões de passageiros

Isto foi discutido durante tanto tempo que, de repente, torna-se assim, de um momento para o outro, uma verdade absoluta — habilidade política, marketing político e capacidade do Ministro Jorge Coelho, há que reconhecer-lo! Sobre isso, não tenhamos dúvidas

O Ministro Jorge Coelho disse, recentemente, que foi tempo de estudos, agora é tempo de decisão O problema, Sr Ministro, é que os estudos não são conclusivos e a decisão é meramente política É uma decisão baseada em estudos insuficientes e contraditórios e, por isso, é uma decisão errada

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Não tenhamos dúvidas que o Sr Ministro acaba de fazer, nesta matéria, aquilo a que o Sr Deputado Carlos Carvalhas chamaria, certamente, a política do «quero, posso e mando!»

#### Risos do PCP

Não tenhamos grandes dúvidas sobre isso Tomou a decisão exactamente nesses termos

Queria perguntar-lhe, Sr Ministro, se teve em consideração ou não os estudos britânicos feitos, designadamente, pela British Airport Authority e pela entidade que gere o aeroporto de Manchester É que ambos esses estudos nos dizem que a Portela poderia crescer — ao contrário do que foi dito pelo Sr Ministro, recentemente — até aos 21 milhões de passageiros e que poderia durar até 2020 ou 2024, ou seja, mais 20 a 25 anos

Existem, inclusivamente, estudos feitos e encorajados pelo seu antecessor, o ministro João Cravinho — que, em geral, sabemos serem insuficientes, mas que, neste caso, eram conclusivos —, que nos diziam que a Portela duraria, no mínimo, até ao ano 2019 ou mesmo 2024 e que poderia chegar aos 55 movimentos por hora Várias opções — Portela só, Portela com extensão (como foi defendido em tempos pelo ex-Ministro Ferreira do Amaral), Portela com Montijo (como ele defendeu), Portela com extensão para Figo Maduro —, todas possíveis, mas nenhuma delas foi seriamente considerada, nenhuma delas foi seriamente estudada!

#### Aplausos do CDS-CDS-PP

A diferença, de facto, é a diferença entre a gestão tecnocrática e a gestão política antes, tivemos gestão tecnocrática — estudos, mais estudos, estudos contraditórios, várias opções, nenhuma decisão, agora, temos gestão política, que é decisão, custe o que custar, mesmo contra os estudos! Esta é a diferença fundamental

Agora, diga-nos, Sr Ministro quanto vai custar? 500 milhões? 1000 milhões? É importante saber

Diga-nos, Sr Ministro quais são os *timings*? Quando começam as obras? Quando estarão concluídas? Diga-nos, Sr Ministro quem paga? Os contribuintes? Só os contribuintes? Há ajudas externas? O pagamento é já ou é diferido? E quais são os *timings* de deferimento desse mesmo pagamento? Diga-nos, Sr Ministro por que não foram ouvidos os interessados? Por que não foram ouvidos os operadores aéreos, designadamente o maior operador privado? Por que não foram ouvidos os comerciantes? Por que não foram ouvidos os agentes de viagens? Por que não foram ouvidos os empresários do turismo, os hoteleiros e a restauração? Onde esteve o diálogo nesta matéria?

#### Aplausos do CDS-PP

Por que não foram ouvidos os agentes económicos? Por que não foram ouvidos os autarcas?

E, já agora, Sr Ministro, mais um cumprimento é extraordinário como é que, de um momento para o outro, o Sr Ministro conseguiu — e há-de explicar-me, se não for aqui, será em privado — essa coisa extraordinária, que eu, que sou autarca, nunca consegui, que foi silenciar o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Nunca mais o ouvi! Desde que o Sr Ministro tomou esta decisão, nunca mais o ouvi, como também não ouvi nem o Ministro Fernando Gomes nem o actual Presidente da Câmara Municipal do Porto Realmente, como é que isso foi feito? Como é que conseguiu isso? É que, depois de tanta oposição, deixámos completamente de os ouvir

Resumindo, Sr Ministro isto é como falar de uma nova casa, quando o senhor acaba de anunciar obras importantes na casa que tem, é falar de uma nova casa, quando a família, se calhar, não tem dinheiro para os remédios ou tem dificuldade em sustentar os seus idosos

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Em suma, discute-se apaixonadamente a questão do sítio, sem analisar, friamente e com serenidade, a questão da necessidade desse investimento e sobretudo, e mais importante, a urgência e a prioridade deste mesmo investimento

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se o Sr Ministro quiser, tome a decisão política, faça-o sem ouvir os interessados, faça-o sem ouvir os portugueses, continue a levar a passear os seus colegas da FAUL e a interessá-los por esta matéria, esqueça os autarcas do seu partido que são contra esta matéria, mas não o faça à conta da oposição, não o faça à conta dos interessados Sr Ministro, avance para a Ota já, mas não nos tome a todos por otários

*Applausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr<sup>m</sup> e Srs Deputados De facto, não vou abordar seguros de colheitas, outras histórias menores, a eventualidade de uns serem otários e outros não ou as habilidades partidárias do Sr Ministro, serei muito breve e directo

O Bloco de Esquerda, à partida, não condena a construção de um novo aeroporto, tem uma posição aberta para o entendimento do projecto e está inclinado para a localização escolhida. O que não entende, e nesse sentido junta a sua voz, é que não haja a continuidade de um debate nacional que seja conclusivo, porque, como já foi sobejamente comprovado, há estudos que são contraditórios e o impacto desta obra, o seu vulto, o volume do seu investimento, aquilo que vai produzir a jusante de vários outros impactos, nomeadamente na rede ferroviária e outras, justificaria que houvesse, de facto, a continuação de um debate nacional que fosse verdadeiramente organizado e que nos pudesse, a todos, levar a conclusões acerca da futura construção deste aeroporto e sobre quando ele poderia e deveria avançar

Neste sentido, apelaria ao Governo para que estendesse o período de debate e não tomasse decisões que nos parecem precipitadas, fazendo talvez um pequeno aviso político: a dimensão desta opção é de tal ordem que, mais uma vez e por obras e actos concretos, pode vir a ser medido aquilo que é, ou não, o défice democrático, aquilo que é o interesse, ou não, da participação das pessoas no sistema político

Por vezes, queixamo-nos aqui, no Parlamento, e queixa-se o partido do Governo e outros, do alheamento da política. Pois este é um dos exemplos concretos de como uma obra não deve poder avançar sem que realmente, na sociedade portuguesa, haja um larguíssimo consenso sobre a sua necessidade, sobre a sua justificação técnica, sobre o seu acerto político

Deixamos, portanto, Sr Ministro, este apelo

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes):** — Sr Presidente, Srs Deputados Quero, nesta breve intervenção, tecer algumas considerações e deixar claro alguns princípios do Partido Ecologista «Os Verdes» relativamente à matéria hoje, aqui, em discussão

Gostaria de dizer que, na nossa perspectiva, um novo aeroporto internacional só faz sentido por razões de segurança das pessoas e por razões de ordem ambiental, situações que o aeroporto da Portela, de facto, não oferece

Um novo aeroporto internacional, na nossa perspectiva, não faz sentido apenas pela razão do fomento intensivo do transporte aéreo, como tem vindo também a ser argumentado, dada, nomeadamente, a influência desta questão na destruição da camada do ozono e, portanto, no agravamento dos problemas globais do planeta. Faz sentido por razões de segurança das pessoas e por razões de ordem ambiental, que o aeroporto da Portela não oferece. Gostava de deixar isto bem claro

Agora, todas as dúvidas — e já muitas aqui foram levantadas hoje — são legítimas relativamente ao processo que tem sido encontrado, nomeadamente para a definição do local encontrado, na medida em que este processo, de facto, tem sido completamente desvirtuado e manipulado, se me é permitida a utilização destas expressões relativamente a esta questão em concreto

Em primeiro lugar, estamos a falar de uma obra de uma grande dimensão, que é completamente desenquadrada de um planeamento regional pensado e definido em termos de ordenamento do território. Portanto, toda a definição da localização que tem sido feita relativamente a este novo aeroporto perde completamente a perspectiva global e a perspectiva integrada, nomeadamente em termos de ordenamento e também das próprias acessibilidades ao novo aeroporto. Todo esse enquadramento é esquecido, toda essa perspectiva global e integrada é esquecida, e estamos a falar de uma grande obra, que, obviamente, condiciona todo o desenvolvimento, quer ao nível nacional, quer ao nível regional, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa

Em segundo lugar, estamos a falar não só de uma obra que custará centenas de milhões de contos, portanto, não estamos a falar de uma obra qualquer, mas também de uma obra com impactes ambientais, económicos e sociais muito, mas muito, significativos

Ora, perante isto, são-nos apresentados uns estudos preliminares de impacte ambiental, com as características com que são apresentados primeiro, não são conclusivos e, segundo, são feitos ao abrigo de um regime de avaliação de impacte ambiental que, como bem sabe o Sr Ministro, Os Verdes contestam veementemente, na medida em que ele permite desvirtuar completamente os processos, que as decisões políticas sejam feitas sem sustentação económica, social e ambiental e, portanto, que os estudos sejam meros justificativos de decisões políticas já tomadas, o que, na

realidade, desvirtua completamente o sentido da avaliação do impacte ambiental

Quando nos são apresentados estudos preliminares, quando nos é apresentado um parecer de uma comissão de avaliação que refere claramente que as conclusões dos estudos não são suficientes ou válidas como elementos de base para a tomada de decisão, não compreendemos. Sr. Ministro, como é que, imediatamente a seguir, o Governo vem de uma forma veemente referir que a opção é a Ota, com base nos estudos apresentados

Portanto, é tudo isto que aqui referi que torna todo este processo duvidoso, viciado, sendo legítimo que se levantem todas as dúvidas que hoje se levantam relativamente a esta questão

Estamos a falar de uma grande obra, com grandes impactes, e, portanto, decisões políticas levianas não podem ser tomadas relativamente a esta matéria.

Por outro lado, quero lembrar que apenas dois locais foram estudados e sujeitos aos estudos preliminares de impacte ambiental e que apenas um local será sujeito a estudo de impacte ambiental. Vamos ver se já não ao abrigo deste regime de avaliação de impacte ambiental.

Portanto, há aqui questões que, de facto, não são sérias e gostaríamos que tomassem outra forma neste processo

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Equipamento Social.

**O Sr. Ministro do Equipamento Social (Jorge Coelho):** — Sr Presidente, Srs. Deputados Agradeço, como é óbvio, as questões que me foram colocadas e gostaria, acima de tudo, de referir aqui o que estamos a fazer. E, felizmente, neste momento, é possível a Portugal estar a implementar uma nova política de infra-estruturas aeroportuárias,

**O Sr António Capucho (PSD):** — O debate é sobre o novo aeroporto!

**O Orador:** — . nova política essa que está a ser concretizada e que irá ser terminada muito antes do fim desta legislatura

Começaria por lhes dizer — e tive oportunidade, em todas as deslocações que já fiz aos aeroportos, de convidar sempre os Srs. Deputados da Comissão de Equipamento Social e alguns têm partilhado estas reuniões de trabalho — que, neste momento, no aeroporto Francisco Sá Carneiro, estão em obras.

**O Sr Guilherme Silva (PSD):** — É uma exceção!

**O Orador:** — Em todos estes sítios, já iniciámos as obras, portanto, não se trata de anúncios de obras que se vão realizar mas, sim, de obras que já estão iniciadas

Estava eu a dizer que o aeroporto Francisco Sá Carneiro está em obras para aumentar a sua capacidade de 3 milhões para 6 milhões de passageiros, porque já está praticamente esgotada a capacidade que tem hoje, estando a investir-se aí cerca de 33 milhões de contos, numa perspectiva de fazer do aeroporto Francisco Sá Carneiro

um elemento fundamental ao desenvolvimento estratégico naquela região, como polarizador de todo o desenvolvimento do Noroeste peninsular

Porque é de coisas concretas que estou hoje aqui a falar, devo dizer que, no aeroporto Francisco Sá Carneiro, no 1º trimestre de 2000, estarão prontas instalações para os novos *rent-a-car*, no 3º trimestre de 2001, estará pronta a primeira fase da nova aerogare, com oito pontes telescópicas, vulgo mangas; no 4º trimestre de 2001, ficará pronto o parque de estacionamento de superfície, com capacidade para 500 viaturas, os novos acessos viários à nova aerogare, o parque subterrâneo, com 1000 viaturas; no 3.º trimestre de 2002, estará pronta a nova plataforma, com 21 mangas, e áreas administrativas, e no 1º trimestre de 2003, ficará concluída a segunda fase da nova aerogare, com mais sete mangas, e um novo terminal de bagagem de chegada e de partida. Portanto, um aeroporto totalmente remodelado, um aeroporto praticamente novo, por 33 milhões de contos

Depois, no aeroporto de Faro, que também já visitei, juntamente com alguns Srs. Deputados, estão em curso as obras para aumentar a sua capacidade de 4 milhões para 8 milhões de passageiros, para fazer deste aeroporto o melhor aeroporto turístico da Península Ibérica. E o que é que está a ser feito? No 3º trimestre de 2000, um novo parque de *rent-a-car*, no 4º trimestre de 2000, remoção da borracha da pista, no 2.º trimestre de 2001, infra-estruturas de construção civil e de electricidade, ar condicionado e ventilado, tratamento de bagagens, elevadores, escadas e tapetes rolantes e seis mangas

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP):** — Estamos no cavaquismo! Voltámos ao cavaquismo!

#### *Protestos do PSD*

**O Orador:** — Percebo que os Srs. Deputados tenham problemas em ouvir isto! Mas sabem o que lhes digo: vão ouvir isto, durante quatro anos, todas as vezes que eu aqui vier! São obras! Vão cansar-se! Isto ainda agora começou e alguns Deputados da oposição já estão cansados, porque não aparecem às deslocações de trabalho! Já estão cansados, mas vão ter de tomar muitas vitaminas para cumprirem o vosso papel, que é o de acompanhar no terreno aquilo que o Governo está a fazer

#### *Aplausos do PS*

**O Orador:** — Mas deixem-me continuar

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP):** — Deixem-me trabalhar! É um cavaquismo socialista!

#### *Risos do PSD e do CDS-PP*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, agradeço que façam silêncio, porque o Sr. Ministro tem o direito de se fazer ouvir e de ser ouvido em silêncio. Os Srs. Deputados também gostam disso quando estão no uso da palavra

Faça favor de continuar, Sr. Ministro.

**O Orador:** — Os Srs Deputados do PSD e alguns Srs. Deputados do PP gostam mais quando vem aqui um membro do Governo sem coisas concretas, sem datas.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — É o habitual!

**O Orador:** — . porque têm mais facilidade Neste caso, como não têm nada para dizer, só fazem barulho! Fazer barulho é o vosso papel hoje na sociedade portuguesa! Nada de concreto!

#### *Protestos do PSD*

Nada de positivo! Tudo para trás! Parar, bloquear, para que o País nada faça! É o vosso papel! Vão longe por esse caminho!

No que se refere ao aeroporto de Lisboa

**O Sr António Capucho (PSD)** — E o novo aeroporto?

**O Orador:** — Já lá vamos ao novo aeroporto Como os senhores sabem, é impossível perturbar-me, digam o que disserem! Já tentam há tantos anos, mas é impossível! Dá-me um prazer louco poder continuar

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — A gente acha graça!

**O Orador:** — É verdade! Eu acho-lhe graça a si também! A sério! Palavra de honra!

#### *Risos gerais*

Quanto ao aeroporto de Lisboa

**O Sr António Filipe (PCP)** — Esse está em obras há 30 anos!

**O Orador:** — Está em obras há muitos anos, é verdade. E vai continuar! É essa a razão por que é preciso fazer um novo é que já não há hipótese, dentro de pouco tempo, de fazer mais obras

Mas falemos um pouco a sério, Srs Deputados

**Vozes do PSD:** — Finalmente!

**O Orador:** — Se os Srs Deputados se mantiverem um pouco calmos . Aliás, já saíram da Sala alguns que eram pró-Ota, outros que eram pró isto ou pró aquilo A coisa já está mais garantida neste momento!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Devem ser os da bancada do PS!

**O Orador:** — Talvez! Também! Isto calha a todos, não é verdade?

Ora bem, quanto ao aeroporto de Lisboa, na visita que fiz, verifiquei que é fundamental um plano, que está em curso, no sentido de aumentar a capacidade, que o

aeroporto já tem hoje, de 10 milhões para 12 milhões de passageiros, porque estamos praticamente a atingir os nove milhões É, pois, necessário aumentar essa capacidade e o investimento vai ser de 30 milhões de contos Mas, como sabem — e há aqui Deputados da Madeira e dos Açores — está a ser feito um investimento de 110 milhões de contos na nova gare do aeroporto de Santa Catarina, no Funchal, e também investimentos significativos em alguns aeroportos da Região Autónoma dos Açores

Mais estamos, neste momento, a estudar, em conjunto com um grupo de trabalho que foi nomeado, a possibilidade de incrementar a utilização da Base Aérea de Beja, fundamentalmente para a área da carga e existe já a decisão de fazer uma empresa para promover a construção e a exploração de um aeroporto com essa função, em Beja Mas estamos a estudar também a viabilidade da extensão da pista do aeródromo de Bragança Foram ontem abertas as propostas para algo que é também importante e que é a Academia Aeronáutica de Évora, que se destina a fazer uma escola de pilotagem em Évora

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Isso é da Câmara Municipal!

**O Orador:** — Ou seja, Srs Deputados, nesta legislatura, estão a fazer-se obras concretas, com prazos concretos, para terminarem dentro de muito pouco tempo, umas, e a médio prazo, outras, mas todas dentro desta legislatura para dotarem os aeroportos das infra-estruturas aeroportuárias, com condições para o desenvolvimento e para o progresso que o País está a ter

Mas temos aqui um problema concreto é que, dos estudos concretos que a ANA (que é a empresa que gere os aeroportos portugueses) e a NAER (que é a empresa do novo aeroporto) já entregaram, e já foram muitos, há dois estudos de síntese que tive oportunidade de entregar hoje ao Sr Presidente da Assembleia da República e aos Srs Presidentes dos grupos parlamentares, nos quais é colocada uma questão muito concreta, que é esta — o aeroporto de Lisboa, após as obras que necessariamente vai ter de fazer agora para o alargar até aos 12 milhões de passageiros e, depois, até aos 14 milhões, ficará com uma capacidade máxima de 14 milhões de passageiros e esse limite máximo que o aeroporto tem será atingido entre os anos 2008 e 2010

Mas dizem-nos mais os estudos que temos dizem que a construção de um aeroporto novo, se for tomada agora a decisão, com o lançamento de concursos para projectos, concursos internacionais, etc , demorará entre 9 e 10 anos a fazer. Ou seja, para termos um aeroporto novo, como nos dizem que é fundamental ter daqui a 10 anos, é preciso decidir agora para que ele exista nessa altura

É por isso, Srs Deputados, que um governo, um responsável, um ministro que tenha a responsabilidade nesta área, tem de se guiar por estudos aprofundados, que foram feitos, tem de ter um tempo de reflexão e de diálogo com todas as entidades, mas também tem de ter a responsabilidade de ter um momento de decisão e de não

ter qualquer receio de, acreditando que é correcto aquilo que tem para decidir, decidir

**O Sr. Guilherme Silva (PSD)** — Está a criticar o Engenheiro Cravinho?

**O Orador:** — Garanto-vos que, nesta situação e em qualquer outra que eu e o Conselho de Ministros tenhamos de tomar, decidiremos se acharmos, como neste caso, que é o melhor para Portugal, para o desenvolvimento e para o progresso do País

E, Srs Deputados, nesta matéria, gostaria de vos dizer que a decisão da localização do aeroporto foi tomada na anterior legislatura e, com base em estudos ambientais, foi tomada a decisão de que, a haver um aeroporto, ele seria construído na Ota. Portanto, sobre isso, não temos mais que discutir. É uma decisão que está tomada e que, como é evidente, do meu ponto de vista, não é preciso eu próprio questionar nem discutir.

*Risos do PCP, de Os Verdes e do BE*

Por outro lado, gostaria de vos dar conta também de que hoje um aeroporto tem de ser encarado como um centro de negócios, associado também a uma plataforma logística que ajude no desenvolvimento global do mesmo.

**O Sr Presidente:** — Sr Ministro, agradeço que resuma o seu pensamento, por favor

**O Sr João Amaral (PCP)** — Até porque tem de ir trabalhar!

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Presidente

Como é evidente e sabem, essa plataforma logística está praticamente saturada e sem possibilidade de alargamento na área da carga aqui, em Lisboa, e essa é uma das razões por que este aeroporto não pode ser mais desenvolvido.

Por outro lado, gostaria de vos dizer, Srs Deputados e Sr Presidente, que considero fundamental que, associado a este grande investimento, que é um investimento que vos direi, rapidamente, que, de acordo com os estudos que temos hoje em dia, a preço de 1998, custará 270 milhões de contos e, a preços correntes, com uma taxa de inflação de 3% ao ano, 335 milhões de contos. Mas considerando o custo do capital alheio, a uma média de 6,5%, considerando os custos financeiros, diremos que é um investimento que pode ir até 375 milhões de contos. Como é que é a estrutura financeira de referência? Fundos comunitários previstos no III QCA, 65 milhões de contos, cash flow livre, que a própria ANA pode gerir, 42 milhões de contos, capital alheio, 201 milhões de contos; e parceiros privados, neste caso, o Estado também, 27 milhões de contos. Ou seja, como podem ver, a concretização desta grande obra pode ser feita, em termos de financiamento, numa parte muito significativa, por iniciativa privada, para poder ser concretizada nos termos em que referi.

Para terminar, direi ainda que, associado a este projecto, é muito importante – e estamos, neste momento a lançar os estudos que possibilitem também uma decisão a curto prazo – o combóio de alta velocidade

**Vozes do PSD:** — Não! Não! Isso não é matéria para hoje!

**O Orador:** — Não percebo por que é que os Srs Deputados do PSD estão contrariados quando está no vosso programa eleitoral a construção de um combóio de alta velocidade nesta legislatura! É evidente que agora estão contra porque os senhores não ganharam as eleições, para felicidade do País!

*Protestos do PSD.*

Leiam o vosso programa! Pelos vistos, não o leram!

**O Sr Presidente:** — Sr. Ministro, agradeço que termine. Mas tem de terminar mesmo!

**O Orador:** — Termino Peço 30 segundos ao Sr Presidente para terminar

**O Sr Presidente:** — Faça favor

**O Orador:** — É fundamental o diálogo que estamos a ter com as autarquias, com o Sr Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com toda a iniciativa privada na área da hotelaria, das agências de viagens – estou a ter reuniões, desde que sou Ministro do Equipamento Social, com todas essas entidades, para criarmos condições para trabalhar em conjunto – para que se possa continuar a criar condições de competitividade aqui, na área de Lisboa. Vai haver uma ligação directa, um check in avançado do aeroporto da Ota aqui, em Lisboa, na Gare do Oriente, para que alguém que queira ir apanhar o avião possa deixar o seu carro nos parques de estacionamento da Estação do Oriente e tomar um combóio que demorará menos de 20 minutos para entrar no aeroporto E o TGV, que vai fazer a ligação entre Lisboa e Porto em 1 hora e 20 minutos.

**O Sr João Amaral (PCP)** — Assim, até pode deixar o carro em Campanhã!

*Risos do PCP*

**O Orador:** — e entre Lisboa/Porto/Madrid em três horas, criará aqui um novo espaço de desenvolvimento e de progresso muito maior, para trazer mais competitividade quer ao Porto quer a Lisboa.

**O Sr. Presidente:** — Tem de terminar, Sr Ministro!

**O Orador:** — Com certeza!

Para terminar, Sr Presidente, gostaria de dizer que, se é hoje possível eu estar a visitar todas estas obras em curso, se é hoje possível eu estar a anunciar que, dentro de muito pouco tempo, irei apresentar em Conselho de

Ministros a decisão da construção do novo aeroporto da Ota e a decisão do lançamento dos estudos para a criação do comboio de alta velocidade, é porque o meu antecessor e actual Deputado João Cravinho criou condições, trabalhou, projectou para que se possa continuar a fazer o trabalho que hoje está a ser feito

*Aplausos do PS*

Todos sabem que, numa situação, se pode programar, estudar, reflectir e, noutra, decidir e ir para o terreno fazer as coisas. É isso que estamos a fazer

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Castro de Almeida. Para tal, a Mesa cede-lhe 1 minuto e também 1 minuto e 30 segundos ao Sr Ministro, para responder. Solicito-vos que não peçam mais tempo porque a agenda de hoje é muito carregada.

Faça favor, Sr Deputado Castro de Almeida

**O Sr Castro de Almeida (PSD)** — Muito obrigado, Sr Presidente

Sr Ministro, o PSD requereu a sua vida aqui hoje, ao Parlamento, para lhe colocar uma questão muito simples, que é a seguinte face a estudos que apontam para números absolutamente contraditórios acerca da capacidade do aeroporto de Lisboa, face ao secretismo de imensos relatórios e estudos que sempre foram requeridos e nunca vieram a público, face à oposição e à posição crítica dos Presidentes da Associação Empresarial de Portugal, da Associação Industrial Portuguesa, da Confederação, dos representantes do comércio, dos representantes do turismo, face aos pareceres dos nossos universitários mais prestigiados nesta matéria, que apontavam no sentido da possibilidade de o aeroporto da Portela ter o período de validade prolongado até ao ano 2020, pelo menos, que razões determinaram o Governo a decidir em sentido contrário? Ou seja, o Governo tinha pareceres que iam num sentido e outros pareceres que iam em sentido diferente o que levou o Governo a decidir num sentido? O que levou o Governo a privilegiar uma opção e não outra? Não estamos esclarecidos sobre isso e o Sr Ministro foi muito pouco convincente na intervenção que fez. Por alguma razão perdeu a maior parte do seu tempo a falar das obras que está a fazer nos demais aeroportos

**O Sr José Magalhães (PS)** — Perdeu tempo?

**O Orador:** — Falou daquilo que nós não lhe pedimos que falasse

Disse-nos até que está a fazer obras no aeroporto de Faro! Ficámos a saber que o aeroporto de Faro vai remover a borracha da pista. É uma informação relevantíssima que trouxe hoje ao Parlamento!

**O Sr Presidente:** — Sr Deputado, desculpe, mas já terminou o seu tempo. Não pode continuar

**O Orador:** — Vou terminar, Sr Presidente

**O Sr Presidente:** — Faça favor.

**O Orador:** — Por isso, Sr Ministro, queria fazer-lhe um último apelo. Esclareça a Câmara, esclareça o País, porque o País não pode partir para um investimento de tantos milhões de contos — muito mais, ao que todos dizem, do que o que hoje nos referiu — sem haver um mínimo de...

**O Sr Presidente:** — Sr. Deputado, tem de terminar! Não pode continuar a anunciar apenas que vai fazê-lo — isso não chega!

**O Orador:** — Já terminei, Sr Presidente

**O Sr Presidente:** — Para formular um pedido de esclarecimento, a Mesa cede 30 segundos ao Sr Deputado Telmo Correia. Mas são 30 segundos, não é mais um nem menos um!

Tem a palavra, Sr Deputado

**O Sr Telmo Correia (CDS-PP)** — Procurarei cumprir, Sr Presidente

Sr Ministro. V. Ex<sup>a</sup> deu a volta ao País, passou por todo o lado, levantou — com essa sua volta ao País, por Bragança, Faro, Porto, Beja, etc — uma enorme nuvem de fumo, parou e aterrrou brevemente na Ota mas não respondeu ao que lhe foi pedido, que é o seguinte: por que é que o Sr Ministro não atendeu aos estudos feitos por entidades independentes, designadamente o das entidades inglesas? Por que é que o Sr Ministro esqueceu, no elogio ao Ministro anterior, que o estudo feito pelo Ministro Cravinho é diferente do seu e dizia que a Portela podia ir até 2024?

**O Sr Presidente:** — Trinta segundos, Sr Deputado

**O Orador:** — Por que é que o estudo independente único vale menos do que o estudo que o senhor encomendou agora?

**O Sr José Magalhães (PS)** — Trinta segundos! Acabou!

**O Orador:** — Para terminar, quero dizer que o Sr Ministro nos fez lembrar, nos botões e nos milhões, o fim do cavaquismo

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas.*

Exactamente a parte final do cavaquismo, igualzinho, por uma pena!

*Aplausos do CDS-PP*

Falou em *check in*, mas quero dizer-lhe, Sr Ministro, que, com tanta decisão apressada e mítil, o Sr Ministro acabará em *check out*!

*Protestos do PS*

**O Sr Presidente:** — O Bloco de Esquerda concede 2 minutos ao Governo e a Mesa concede mais 1, pelo que o Sr Ministro tem 3 minutos para responder aos dois pedidos de esclarecimento

Tem a palavra, Sr Ministro

**O Sr Ministro do Equipamento Social:** — Sr Presidente, Sr Deputado, sobre a questão do *check out*, pode ser mas não vai ser fácil!

Respondendo às questões concretas que me foram colocadas, Sr Deputado Castro de Almeida, meu estimado amigo, gostaria de lhe dizer que, quando não se pretende ser esclarecido do que quer que seja, por motivações de outra natureza, é difícil que alguém consiga convencê-lo, porque o Sr Deputado não quer ser convencido de que tem um problema político delicado para resolver no âmbito da sua bancada

**O Sr José Magalhães (PS)** — É isso que dói!

**O Orador:** — Agora, os estudos estão feitos e tenho aqui a síntese de todos os estudos que foram feitos e pedidos pela ANA até hoje, que é a empresa que gere os aeroportos em Portugal, e gere muito bem, de tal forma bem que os 75 milhões de contos que são necessários para o investimento concreto que está a ser feito nos aeroportos portugueses e que vai estar pronto dentro de dois ou três anos, dependendo dos aeroportos, será todo feito com recurso a autofinanciamento da própria empresa,

**O Sr Azevedo Soares (PSD).** — Às taxas e aos impostos!

**O Orador:** — que tem uma excelente gestão

Portanto, está aqui o potencial de capacidade que vou entregar ao Sr Deputado, a todos os grupos parlamentares e ao Sr Presidente, como também aqui está o estudo feito pela NAER, presidida por um homem em quem tenho uma grande confiança e em cujos estudos as pessoas depositam uma grande confiança, que é o Engenheiro Rui Sérgio, que tem um estudo sobre o processo de decisão da localização do novo aeroporto e opções para o desenvolvimento do aeroporto da Ota

Assim, não há aqui nada que leve a dizer que não se seguem os estudos das entidades independentes. Estão aqui sintetizadas as condições colocadas para a elaboração dos estudos finais, que são estes que aqui estão, no sentido da concretização do aeroporto e respeitamos os estudos que estão feitos! Os senhores falam mesmo de digníssimos professores, aliás, ainda há pouco falou do Professor José Manuel Viegas. Mas o Professor José Manuel Viegas é consultor do Governo numa série de projectos, deste e de vários, e não tem qualquer tipo de problema!

**Vozes do PSD e do CDS-PP** — Pelos vistos, não o ouvem!

**O Orador:** — Portanto, meus caros senhores, é preciso ver o seguinte. quem manda no poder político não são os

consultores, não são os grupos financeiros, não são as associações! O poder político responde perante os portugueses! É perante os portugueses que nós respondemos, não é perante as associações todas que os senhores referiram!

*Aplausos do PS*

É perante o País que queremos decidir, ser ajuidados pelas decisões que tomamos e ser avaliados, de cada vez que há eleições, por aquilo que fazemos. É evidente que temos respeito pelas opiniões das pessoas e é por isso que tenho tido reuniões com os presidentes de câmara, com as associações de turismo e de agências de viagens, trabalhando com eles para melhorar as situações. Mas uma coisa é a opinião destas pessoas, que respeito, outra coisa é a opinião do poder político, que tem a obrigação de, quando tem de decidir, decidir independentemente, como os senhores muitas vezes dizem, daquela que possa ser a opinião de a, b ou c perante estas coisas

**O Sr Presidente:** — Sr Ministro, terminou o tempo de que dispunha

**O Orador:** — Para terminar, quanto à questão que o Sr Deputado Telmo Correia me colocou, quero dizer-lhe que, como é evidente, temos consciência de que se trata de uma decisão sobre um assunto sério, que tem de ser tomada também de forma séria, pelo que continuaremos a trabalhar sempre conjugadamente com todas as entidades para que, daqui a 10 anos, quando Portugal tiver um novo aeroporto na Ota, isso nos orgulhe a todos, quando Portugal tiver um comboio de alta velocidade a funcionar, isso nos orgulhe a todos e possamos lembrar-nos desta sessão e dizer, alguns de nós, que, afinal, não tínhamos razão, que, afinal, era fundamental para o desenvolvimento e para o progresso do País estarmos aqui hoje, com algumas opiniões contrárias, a decidir fazer aquilo que é nossa obrigação

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente:** — O Sr Deputado João Cravinho pediu a palavra para que efete?

**O Sr João Cravinho (PS)** — Para uma interpelação à Mesa, Sr Presidente

**O Sr Presidente:** — O Sr Deputado António Capucho pediu a palavra para que efete?

**O Sr António Capucho (PSD)** — Para exercer o direito regimental de defesa da honra, Sr Presidente.

**O Sr Presidente:** — Tem prioridade, Sr Deputado, pelo que lhe dou a palavra de imediato

**O Sr António Capucho (PSD)** — Sr Presidente, Sr Ministro, serenamente, quero dizer-lhe que não considero correcto da sua parte, e da parte do Governo,

que, sistematicamente, seja o PSD, seja qualquer outro partido da oposição, mas, como é evidente, falo pelo PSD, a suscitar um debate em Plenário — seja uma matéria de urgência ou qualquer outra —, tente desfocar e não tenha uma resposta clara para aquilo que é objecto do debate

#### *Protestos do PS*

V Ex<sup>a</sup> leu, certamente, as razões que levaram o PSD a suscitar este debate de urgência. Aquilo que queríamos saber era se V Ex<sup>a</sup> era capaz de nos convencer da bondade de uma decisão do Governo quanto à Ota. Não estavam em causa outras questões, embora V Ex<sup>a</sup> seja livre de juntar, nos 10 minutos de tempo de que dispõe, todas as matérias que entender. Mas isso, permita-me que lhe diga, levanta-nos a suspeita de que quer desfocar o debate da questão que está, realmente, em causa.

V. Ex<sup>a</sup>, na sua intervenção, disse coisas espantosas. Por exemplo disse que o período-limite para se tomar uma decisão, antes da ruptura, ocorreu na legislatura anterior, ou seja, foi culpa do Governo anterior, disse que, nesta legislatura, estão a fazer-se obras concretas, pelo que se pressupõe que na legislatura anterior não se fizeram obras concretas.

#### *Protestos do PS*

Enfim, não me compete a mim defender a honra de outros Deputados!

Aquilo que lhe quero dizer, Sr Ministro, é o seguinte: há estudos, há notícia pública de estudos que V Ex.<sup>a</sup> não divulga, e o seu Secretário de Estado faz vários gestos no sentido de que

*Entretanto, o Sr Secretário de Estado dos Transportes exibiu alguns documentos*

Bom! Mas, então, façam-nos chegar à nossa bancada! Sr Ministro, nós pedimos este debate há muito tempo e o que está escrito é que queríamos ser esclarecidos sobre as razões que levam o Governo e V Ex<sup>a</sup> a querer, a todo o custo, construir o aeroporto na Ota. Mostre-nos que o período de saturação do aeroporto da Portela não vai ocorrer daqui a duas décadas, como aqueles estudos dizem, mas já, dentro de 8 ou 10 anos. Se nos convencer disso, é evidente que o PSD não tem qualquer dúvida em apoiar a construção do novo aeroporto. Agora, o que é fundamental é que nos convença, e não só o PSD mas também os agentes económicos, os outros partidos políticos e quem tem, efectivamente, interesse em que não haja congestionamento e problemas com o aeroporto. Enquanto V Ex<sup>a</sup> não nos convencer, não vamos ceder um milímetro! Mas, democraticamente, é normal que assim seja.

A propósito do próximo Orçamento do Estado, devo dizer ao Sr Ministro que, da nossa parte, não conte com um tostão para o aeroporto na Ota ou para qualquer novo aeroporto, enquanto não nos convencer, enquanto não nos mostrar esses estudos. E não os coloque na tribuna! Se são os estudos das entidades independentes, que contrariam

os estudos a que V Ex<sup>a</sup> se refere, faça-os chegar à nossa bancada.

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente:** — Os Srs Deputados continuam hipersensíveis em matéria de honorabilidade.

Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Ministro do Equipamento Social.

**O Sr. Ministro do Equipamento Social:** — Sr Presidente, Sr Deputado António Capucho, percebo que, depois da tragédia que aí houve durante este debate, tenha de vir agora fazer este número, digamos, para tentar repor questões. Como é evidente, a coisa correu mal, pelo que teve de vir.

**O Sr. António Capucho (PSD):** — Qual tragédia?!

**O Orador:** — Portanto, o Sr Deputado António Capucho, num acto de algum esforço, que comprehendo e aceito.

#### *Risos de alguns Deputados do PS*

Percebo que aquilo que estive hoje aqui a referir doa um pouco ao PSD, porque vai contra tudo aquilo que, permanentemente, durante vários tempos, andaram a dizer Hoje, quando o Ministro do Equipamento Social vem aqui referir coisas concretas, prazos concretos, obras que os senhores... .

**O Sr António Capucho (PSD):** — Ota! Quero saber da Ota!

**O Orador:** — Esteja calmo, Sr. Deputado!

Ó Sr Deputado António Capucho, o senhor tem uma característica na sua vida política, que é a de ser um homem calmo e sereno, mas hoje está um pouco nervoso. A coisa não está fácil! ..

**Vozes do PSD:** — O estudo?!.. Fale do estudo!

**O Orador:** — Gostaria de lhe dizer que, independentemente das polémicas, que são normais na nossa vida democrática e que os senhores, com certeza, vão criar relativamente a nós, fiz uma opção clara ao nível do meu ministério, do Ministério do Equipamento Social, nesta legislatura vou diminuir totalmente essas polémicas e vou dedicar todos os meus esforços à concretização de obras, mais obras, mais obras. E isto também independentemente de o Sr Deputado Paulo Portas, que, ontem, foi chamado o Deputado mais cosmopolita dos Deputados nacionais, poder.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP):** — Nacionalista!

**O Orador:** — Ele também vai gostar de utilizar os novos aeroportos, porque os Deputados cosinopolitas também gostam dos aeroportos, e os senhores também vão

utilizar os aeroportos como vão utilizar as estradas, as pontes e tudo o que o País precisa e que, felizmente, nesta legislatura, temos condições para concretizar. É isso que lhes dói mas, para nós e, acima de tudo, para o País e para os portugueses, é importante.

*Aplausos do PS*

**Vozes do PSD:** — Respondeu «zero»!

**O Sr Presidente:** — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr Deputado João Cravinho

**O Sr João Cravinho (PS)** — Sr Presidente, vou fazer uma interpelação breve, porque me parece que devo à Câmara um esclarecimento que alguns Srs Deputados novos, porventura, não terão tido a possibilidade de ter e alguns Srs Deputados velhos, com o respeito que é devido às cãs, que também já tenho, esses, nunca terão, embora, evidentemente, o pior surdo seja aquele que não quer ouvir.

Sucede que nesta Câmara se fundou e desenvolveu o trabalho de uma comissão especializada para o acompanhamento do novo aeroporto de Lisboa, a qual recebeu milhares e milhares de páginas, fez — direi eu — dezenas de audições, recebeu contributos dos mais diversos campos de interesse, nomeadamente de associações de municípios, desde estudos, e estudos muito bem desenvolvidos, a manifestações de interesses que alguns desejariam ver governar este país, tão corporativos eles são.

Nestas condições, Sr Presidente, e é este o sentido da minha interpelação à Mesa, solicito que seja entregue à Comissão de Equipamento Social precisamente esse espólio vastíssimo que, aparentemente, ficou sem continuidade, para a própria Comissão de Equipamento Social e os líderes dos diversos grupos parlamentares ponderem.

**Vozes do PSD:** — E o Sr Ministro também!

**O Orador:** — Não! Estou a falar em sede parlamentar. Sou pela separação de poderes, ao contrário dos Srs Deputados da oposição, que, em desespero, gostariam de ser Governo, nunca o sendo.

*Aplausos do PS*

Portanto, Srs Deputados, é em sede parlamentar que me dirijo ao Sr Presidente da Assembleia, para que seja possível ponderar uma continuação desse trabalho, quer *in proprio*, directamente, através da Comissão de Equipamento Social, quer, eventualmente, através de uma subcomissão ou de uma comissão especializada.

Não se repitam aqui, impunemente, uma série de falsidades que estão documentadas, em contradita absoluta e total, nos próprios trabalhos da Assembleia. É isto que não significa a Assembleia!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quem estiver a ouvir este debate ficará com a ideia de que o Parlamento, na legislatura anterior, foi alheio ao assunto e nada se fez, nada se disse. É esta própria degradação ou desrespeito pelo legado que um parlamento anterior nos deixou que me leva a pedir que haja, pelo menos, respeito pela instituição parlamentar, visto que, quanto ao Governo, como dirá a oposição, quanto pior melhor.

*Aplausos do PS*

**O Sr Guilherme Silva (PSD)** — Isto foi um recadinho interno!

**O Sr Presidente:** — O espólio será entregue à comissão competente, para poder tirar dele a utilidade.

**O Sr Azevedo Soares (PSD)** — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra, para uma interpelação à Mesa?

**O Sr Presidente:** — Faça favor, Sr Deputado

**O Sr Azevedo Soares (PSD)** — Sr Presidente. V Ex<sup>a</sup> pode esclarecer-me se a interpelação do Sr Deputado João Cravinho foi feita no sentido de estabelecer uma conclusão do debate que aqui se fez na Assembleia? É que caracterizou o debate, qualificou os intervenientes no debate e, aparentemente, o que queria era entregar uns documentos. Fiquei sem perceber se era efectivamente este o objectivo da interpelação do Sr Deputado.

**O Sr Presidente:** — Sr Deputado, o que a Mesa entendeu foi que o Sr Deputado João Cravinho propõe que se confira alguma utilidade ao espólio da comissão que terminou no fim da anterior legislatura, o qual parece não ter chegado para se tirarem conclusões, e que o mesmo seja entregue à comissão competente para dele tirar agora a utilidade necessária.

Parece-me que se trata de uma boa medida, pelo que, se ninguém se opuser, se não puserem em causa a decisão do Presidente, o espólio sera entregue à comissão competente, ou seja, à Comissão de Equipamento Social.

Srs Deputados, terminámos o debate de urgência, requerido pelo PSD, sobre a eventual construção de um novo aeroporto, e já não é cedo.

Vamos agora proceder à discussão e votação de três votos, dois dos quais incidem sobre a eventual adesão da Turquia à União Europeia, pelo que proponho que tenham discussão conjunta, sendo que um foi apresentado pelo Bloco de Esquerda e outro foi apresentado pelo CDS-PP.

Existe ainda um outro voto de protesto pela guerra que o Governo russo conduz contra a Chechénia.

O Sr Secretário da Mesa vai ler os votos, após o que serão discutidos e votados, findo o que o Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública fará uma intervenção, ao abrigo de uma disposição regimental que lhe permite fazê-lo.

Srs Deputados, o PS propõe a dispensa da leitura dos votos, atendendo a que já foram distribuídos e são do

conhecimento de todas as bancadas Se estiverem de acordo, assim se fará

*Pausa*

Não havendo oposição, vamos, então, passar à discussão conjunta dos votos n.º 37/VIII — De protesto pela inclusão da Turquia na lista de candidatos à União Europeia (CDS-PP) e 38/VIII — De protesto pela atribuição à Turquia do estatuto de candidato à adesão à União Europeia (BE)

Para iniciar a discussão, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados, o CDS-Partido Popular entregou este voto, que expressa preocupação e protesto pelas circunstâncias de anormalidade democrática em que o estatuto internacional da Turquia face à União Europeia foi alterado no final do ano passado, porque nos preocupa um conjunto de questões que não são, ao contrário do que alguns gostaram de fazer crer, de natureza ou raiz religiosa, mas são, seguramente, de natureza e matriz civilizacional

Por outro lado, este conjunto de questões não deve confundir-se com a circunstância de o CDS-PP, partido tradicionalmente atlantista, sempre ter compreendido e defendido a necessidade da cooperação militar do Ocidente com a Turquia, em particular no quadro da Aliança Atlântica. A cooperação militar e o reforço da cooperação económica não têm, em todo o caso, nada a ver com a eventual adesão da Turquia à União Europeia

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Gostaria de chamar a atenção desta Câmara para um conjunto de perplexidades e dúvidas que entendo que qualquer pessoa de bom senso pode e deve ter relativamente a este facto novo, que é a alteração do estatuto internacional da Turquia, relativamente à União Europeia

Em primeiro lugar, gostava de perguntar qual é o conceito de fronteira geográfica da União Europeia que defendemos, sabendo, como sabemos, que grande parte do território turco não é classificável como pertencendo ao continente europeu

Em segundo lugar, a Turquia faz fronteira com Estados como o Irão, o Iraque ou a Síria. Ora, aquilo que vos quero perguntar, porque gostaria de questionar a inteligência e a sensibilidade em questões de política internacional desta Câmara, é sobre a fronteira externa da União que defendemos para a Europa. Hoje, a Europa tem uma fronteira de paz, mas, se um dia, a Turquia entrar na União Europeia, a Europa passará a ter uma fronteira, não só extra-europeia, como uma fronteira de guerra e de conflito — Irão, Iraque, Síria, Arménia, Geórgia

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Depois, queria chamar a vossa atenção para a necessidade de sabermos se as normas do Tratado

de Amesterdão em matéria de validação dos princípios fundamentais da União Europeia são ou não para levar à letra. Considera-se que uma das conquistas do Tratado é o depósito de um conjunto de princípios fundamentais, ou seja, a União Europeia obedece a um modelo político comum de respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades, pela democracia e pelo Estado de direito. Ora, o que pergunto é como é que podemos conciliar isto com um Estado como o da Turquia, onde, em primeiro lugar, o partido que vence as eleições é ilegalizado e, em segundo lugar, há delito de opinião e, em terceiro lugar, há perseguição aos adversários da laicidade do Estado.

Por fim, e como todos sabem, a doutrina nacional da Turquia sobre a resolução do problema curdo é absolutamente incompatível com a visão que pode ter a União Europeia sobre a forma de resolver os conflitos internacionais pendentes

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É perante isto, Sr Presidente e Srs Deputados, que nos limitamos a dizer o seguinte: a Turquia estava do lado de fora e conseguiu passar para a lista de países candidatos à adesão, constituindo, caso entrasse, o maior Estado da União Europeia e o segundo mais populoso. O que vos pergunto é se alguma vez assistiram, precedendo esta decisão, a um debate democrático digno desse nome que nos levasse a pensar no que estamos a fazer

**Aplausos do CDS-PP**

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, Srs e Sras Deputados. O Bloco de Esquerda manifesta também protesto e preocupação pela inclusão da Turquia no elenco de Estados candidatos à União Europeia. A Turquia não é, nem de perto nem de longe, um Estado onde vigore um regime democrático. As violações dos direitos humanos são prática corrente e existe uma situação de opressão persistente em relação ao povo curdo, sendo-lhe negados os seus direitos legítimos à autodeterminação e a uma solução internacionalmente aceite que possa aumentar a estabilidade e a paz na região, para além de ser reiterada, conhecida e comprovada a obstinação do Estado turco em não cumprir resoluções das Nações Unidas no que toca ao conflito cipriota.

Nestes termos e nestas condições, parece-nos intolerável que a União Europeia tenha vindo a decidir, no último Conselho Europeu, que a Turquia pode ser investida desse estatuto de candidata à adesão.

Queremos manifestar esta preocupação e protesto, se bem que não possamos acompanhar o voto do Partido Popular, por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, porque não concordamos — e, aliás, parece-nos uma contradição nos termos, embora compreendamos o objectivo político — que o Partido Popular, no mesmo voto, condene a inclusão da Turquia na lista de candidatos à

adesão à União Europeia e, por outro lado, procure, pense e escreva que é desejável o reforço da cooperação económica e militar com a Turquia Isto porque do que se trata aqui é de saber se o Ocidente está ou não a ajudar o regime turco, seja na vertente da sua adesão à União Europeia, seja na sua cooperação no âmbito da NATO ou de outras formas de cooperação internacional É disso que também trata o voto do Partido Popular, razão pela qual não estamos de acordo com ele

Por outro lado ainda, também não estamos de acordo, sendo embora interessante discutir quais as fronteiras externas da União, com um certo chauvinismo europeu de uma única matriz em relação às considerações que se fazem acerca da Turquia A civilização europeia, independentemente do que possamos debater sobre isso, teve várias matrizes e até geograficamente a parte europeia da Turquia é, provavelmente, bem mais marcante na história europeia do que outras partes da Europa ocidental Portanto, não concordamos com essa demarcação geográfica e civilizacional em relação à Turquia e afastamo-nos desse propósito

Sr. e Srs. Deputados, Sr Presidente Apelamos a um voto positivo para esta preocupação e protesto. Sabemos que há movimentos democráticos no Curdistão, na própria Turquia, que olham com preocupação esta situação e que apelam à Europa no sentido de esta ajudar à democratização do regime, mas não será, certamente, por abrir a porta da União Europeia sem quaisquer cedências do regime turco que se efectivarão os direitos democráticos, os direitos dos nacionais e o direito à paz e à estabilidade daquela região

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pisco

**O Sr. Paulo Pisco (PS)** — Sr Presidente, Srs Deputados A União Europeia tem como pilares essenciais da sua identidade a defesa de um conjunto de valores e de um modelo cultural que não só nos esforçamos para que sejam cumpridos no espaço comunitário como também procuramos irradiar para outras regiões

**O Sr José Magalhães (PS)** — Muito bem!

**O Orador:** — A defesa dos direitos humanos é certamente um desses valores estruturantes da identidade europeia, mas não podemos também esquecer a tolerância e a solidariedade, de que nós, País do sul saído de uma longa ditadura, também beneficiamos largamente com a nossa participação na União Europeia

Além de ser um espaço de liberdade e tolerância, a União Europeia é também um espaço de desenvolvimento

A Turquia é o mais antigo dos candidatos à adesão à União Europeia, pretensão essa que lhe tem sido sucessivamente negada, apesar de a esperança de um dia vir a ser membro ter sido sempre mantida A União Europeia decidiu agora, por vontade de todos os Estados-membros, incluindo a Grécia, incluir a Turquia como candidato à adesão A Turquia não foi colocada, no entanto, e é bom que isto fique claro, ao mesmo nível dos

outros seis novos candidatos com quem agora a União Europeia irá abrir o processo de negociações, porque todos nós estamos conscientes de que a Turquia ainda tem um longo caminho a percorrer

Mas, Srs Deputados, a Turquia, além de ser um país de grande importância geoestratégica, precisamente porque faz a ponte entre o Ocidente e o Oriente, não deve ser excluída liminarmente por medo que os nossos valores judaico-cristãos fiquem ameaçados. É preciso não esquecer que, quanto mais for afastada da União Europeia, mais se sentirá excluída, aí, sim, dando azo a um dos grandes problemas da actualidade, que é o da ascensão dos integranismos islâmicos e das suas guerras santas contra o Ocidente.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Depois do problema da ditadura, não?

**O Orador:** — Se não for a União Europeia a dar à Turquia o impulso decisivo para a sua democratização, não serão de certeza as ditaduras de natureza teocrática a fazê-lo A defesa da paz e da estabilidade que vale para o Leste europeu tem também de valer para a Turquia

É por isso que julgamos que os problemas agora sentidos pela Turquia a nível económico, social e religioso serão melhor resolvidos se esse país tiver uma ligação forte com a União Europeia Julgamos que como sociedade tolerante e de abundância temos deveres mínimos de solidariedade, mesmo com a Turquia, e não devemos deixar que o preconceito político ou religioso mine a nossa tolerância É no diálogo de culturas que nos enriquecemos. A defesa da exclusão aqui apresentada nos votos contém alguns laivos de intolerância cultural que roçam a xenofobia

É por isso que votamos contra os dois votos de protestos aqui apresentados pelo PP e pelo Bloco de Esquerda

*Aplausos do PS*

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Peço a palavra, Sr. Presidente

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr Deputado?

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Para defesa da honra da bancada, Sr Presidente

**O Sr Presidente:** — Tem a palavra, Sr Deputado

**O Sr. Francisco Louçã (BE)** — Sr Presidente, sempre pensei que a figura da defesa da honra era utilizada com alguma ligeireza nesta Casa

**O Sr Presidente:** — Isso é dizer pouco! Isso é dizer muito pouco, Sr Deputado! Há muita hipersensibilidade!

**O Orador:** — Mas devo dizer-lhe que não aceito que qualquer Deputado, do Partido Socialista ou de qualquer outro partido, acuse o Bloco de Esquerda ou outra força.

neste caso, de laivos de xenofobia a propósito de uma intenção política

O Sr José Magalhães (PS) — Não defende o PP!

O Orador: — A interpretação, seja a que for, Sr Deputado, mas laivos de xenofobia é uma acusação que, no regime jurídico português, implica criminalização. É um erro gravíssimo e eu não lhe aceito esta referência!

Ela é, além disso, injusta e injustificável, porque, se ler o voto que apresentámos, verá que da parte resolutiva consta o seguinte «A Assembleia da República exprime a sua preocupação pela atribuição à Turquia do estatuto de candidato à União Europeia e considera que a negociação deve estar condicionada à aceitação prévia pela Turquia do fim da pena de morte, da democracia pluripartidária e do respeito dos direitos da minoria curda». Não há nisto, Sr. Deputado, nem sequer furos de xenofobia, como teria compreendido se tivesse lido este texto!

O Sr José Magalhães (PS) — É mau sentir as dores alheias!

O Sr Presidente: — Sr Deputado Francisco Louçã, peço desculpa pela observação que fiz há pouco, porque, de facto, parece que houve laivos de ofensa à honra.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Aí houve, houve!

O Sr Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Pisco.

O Sr. Paulo Pisco (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco Louçã, o que quero dizer é que, muitas vezes, a coberto de argumentos de natureza política e económica, se escondem preconceitos culturais e religiosos que, no nosso caso, que sempre defendemos o diálogo de culturas, devemos afastar liminarmente desta discussão. Aliás, esse tem sido um argumento recorrente em toda a União Europeia, sendo utilizado por diversos partidos, razão pela qual não me referi especificamente ao seu.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem! Quanto ao resto, não há ofensa!

O Sr Presidente: — Para defesa da sua honra pessoal, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, creio que não vale a pena fazer mais do que recordar a história das grandes religiões e a dignidade de cada uma delas para fazer entender aos Deputados que queiram desembaraçar-se deste problema com um puro pretexto ou alegação de preconceitos de natureza religiosa, que assim não é!

O que está em causa, Sr Deputado, é que o diálogo entre culturas e entre civilizações não significa a fusão dessas culturas e dessas civilizações em unidades políticas próprias. O conceito de Europa, em que os fundadores da União e os seus continuadores acreditaram, fica posto em

causa — eu não digo que não mude, mas digo que fica posto em causa — com a eventual entrada da Turquia.

Devo dizer-lhe que, com o rigor de quem, além de tudo o mais, não queria consentir àqueles que se querem desembaraçar do problema, não o discutindo, o CDS-PP acentuou no seu voto a natureza política da questão, que é, no mínimo, a que é suscitada pela contradição entre o artigo 6º do Tratado de Amesterdão — em que, suponho, o Sr Deputado acredita — e a realidade da Turquia.

Não venha invocar o apoio da Europa a Portugal para conquistarmos a liberdade, porque Portugal teve esse «seguro europeu» em relação à sua liberdade, depois de sair de um regime autoritário.

O que está a acontecer com a Turquia tem, provavelmente, a ver com pressões internacionais, cuja origem é conhecida, porque a pressão sobre a União Europeia foi pública. Mas o que não acho aceitável, Sr Deputado, é que um país com a dimensão da Turquia, a sua população, a sua história imperial, a sua grandeza civilizacional, seja candidato à União Europeia da noite para o dia, sem qualquer debate democrático.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É isso que está em causa! Por isso, não venha dizer a um democrata-cristão que se trata de uma questão de intolerância religiosa, que não é para aqui chamada!

*Aplausos do CDS-PP*

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Pisco. Peço que seja o mais conciso possível, dado que estamos a prolongar os trabalhos, de forma incomportável, para além do que é razoável.

Faça favor, Sr Deputado

O Sr Paulo Pisco (PS) — Sr Presidente, serei breve. Queria apenas dizer que, no meu entender, o conceito de Europa dos «países» fundadores da União Europeia, provavelmente, também não teria previsto a inclusão da Estónia, por exemplo. Mas essa é outra questão.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — A Estónia? Do Atlântico aos Urais!

O Orador: — A Europa tem-se auto-regulado por si própria

Quanto ao tipo de argumentação aqui utilizado, particularmente pelo Sr Deputado Paulo Portas, gostaria de dizer que se trata de um tipo de argumentação que tem sido utilizado sobretudo pelos partidos de forte matriz cristã, como é próprio do Partido Popular.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho. Peço-lhe que seja o mais conciso possível.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Sr Presidente, Srs Deputados O Grupo Parlamentar do PCP acompanha também a profunda preocupação que atravessa alguns dos partidos desta Câmara em relação à abertura de um processo que visa, no seu limite, a eventual adesão da Turquia à União Europeia. Mas acompanhamos essa preocupação por uma razão nuclear, afastando-nos de argumentos que têm matrizes aparentes de intolerância religiosa, entre outras. A questão nuclear, Sr Presidente, é a contradição evidente entre o actual regime turco e aquilo que se afirma ser a matriz fundacional da União Europeia, centrada na democracia, na defesa dos direitos humanos, no respeito pelas minorias.

A ocupação de Chipre, a perseguição do povo curdo e a intolerância perante a existência de uma nação curda, a manutenção da pena de morte, que neste momento está a ameaçar o líder curdo Ocalan, são exemplos a que poderíamos juntar o desrespeito, por parte da Turquia, de mais de uma dezena de acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em relação a várias atitudes do seu Estado e do seu regime, atitudes de desrespeito evidente pelos direitos humanos.

É, pois, neste contexto, Sr Presidente, que nos causa preocupação este processo que pode vir a conduzir à adesão da Turquia à União Europeia, sobretudo se antes dessa adesão — e sempre depois de ouvido o povo turco — estas condições não estiverem previamente resolvidas de forma sustentável.

Quero recordar que ainda recentemente, integrado numa delegação do Grupo de Esquerda do Conselho da Europa, não tivemos possibilidade de fazer uma conferência de imprensa em Istambul, porque o regime turco não criou as condições necessárias para que ela tivesse lugar, em torno do caso Ocalan.

Por estas razões, Sr Presidente, acompanhamos o voto do Bloco de Esquerda no quadro desta argumentação e esperamos que, antes de o processo de adesão da Turquia ser eventualmente encerrado, estas condições de democratização do Estado turco, de respeito pelas minorias, de respeito pelos direitos humanos, seja efectivamente cumprido.

#### *Aplausos do PCP.*

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Eduarda Azevedo

**A Sr<sup>a</sup> Maria Eduarda Azevedo (PSD)** — Sr Presidente, Srs Deputados O PSD não pode apoiar estes votos de protesto. Desde já, penso que cumpre ficar claro que não se pode falar hoje em processo de candidatura conseguida e em grande evolução por parte da Turquia. A Turquia ainda agora está às portas da periferia da Europa da União Europeia.

De qualquer modo, há um aspecto que importa sublinhar quando a Europa mostra, relativamente à Turquia, esta posição de aceitar finalmente a consideração da sua candidatura à adesão à União Europeia, não está a fazer mais do que a mostrar, inclusive, a reafirmação das regras do jogo. Essas regras do jogo foram apresentadas

em 1963, foram reafirmadas em 1989 e são reafirmadas agora com a mesma insistência. Ou seja, a matriz axiológica dos povos europeus da União Europeia mantém-se viva, mantém-se de pé e alimenta princípios que têm de ser conseguidos.

O que acontece é que a Turquia sempre soube — e sabe hoje mais do que nunca — as regras do jogo. A regra do jogo é adaptar-se aos princípios do Estado de direito democrático, aceitar e levar à prática o cumprimento dos direitos humanos e o respeito pelas minorias. As regras do jogo são essas.

A Turquia foi reincidente no pedido — e ainda bem que o fez, porque mostra a autenticidade desse mesmo pedido — e à União Europeia cumpre continuar a apostar na mudança, mudança essa que tem de ser fundamental para que esta postura actual da União Europeia constitua necessariamente um incentivo não só para o país mas também, deixem-me dizer-vos, para aqueles cidadãos turcos que não estão dentro deste pacote global que foi aqui definido, sendo, eles próprios, uma minoria em termos ideológicos, sendo, eles próprios, uma minoria em termos de democracia face a esse povo que não tem essas características, como estes mesmos votos de protestos apresentaram e o diagnóstico que fizeram.

Nós, portugueses, tal como os países que também acederam à independência no modelo democrático através de revoluções que permitiram a adesão à Comunidade Europeia, sabemos como foi extremamente importante e decisivo o apoio europeu para essa mudança fundamental de que hoje nos regozijamos e que queremos, por uma questão de contaminação, transmitir ao povo turco.

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Muito bem observado!

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, encontram-se a assistir aos nossos trabalhos 12 Senadores do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte. Uma saudação para todos eles.

#### *Aplausos gerais*

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr Presidente, Srs Deputados Gostaria de dizer que também Os Verdes acompanham com preocupação os termos em que o último Conselho de Helsínquia admitiu aceitar a candidatura da Turquia na qualidade de Estado-membro da União Europeia.

Não é, para nós, indiferente aquilo que se passa na Turquia. Existem situações não só de violação de direitos humanos mas também de algo bem mais grave. Trata-se de um país em que há ausência de um Estado de direito, um país com ausência de liberdade, um país em que a pena de morte continua a existir, um país em que uma das minorias étnicas da Europa continua a ser perseguida.

Ora, não sendo para nós indiferente o que se passa na Turquia, não é, no entanto, aceitável, não por interditos culturais que estão presentes no voto do Partido Popular, não por uma hipotética discussão, que agora não cabe fazer, sobre as fronteiras e os limites exactos da Europa, mas, porque para nós não é indiferente o que se passa na Turquia, não é para nós, seguramente, indiferente que a União Europeia — que foi fundada tendo em conta os direitos humanos, a liberdade e um património que consideramos não ser dispensável — aceite, neste momento, com esta ligeireza e este pragmatismo, a possibilidade de candidatura da Turquia, quando não há quaisquer sinais de mudança nesse país.

Por esta razão, acompanhamos o voto proposto pelo Bloco de Esquerda e por esta razão não subscrevemos os motivos que orientam o voto do Partido Popular.

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, vamos passar à votação do voto n.º 37/VIII — De protesto pela inclusão da Turquia na lista de candidatos à União Europeia (CDS-PP)

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE e votos a favor do CDS-PP*

*Era o seguinte*

Considerando que a questão da candidatura da Turquia à União Europeia sempre dividiu a opinião pública europeia, fosse por razões históricas, culturais, geográficas ou políticas;

Considerando que a decisão de incluir a Turquia na lista de candidatos à União Europeia surpreendeu pela ausência de consistência numa eventual alteração de motivos que justificasse a tradicional reserva com que essa candidatura tem sido encarada.

Considerando que a aceitação da Turquia como Estado que integra, oficialmente, a lista de Estados candidatos significa uma substancial alteração de estatuto, e é facto muito diferente face ao desejável reforço da cooperação económica e militar entre o Ocidente, em geral, e a Europa, em especial, e o Estado turco;

Considerando que, geograficamente, só uma ínfima parte do território turco é classificado como fazendo parte do continente europeu;

Considerando, em consequência, a radical alteração da fronteira europeia que a inclusão da Turquia na lista de Estados candidatos a adesão vem significar, sem que fosse devidamente ponderada uma nova doutrina relativa ao espaço europeu que permitisse enquadrar essa mudança.

Considerando, ainda, que a adesão da Turquia autoriza um conceito de fronteira externa da União que é, no mínimo, fonte de questões perplexizantes,

Considerando, também, que uma das significativas alterações depositadas no Tratado de Amsterdão foi a expressa consagração, no artigo 6.º, de um conjunto de princípios e valores de liberdade, democracia e respeito pelos direitos humanos, condições que integram um

modelo de civilização e vinculam a União, não sendo negligenciáveis nem admitindo interpretações ambíguas.

Considerando que, no acervo nessas condições, expressamente ficou prevista a subordinação dos Estados-membros ao respeito das liberdades fundamentais e do Estado de direito.

Considerando que o Estado turco mantém um contencioso internacional relativo à ilha de Chipre, é conhecido por viver num modelo político especialmente tutelado pelas Forças Armadas, pratica, reiteradamente, a ilegalização de partidos políticos, incluindo os que vencem as eleições, e, notoriamente, prossegue uma doutrina nacional relativa à chamada «questão curda» que não respeita direitos elementares, já não de soberania políticas mas de identidade cultural, para os milhões de curdos que habitam na Turquia.

Considerando que estas restrições ao exercício dos direitos fundamentais se estendem à própria liberdade de expressão e opinião, sendo observáveis na Turquia, a existência de delitos de opinião e a continuação da pena de morte, o que entra em conflito com o modelo democrático comum que os europeus desejam e aceitam,

Considerando, enfim, a própria dimensão demográfica que a candidatura da Turquia representaria, a ser aceite, e a alteração de monta que traria à geografia e ao já difícil equilíbrio entre os grandes, médios e pequenos Estados da União, além de significar um não calculado desafio às políticas de integração no desenvolvimento e na coesão económica e social da União Europeia, cuja sustentabilidade já é correntemente discutida numa União a Quinze, e ainda mais na perspectiva do alargamento.

A Assembleia da República expressa a sua reserva quanto à inclusão da Turquia na luta de candidatos à União Europeia e chama a atenção para que tal mudança ocorreu sempre qualquer debate democrático consistente nas opiniões públicas nacionais dos Estados-membros, o que agrava o défice de cidadania e participação que muitos europeus sentem relativamente ao modelo da construção europeia.

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, vamos passar à votação do voto n.º 38/VIII — De protesto pela atribuição à Turquia do estatuto de candidato à adesão à União Europeia (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PCP, de Os Verdes e do BE*

*Era o seguinte.*

Considerando a recente decisão do Conselho Europeu de aceitar a Turquia como candidato oficial a Estado-membro da União Europeia,

Considerando que a Turquia afronta continuadamente resoluções das Nações Unidas sobre o conflito cipriota.

Considerando que vigora na Turquia um regime político antidemocrático, sem qualquer respeito pelos direitos humanos. Acrescendo que subsiste a opressão sobre o povo curdo, sem qualquer abertura das autoridades

turcas a um processo negociado que reconheça o direito à autodeterminação curda numa solução que seja internacionalmente aceite;

Considerando que como portugueses conhecemos no passado que a integração de um regime ditatorial em organismos como a NATO ou a EFTA foram auxílios preciosos ao poder então vigente, apesar das proclamações democráticas dessas organizações internacionais.

Considerando legítimo que a opinião pública europeia e a União pressionem o regime turco para o estabelecimento de uma situação democrática, o que não é compatível com o desenvolvimento de um processo negocial sem qualquer cedência imediata da Turquia em matéria de direitos humanos e sem a anulação do julgamento do líder curdo Ócalan;

A Assembleia da República exprime a sua preocupação pela atribuição à Turquia do estatuto de candidato à União Europeia e considera que a negociação deve estar condicionada à aceitação prévia pela Turquia do fim da pena de morte, da democracia pluripartidária e do respeito dos direitos da minoria curda

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, vamos passar à discussão do voto n.º 30/VIII — De protesto pela guerra que o governo russo conduz contra a Chechénia (BE).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

**O Sr Francisco Louçã (BE)**. — Muito obrigado. Sr Presidente

Foi ouvido aqui o argumento, num debate deste tipo, de que seria uma boa oportunidade de, através de moções desta índole, desenvolver a polémica ideológica nesta Assembleia. Não é essa a minha opinião e, sobretudo, não é este o interesse ou o sentido deste voto

Este voto pretende, como outros que foram aqui aprovados por unanimidade, fazer com que se ouça, junto de embaixadas, de governos ou de partes num conflito, uma voz forte de uma instituição com a autoridade desta Assembleia da República a favor de uma política que é assente no critério dominante e prioritário dos direitos humanos

Esta guerra, que acentua o estado de conflito no Cáucaso, tem evidentemente muitos intervenientes e muitos culpados. E não nos compete a nós, nem o podemos, nem resolvê-lo nem sequer apontar todas as causas que aqui confluem. Mas podemos, sem qualquer dúvida, manifestar a nossa preocupação e o nosso protesto contra uma forma de intervenção que agrava os conflitos, que prejudica os direitos dos povos e que eterniza uma guerra que se arrasta, agora sem solução

Alguns Sr.º e Srs Deputados têm vindo a sublinhar, e têm certamente razão, o facto de que neste conflito não há partes inocentes, a não ser muitas das suas vítimas civis.

Existe um problema gravíssimo de terrorismo e até de terrorismo de Estado que foi desenvolvido na sequência de conflitos anteriores no sentido da Chechénia para o interior do conjunto da Federação Russa, assim como existe uma prática, já seguida desde a ocupação pelas

tropas do czar deste território, de opressão e de intervenção militar contra a expressão de direitos desta população

Mas fundamentalmente o meu argumento é que é sempre a guerra que estimula o banditismo, que o banditismo de Estado acolhe as mafias e que a guerra cria o paradoxo da xenofobia

É por isso que propomos que a Assembleia da República proteste contra a continuação dos bombardeamentos a Grozny e a outras localidades, manifeste a sua preocupação a respeito de uma guerra que impõe o sofrimento humano como método para contrariar os direitos das populações e que prolonga e estende as tensões regionais e a crise nesta região do Cáucaso, apelando, por isso, à cessação imediata das hostilidades e à resolução pacífica destes conflitos

Alguns Srs Deputados sugeriram que fosse acrescentada uma frase no fim da parte resolutiva deste voto e, assim, depois de se dizer «( ) apela à cessação imediata das hostilidades para abrir caminho à resolução pacífica do conflito», acrescentar-se-ia «( . ), sem prejuízo da integridade territorial da federação russa», frase com a qual, naturalmente, estamos de acordo

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Saraiva

**O Sr. José Saraiva (PS)** — Sr Presidente, Srs. Deputados. Tive oportunidade, recentemente e em representação desta Assembleia, de acompanhar as eleições legislativas russas, integrando a delegação da Organização de Segurança e Cooperação Europeia. Tive, por isso, também a oportunidade de contactar com forças políticas e sociais e com alguns líderes de opinião que manifestaram a sua profunda preocupação quanto ao desenvolvimento da guerra promovida por Moscovo contra a Chechénia, aquilo a que se designa como a segunda guerra contra a Chechénia e o seu povo

Há uma profunda inquietação por parte de muitos dirigentes políticos russos, não só pelas consequências já expostas pelo Sr Deputado Francisco Louçã, consequências essas cujo alcance não se conhece completamente, tanto mais que, permito-me lembrá-lo, ainda ontem, numa entrevista publicada no jornal *Público*, o presidente cessante da Organização, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, previa, lamentavelmente, milhares e milhares de mortos civis, que vão ser vítimas dos bombardeamentos, alguns cirúrgicos e outros nem por isso, a trouxe-mouxe, feitos contra civis

Assim e porque nós, socialistas, entendemos que os conflitos, sejam eles quais forem, nunca se resolvem aos tiros, à bomba ou com misseis, julgamos que este voto deve ser aprovado pela Câmara

Aliás, Sr Presidente e Srs Deputados, também me questiono publicamente sobre o que se passa na Federação Russa. Dizia, ontem, no debate aqui realizado, o Sr Francisco Louçã que a União Europeia não pode ter um «pátio traseiro» que permita algumas operações que outros entendem não dever fazer. Acompanho-o nessa sua preocupação, Sr. Deputado, e temo sinceramente que a guerra instalada, cujo fim não se adivinha fácil, possa

alastrar para uma outra zona do Cáucaso e ser muito mais complexa, designadamente para a Arménia e o Azerbaijão e mesmo na ligação entre a própria Chechénia e o Afeganistão, ou provocar o reacender do conflito de Nagorno-Karabakh São questões muito complexas, muito difíceis, mas a que devemos estar atentos.

**O Sr Presidente:** — Faça favor de terminar, Sr Deputado

**O Orador:** — porque entendemos que a posição russa mudou e é preciso seguir com particular atenção aquilo que se passa na Rússia, onde, hoje, a guerra pode ser feita para servir outros meios

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral

**O Sr João Amaral (PCP)** — Sr Presidente, Srs Deputados A situação de conflito militar aberto que a Chechénia vive é, como aqui já foi dito, pesadamente paga pelos habitantes da região, não só em vidas humanas mas também pela brutal destruição de infra-estruturas, cidades e tudo o que podia e devia assegurar as mínimas condições de sobrevivência A deslocação forçada de populações e o peso sobre outras regiões é outra das brutais consequências do que se passa na Chechénia

A informação existente sobre a situação está muito longe de ser clara e transparente

Sobre quem são as autoridades russas e os interesses que as movem neste processo está muita coisa escrita Não há analista que não ponha em evidência que a forma terrorista como as forças armadas da Federação Russa actuam e a forma como é feita a propaganda da guerra se destinam a efeitos de preservação do clã Ieltsin/Putin no poder e, atrás deles, das mafias que controlam o «bolo económico» da Rússia

Do outro lado dos trincheiras da guerra — basta ler, por exemplo, o texto publicado na *Revista do Expresso*, em 20 de Novembro de 1999, assinado por Luís Meireles —, encontram-se outras mafias, outras formas terroristas de prosseguir a guerra, e muitas ligações internacionais aos mais conhecidos centros do fundamentalismo e radicalismo político e militar, com o afastamento de cena dos líderes mais moderados

Numa região do globo onde espreitam, de sul a norte e de leste a oeste, vários expansionismos, o pior que se pode fazer é ceder à tentação fácil de reduzir a situação a um filme de *cowboys*, com os bons de um lado e os maus do outro

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Da nossa parte, PCP, apresentamos aqui o nosso repúdio e protesto pelo conflito militar, pela continuação da guerra que assola a Chechénia, mas reclamamos de toda a comunidade internacional, de toda sem excepções, que se empenhe na busca de uma solução

pacífica e na cessação dos canais que alimentam esta guerra, tanto do lado da Federação Russa e das mafias que a dominaram como do lado dos senhores da guerra chechenos e das mafias que servem

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Correia

**O Sr José Correia (PSD)** — Sr Presidente, vou ser muito rápido, em resposta ao seu pedido de rapidez

Sr Presidente e Srs Deputados, o PSD vai votar a favor do voto proposto pelo Bloco de Esquerda, agradecendo, desde já, a alteração final a propósito da questão da integridade territorial E isto por duas razões muito simples em primeiro lugar, porque consideramos que não há guerras politicamente correctas e guerras politicamente incorrectas e não podemos tolerar que certas coisas se passem nos termos em que estão a ocorrer na Chechénia

É evidente que não há bons e maus, é evidente que o comportamento da Federação Russa é censurável, é evidente que a Federação Russa tem todo o direito de se defender contra ameaças à sua própria integridade e contra o terrorismo de alguma forma organizado que estava a ser levado a cabo contra ela Mas também há aqui um problema de proporcionalidade e os meios que estão a ser utilizados são claramente inaceitáveis face à natureza da ameaça

Por outro lado, parece-nos também absolutamente inaceitável que a guerra seja agora utilizada como arma de campanha eleitoral e não compreendemos que alguém queira incrementar a sua popularidade à custa da vida daqueles que estão a ser sacrificados na Chechénia, até porque, infelizmente, conhecemos directamente essa situação

Por tudo isto, votamos naturalmente a favor do voto de protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr Presidente, Srs Deputados Brevemente, gostaria de dizer que Os Verdes estão totalmente de acordo com este voto Pensamos que não fazia sentido que a Assembleia da República não se posicionasse sobre uma matéria tão importante e se mantivesse indiferente perante uma chacina que, quotidianamente, mata, mutila e faz sofrer populações indefesas

Não é linear o conflito que se abate sobre o Cáucaso Seguramente, há outros caminhos, que devem ser tentados, e a pressão dos parlamentos e da União Europeia pode ajudar a travar este conflito, a sustentar uma situação que é politicamente inaceitável e que, hoje, exige de todos nós um forte movimento de opinião, de condenação e quebra de silêncio

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP).** — Sr Presidente, Srs Deputados O Grupo Parlamentar do CDS-PP vai votar a favor deste voto, mas . E este «mas» quer significar, em primeiro lugar, o que já foi aqui referido sabemos pouco sobre a situação, as notícias não são claras A guerra, no entanto, é sempre um drama mais forte que tudo o resto

Também estamos de acordo em que não há guerras justas e guerras injustas, todas elas são uma prova de estupidez e de injustiça Por isso, o meu grupo parlamentar tem actuado sempre com coerência neste domínio seja em Angola, seja noutras países onde há guerra, o nosso voto tem sido sempre o mesmo E também aqui essa situação sobrelevou as outras

Custa-nos muito ver morrer inocentes na Chechénia, em Grozny, mas também nos custa muito ver morrer inocentes nas ruas de Moscovo Custa-nos muito ver o terrorismo em Moscovo, custa-nos muito ver que, sobre esse terrorismo, pouco se tem dito e falado e é bom apurar quem é o responsável pela morte de tantos inocentes Não podemos ficar imunes a essa situação, sob pena de estarmos a defender valores contraditórios.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Não podemos querer a paz na Chechénia e o terror em Moscovo

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — De qualquer maneira, a guerra, as crueldades e aquilo que nos tem sido dado ver é de tal maneira penoso que o nosso voto não podia ser outro senão o voto a favor, embora cheios de dúvidas

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, vamos então votar o voto n.º 30/VIII — De protesto pela guerra que o governo russo conduz contra a Chechénia (BE)

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade*

*É o seguinte*

Considerando o rápido agravamento da situação militar na república caucasiana da Chechénia e a agudização dos massacres de populações civis pelos bombardeamentos aéreos das forças armadas russas,

Considerando o evidente retrocesso que a iniciativa militar do governo russo constitui para a estabilização e pacificação da zona do Cáucaso, tendo em conta os acordos de 1996 que reconheceram a autonomia da Chechénia — hoje, como ontem, único caminho possível para a solução de um conflito que permanece desde a anexação do território pelo czar, em finais do século XVIII — e tendo ainda em conta o desenvolvimento, na Rússia, de perigosos sentimentos xenófobos alimentados pelo conflito em curso.

Considerando a experiência passada de intenso conflito militar russo-checheno, de que resultou a destruição quase

total da infra-estrutura económica urbana da Chechénia e a instalação de um regime que, favorecendo uma economia assente no banditismo e na extorsão e dominada pelos caciques guerreiros do integrismo islâmico, tem sido incapaz de garantir a segurança dos cidadãos

Considerando a rejeição pelo governo russo de propostas de solução pacífica, que incluem o desmantelamento das forças militares ilegais operando no território, e a continuação dos bombardeamentos,

A Assembleia da República manifesta o seu protesto pela inaceitável continuação dos bombardeamentos e ataques a Grozny e a outras localidades, manifesta a sua preocupação a respeito de uma guerra que impõe o sofrimento humano como método para contrariar os direitos do povo checheno, aprofundando o carácter prolongado das tensões regionais e da crise geral na região do Cáucaso, e apela à cessação imediata das hostilidades para abrir caminho à resolução pacífica do conflito, sem prejuízo da integridade territorial da federação russa

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, o voto será levado ao conhecimento do Sr Embaixador da Federação Russa

Srs Deputados, vou, agora, dar a palavra ao Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, que, ao abrigo do artigo 83.º, n.º 2, do Regimento, pediu para intervir no período de antes da ordem do dia.

Tem a palavra, Sr Ministro

**O Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública (Alberto Martins)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Sr e Srs Deputados O Governo propõe-se intervir nesta fase do período de antes da ordem do dia, nos termos regimentais, para apresentar uma resolução, hoje adoptada em Conselho de Ministros, sobre a reforma da organização territorial da administração do Estado.

Quero referir que esta resolução parte do princípio de que os direitos do cidadão no acesso aos bens públicos e à protecção do interesse público exigem uma administração imparcial, qualificada e eficiente, exigem uma administração em que os cidadãos se aproximem das instâncias de decisão administrativa, quer pela reforma da administração central quer pela sua desconcentração e descentralização

Aliás, o debate travado entre nós na última legislatura e que conduziu aos resultados conhecidos relativamente à regionalização e à derrota ocorrida nesse referendo, registou um elevado consenso e uma aguda consciência da necessidade sobre alguns pontos da agenda política São eles — e vale a pena retê-los a prioridade à correcção das assimetrias regionais, em nome da equidade territorial, a necessidade de uma reforma da administração periférica do Estado, com uma coordenação territorial das políticas públicas, a descentralização das atribuições e competências para as autarquias locais, que garantam uma maior democraticidade e eficiência de gestão, e uma articulação entre diversos níveis da Administração Pública

O Programa do Governo, aliás, assume que a estratégia da reforma democrática do Estado deve orientar-se no

sentido de combinar a visão sectorial com uma visão horizontal das políticas públicas, à escala nacional, regional e sectorial

Sr Presidente, a Administração Pública conta, hoje, com pouco mais de 500 000 funcionários na administração central e 110 000 na administração local. Não existe nível intermédio regional ou distrital. As funções da Administração, nesses escalões intermédios, exercem-se através de serviços e institutos públicos com diferentes graus de autonomia, todos eles ligados à administração central do Estado. Dada a ausência de um escalão intermédio, geograficamente fixado, cada sector ou ministério escolheu, no curso da história, o recorte, o modelo e as atribuições que livremente se quis atribuir. Não há praticamente serviços centrais localizados fora de Lisboa e os institutos públicos autónomos sediados fora da capital têm a área de jurisdição circunscrita à respectiva localização geográfica. O Orçamento do Estado, como todos sabemos, não é organizado a nível regional nem distrital.

Esta verticalização da Administração tem reflexos a nível central. A especialização central reflecte o modelo da multiplicidade de sectores. Na última avaliação sobre os serviços desconcentrados dos diversos ministérios, no ano transacto, verifica-se esta situação singular: há 15 casos de desconcentração segundo o modelo distrital, como o da Protecção Civil ou o do INATEL; há 20 casos agregando distritos, tais como os da administração regional de saúde, ou dos serviços regionais de segurança social; há 13 casos de desconcentração, de acordo com o modelo das comissões de coordenação regional, de que são exemplo as delegações regionais de economia, educação e ambiente; há 26 casos, segundo outras formas de delimitação espacial distinta, como o IGAPHE, a Direcção Regional de Agricultura ou as regiões de turismo.

Estas estruturas desconcentradas não têm qualquer coordenação entre si, nem o Estado dispõe de formas de tutela horizontal, a qual não cabe, manifestamente, aos governadores civis ou aos presidentes das CCR.

Para tentar debelar esta situação o Governo aprovou, no Conselho de Ministros realizado esta manhã, uma resolução que cria a missão para a reforma da organização territorial do Estado. Esta missão é uma estrutura de representação interministerial, que tem por objectivos proceder ao levantamento, por ministérios e a nível geográfico, de todos os serviços, institutos públicos e outros órgãos da administração desconcentrada, identificando a legislação aplicável, o âmbito, as atribuições, as competências, o regime financeiro e o pessoal, promover a elaboração de propostas programáticas, organizativas e legislativas respeitantes à organização territorial do Estado, com vista à racionalização da administração desconcentrada e concretizando princípios de descentralização e de subsidiariedade, ser um mecanismo de coordenação estratégica da desconcentração administrativa, de reforma das políticas territoriais e de coordenação regional das políticas públicas, reformar as comissões de coordenação regional, favorecendo a coordenação territorial entre sectores e a participação dos autarcas e da sociedade civil regional, reforçar a coordenação executiva dos serviços

públicos a nível distrital e as funções dos governos civis, desde já no âmbito dos serviços desconcentrados da segurança, da protecção civil, da justiça e da organização dos processos eleitorais, reformar a administração periférica do Estado com a racionalização, simplificação, coordenação territorial e uniformização espacial, aprofundar a descentralização das políticas públicas a nível sub-regional, através das áreas metropolitanas, das associações de municípios e dos municípios.

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, a missão para a reforma da organização territorial do Estado, que é uma missão de representação interministerial e de harmonização das políticas dos diversos ministérios, terá dois meses para apresentar o seu programa de actividades, especificando as propostas a elaborar, as acções a desenvolver, o correspondente calendário, a metodologia e os recursos necessários.

Hoje mesmo designámos o seu presidente e esperamos, com este trabalho e com este propósito, proceder a uma avaliação rigorosa que exige a eficácia e a equidade a que todos os cidadãos têm direito.

O modelo territorial do Estado e a sua organização é uma questão essencial à qualidade da democracia e aos interesses legítimos dos cidadãos.

Esta reforma é um processo que, de todo, exige um profundo sentido de responsabilidade e de participação, de rigor e de equidade. Recusamos, por isso, a precipitação casuística ou a «terra de ninguém» do vazio político.

Dos diversos dossiers que tivemos a oportunidade de consultar ficou-nos, sobre as questões da reforma do Estado, uma ideia e uma frase muito impressiva e que não quero deixar de citar: «o Estado só é reformável se aceitar ser reformado». Como entidade abstracta que é, o Estado materializa-se, isto é, torna-se real, a partir da acção, ou omissão, dos seus agentes e das regras e modelos institucionais que eles proporcionam.

Por isso, colocam-se duas questões: uma situa-se no interior do próprio Estado, na acção dos seus agentes e numa filosofia da acção quanto a regras e modelos institucionais, relativamente a quem quer reformar o Estado e, outra, é a de que reformar o Estado é um processo que implica, necessariamente, uma participação dos diversos órgãos de soberania, atentos à ideia de que a reforma democrática da administração pública e da organização territorial do Estado é um processo gradual, paulatino, de partilha e de participação.

A organização do Estado é, poderemos dizer, um puzzle articulado em que existe uma interacção contínua entre todos aqueles que se propõem executá-la. Pela parte do Governo, é este o nosso propósito, é este o calendário e vamos cumprir-lo, certamente, com o apoio desta Câmara.

*Aplausos do PS*

O Sr Presidente: — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr João Amaral (PCP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro Alberto Martins, creio que temos de assinalar o facto de, como, aliás, já vem relatado nos

jornais, esta reunião configurar um facto novo. é que, ao fim de 9 meses, mais coisa menos coisa, de gestão do PSD por parte do Dr Durão Barroso, finalmente, o Dr Durão Barroso conseguiu pôr o Governo e o PS a seu reboque

Não leve isto a mal, não foi culpa minha. Agora, Sr. Ministro, foi uma boa graçola que lhe fizeram, foi engracado que esta situação lhe calhasse, logo a si, ao Ministro Alberto Martins. E esta situação, ainda por cima, é mais curiosa ainda quando calha a propósito daquilo que é, no mínimo, o que se pode chamar um acto de falsa contrição, por parte do PSD, porque o projecto que vamos discutir a seguir, que tem por objecto a relocalização distrital dos serviços desconcentrados da administração central, revela a má consciência do partido, o PSD, que, em relação àqueles serviços sobre os quais incide, no essencial, o seu projecto, foi o autor da reforma que causou aquela situação

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Isso discute-se a seguir!

O Orador: — No entanto, o Sr Ministro tem razão no seguinte: é que, apesar do objecto do projecto de lei e da má consciência do PSD, há um problema real

O Sr Carlos Encarnação (PSD): — Ai é que está!

O Orador: — Não sei muito bem de que partido é este Governo, porque parece que há bocado foi dito que o Governo anterior não era do mesmo partido, parece. Há bocado ouvimos o Sr Ministro Jorge Coelho dizer que os outros Ministros não trabalhavam — e V Ex<sup>a</sup> deve ser um desses casos — e que o governo anterior é que tinha a culpa, portanto, o Governo actual deve ser de outro partido

Bom, mas dizia eu, a realidade é esta: este problema manteve-se, ao longo deste tempo, sem solução. E qual é este problema? O problema é que há um conjunto de importantes cidades do País, capitais de distrito, que foram esvaziadas de serviços, o que teve repercuções negativas não só na vida dessas cidades como naquilo que deve ser uma das características essenciais da Administração Pública, que é a sua proximidade da população

Queremos deixar claro que entendemos que este processo deve ser invertido. Isto é, que nas cidades capitais de distrito devem haver serviços a nível de delegação, de subdelegação, mas a um nível adequado, e que todo o processo de desconcentração também deve ter sempre como referência essa realidade que é o distrito

Agora, há um problema. O que é que o Sr Ministro veio aqui anunciar? Mais uma vez, veio anunciar a reforma administrativa, aquela que já se anuncia no tempo em que pediu a palavra o Almirante Américo Tomás — já nesse tempo se anuncia a reforma administrativa, aquela que nunca se fez. E vem anunciar-la como? Com mais uma missão, isto é, mais um serviço, mais uma estrutura, mais um calendário, quando, ao fim ao cabo, aqui, na Assembleia, neste momento, estamos em condições de poder discutir as linhas fundamentais dessa reforma da Administração Pública e devemos fazê-lo para que ela, efectivamente, se realize.

O que pergunto ao Sr Ministro é isto: é ou não adequado que em vez do Sr. Ministro prosseguir essa linha queira cooperar com a Assembleia da República e com as comissões parlamentares no levantamento da situação e na definição de soluções que permitam, finalmente, criar uma Administração Pública moderna, desconcentrada e próxima dos cidadãos?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pretendo perguntar ao Governo se o Sr Ministro tenciona ficar para o debate do projecto de lei ou se esta é uma aparição fugaz, a «toque de caixa»...

O Sr. José Magalhães (PS) — Não, não, trata-se de uma figura regimental! É um direito!

O Orador: — Sr. Deputado José Magalhães, também é um direito regimental estar presente na discussão do projecto de lei, se assim o entendesse.

Portanto, gostaria de saber — se o Governo quisesse responder — se o Sr Ministro está na discussão do projecto de lei ou se isto é apenas a inauguração de um hábito novo do Governo de fazer estas intervenções no período de antes da ordem do dia

O Sr Presidente: — Sr Ministro, tem a palavra para responder, se assim o entender

O Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública: — Sr. Deputado Basílio Horta, devo dizer-lhe que me inscrevi para usar da palavra nos termos regimentais..

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Com certeza!

O Orador: — . e fazia uma leitura do Regimento no sentido de que a palavra me iria ser dada logo no início dos trabalhos, no decurso das intervenções políticas do PAOD

Estou aqui há três horas, na Assembleia, para produzir uma declaração política e não para participar no debate; depois disso, naturalmente, retirar-me-ei, sendo certo, porém, e sempre lhe direi, que estou disponível para vir a todos os debates em que a Assembleia, nos termos regimentais, entenda que eu deva estar presente

O Sr Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, inscrevi-me para intervir no debate e não para pedir esclarecimentos

**O Sr Presidente:** — Sr Deputado, tem a palavra para intervir

**O Sr António Capucho (PSD)** — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro O Sr Ministro vem hoje ao Parlamento, sendo certo que previamente tomámos conhecimento, através da imprensa, das razões que o levam a estar aqui

Peço desculpa por me intrometer no diálogo entre V Ex<sup>a</sup> e a bancada do partido que o apoia, já que, respigando de um matutino responsável que diz que «( ) para evitar a revolta na bancada do PS, o Governo decidiu avançar com a descentralização. Hoje, quando o PSD discutiu a sua proposta para que os serviços regressem aos distritos, o Governo já terá aprovado a missão ( )». pensei que fosse lapso, que se tratava de uma comissão Porém, não é uma missão para a reforma, «( ) é a forma de evitar que cerca de 20 Deputados socialistas votem ao lado do PSD e que, em consequência disso, Francisco Assis se demita de líder parlamentar ( )».

Sr Ministro, quero dizer que lamento esta metodologia, esta forma de diálogo ou de intervenção do Governo na Assembleia da República V Ex<sup>a</sup> e o seu Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares não ignoravam que está agendado, sendo discutido daqui a pouco, o projecto de lei do PSD relativo à relocalização distrital dos serviços desconcentrados da administração central, sobre o qual V Ex<sup>a</sup> já informou, em resposta ao Deputado Basílio Horta, que não tenciona participar É pena! Nós não abdicamos desse debate nem abdicamos que o nosso projecto lei seja votado, e que seja votado, aviso desde já, com contagem

**O Sr José Magalhães (PS)** — Então, marque a votação! Marque-a potestativamente!

#### Risos do PS

**O Orador:** — Porque, Sr Ministro, aquilo que nos diz hoje só pode ser explicado, de facto, como uma manobra para ter efeitos internos junto da sua bancada ou para minimizar a nossa iniciativa Penso que a nossa iniciativa tem dignidade suficiente para merecer um debate, designadamente, com a presença de V Ex<sup>a</sup>

Sobre a reforma administrativa que V Ex<sup>a</sup> quer lançar, limito-me a deixar perguntas no ar Em primeiro lugar, curiosamente, V Ex<sup>a</sup> marca um prazo, não para que esta missão — já tivemos livros brancos, comissões, agora temos missões — apresente propostas concretas de solução para os problemas inerentes à reforma da organização territorial do Estado, o que seria interessante, mas para apresentar um programa de actividades Sr Ministro, é bem pouco que, em dois meses, a única coisa que uma missão interministerial com este gabarito possa produzir seja um programa de actividades

É pena que V Ex<sup>a</sup> não tenha informado sobre a composição desta missão, ou seja, sobre quais serão os missionários destacados para esta missão Temos curiosidade de sabê-lo, tanto mais que perfilhamos uma tese sobre a reforma da organização territorial do Estado diferente daquela que VV Ex<sup>as</sup> perfilham, nomeadamente

sobre a vantagem que teria o debate destas matérias em sede de comissão parlamentar, em sede de Assembleia da República, com participação dos grupos parlamentares Mas, já agora, seria interessante que V Ex<sup>a</sup> nos esclarecesse sobre quem seriam estes missionários

Finalmente, reiterando a afirmação que fiz de que não abdicamos do debate e da votação do diploma que apresentámos em tempo oportuno e que foi agendado para hoje, quero dizer ao Sr Ministro que não se Iuda quanto ao essencial se é para fazer uma reforma séria da organização territorial do Estado, V. Ex<sup>a</sup> conta connosco, se é para, por esta via, tentar insidiosamente retomar o que foi derrotado estrondosamente nas urnas pelos portugueses, ou seja, se é para retomar a regionalização, V Ex<sup>a</sup> continuará a contar com a nossa oposição firme Se é, designadamente, para aparecerem nesta Câmara com propostas que tenham a ver com comissários regionais, Sr Ministro, não perca tempo, dê a estes missionários outras coisas para fazer porque essa missão estará votada ao fracasso

#### Aplausos do PSD

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados Também penso que é uma má altura para realizar este debate, que devia ser feito de uma maneira descomprometida e não ligado directamente à iniciativa do PSD A iniciativa do PSD, que vamos discutir em seguida, tem muito que se lhe diga e tenho para mim que é inexequível — vamos ver, vamos discuti-la —, mas creio que ligar a presença do Sr Ministro nesta Câmara a esta proposta é fazer má política, porque é colocar uma questão séria ao nível da politiquice.

**O Sr José Magalhães (PS)** — Politiquice do PSD!

**O Orador:** — o que, em meu entender, não calha bem com o perfil do Sr Ministro Alberto Martins, honra lhe seja feita

No entanto, não quero deixar de aproveitar a sua presença — para mais depois de tantas horas de espera —, colocando-lhe algumas questões Sr Ministro, concorda com a distritalização, ou não? Se concorda com a distritalização, como é que a tenciona fazer? É possível fazer a distritalização integral? O Estado aguenta, em recursos e em processo, fazer essa distritalização?

O outro aspecto que queria focar ja foi apresentado pelo Deputado João Amaral Houve distritos que foram esbulhados de competências próprias que há muitos anos detinham, o que se deveu a uma visão chauvinista e centralizadora que caracterizou vários governos em Portugal, o que levou até à admiração de muitas pessoas pelo ex-Primeiro-Ministro Cavaco Silva Pergunto ao Sr Ministro como é que tenciona reparar essas injustiças Essas injustiças são ou reparáveis? Se são reparáveis, em que casos o são e como é que V Ex<sup>a</sup> tenciona repará-las?

Sr Ministro, poupe-nos a um discurso em «tecnocratês» — por vezes, os licenciados em Coimbra usam muito essa peça nos seus discursos —

*Risos.*

O Sr. Presidente: — Protesto!

O Orador: — Não estou a ofender, Sr Presidente, estou a elogiar, porque o «tecnocratês» não está à mercê de qualquer pessoa!

O Sr Presidente: — Mas dispenso o elogio, Sr Deputado

O Orador: — Aliás, o Sr Presidente não costuma falar «tecnocratês», fala um português lindíssimo — e digo-lhe isto porque é verdade

Como eu estava a dizer, Sr Ministro, os missionários e essa linguagem hermética pode ter um conteúdo, mas, neste momento, em vésperas de discutir um diploma da iniciativa do PSD, o que gostava era que nos dissesse o que pensa sobre essa iniciativa

Sr Ministro, diga-nos como é que pode dar um conteúdo útil ao problema que, em boa hora, foi levantado pelo PSD — porque isso um mérito é —, o qual é pertinente e que é mau que seja tratado de forma tão inconsistente como, seguramente, vai sê-lo a seguir

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, Sr<sup>o</sup> e Srs Deputados, Sr Ministro Creio que é a primeira vez que nessa qualidade se dirige a esta Assembleia, pelo que quero saudá-lo e desejar que venha a ser um Ministro tão eficaz quanto foi um Deputado brilhante ao longo dos anos em que desenvolveu actividade no Grupo Parlamentar do Partido Socialista

*Aplausos do PS*

Quero saudá-lo, Sr Ministro, bem como ao Governo, pela iniciativa hoje tomada, a qual demonstra que, da parte do Governo, há uma vontade indiscutível de promover as reformas que são hoje consideradas necessárias, as quais constam do programa eleitoral do PS e do Programa do Governo, que foi atempadamente apresentado a esta Assembleia da República

Malgrado o esforço que se desenvolveu já na legislatura anterior em prol da modernização da Administração Pública portuguesa com evidente sucesso, que se traduziu, entre outras coisas, na criação da Loja do Cidadão, que inaugura uma nova forma de relacionamento, mais aberto e transparente, entre a Administração Pública e os cidadãos portugueses, todos temos noção de que há ainda um amplo caminho a percorrer no sentido de garantir a racionalização e a modernização da Administração Pública portuguesa. Muito

em particular, todos temos consciência de que há necessidade de racionalizar a administração periférica do Estado

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador: — Quando, há pouco mais de um ano, nos debatemos convictamente pela criação pelas regiões administrativas, fizemo-lo na convicção de que, por essa via, estaríamos a concorrer decisivamente para que se contrariasse uma tendência historicamente prevalecente para uma organização demasiado centralista de todo o Estado e de toda a Administração Pública portuguesa

Travámos essa batalha com convicção e perdemos-la, pois os portugueses entenderam que não havia lugar à criação das regiões. Contudo, subsistem os problemas que deram origem à nossa posição. Não sendo hoje possível resolvê-los por via da aposta na descentralização regional é, contudo, possível contrariá-los por via da aposta numa desconcentração mais racional e mais profunda

Essa desconcentração, tal como claramente consta do Programa do Governo, deve fazer-se a dois níveis distintos por um lado, a um nível regional e, por outro lado, a um nível distrital. A um nível regional devem ficar cometidas as funções de planeamento estratégico e de definição dos grandes investimentos públicos

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador: — A um nível distrital devem ficar cometidas as funções de execução concreta das diversas políticas. Deve fazer-se, simultaneamente, um vasto esforço no sentido de assegurar uma articulação entre todos os sectores da administração periférica do Estado, que até aqui têm convivido de forma completamente inarticulada, com prejuízo para a acção global da Administração Pública e para os cidadãos portugueses

É também nessa perspectiva que entendemos a proposta do Governo, que subscrevemos integralmente, da criação da figura dos altos comissários regionais, que, contrariamente àquilo que o PSD, com o intuito de confundir uma vez mais os portugueses, quer fazer crer, não tem nada a ver com a regionalização que há um ano foi de facto rejeitada pelos portugueses, tem a ver, justamente, com esta vontade de introduzir uma responsabilização acrescida e uma racionalização maior na gestão de toda administração periférica do Estado

O Governo, através desta resolução, demonstra claramente que está empenhado em avançar com estas iniciativas e que não vai ignorar os compromissos que assumiu perante a Assembleia e o País. Demonstra também que não quer fazer estas reformas segundo uma lógica avulsa, que não quer fazer estas reformas de uma maneira que não seja ponderada, rigorosa e assente em estudos sérios que valorizem a experiência entretanto ocorrida no nosso país nos mais diversos sectores da Administração Pública.

O Governo tem um caminho, tem ideias, as quais foram claramente enunciadas pelo Sr Ministro, tem um projecto e tem orientações, mas também tem, por um lado, a

vontade clara de fundamentar com rigor e de forma ponderada as suas propostas e, por outro lado, como o Sr Ministro deixou muito claro, a abertura para acolher os contributos de todos aqueles que queiram cooperar com seriedade nesta importante reforma do Estado

Devo dizer que o Grupo Parlamentar do PS tudo fará, no contexto desta Assembleia, para corresponder favoravelmente a esse apelo do Governo, e lanço o estímulo aos partidos da oposição para que também ajam dessa forma, até porque temos a convicção de que não temos o monopólio das soluções adequadas, que o País ganhará se se fizer um grande debate e se, na sequência dele, se conseguir alcançar o mais amplo consenso possível

Mas há um aspecto em relação ao qual já alcançámos o consenso, que é a avaliação crítica da situação actual

No ano passado, participei em diversos colóquios e debates sobre a questão da regionalização. De um lado, estavam os defensores da regionalização, de outro lado estavam os opositores, mas havia uma matéria relativamente à qual estávamos sempre de acordo, que era a necessidade de introduzir reformas que trouxessem maior racionalidade, maior transparência e maior funcionalidade em toda a administração periférica do Estado.

Há um outro aspecto, também da maior importância, que tem a ver com a apostila na descentralização nos domínios e no âmbito em que a mesma é hoje legalmente possível em Portugal, ou seja, no âmbito municipal.

A descentralização pode fazer-se para os municípios, para as associações de municípios ou para as juntas metropolitanas. Pode, deve e vai fazer-se, como já se fez nos últimos quatro anos, contrariamente ao que ocorria nos anos em que o PSD tinha responsabilidades governativas em Portugal.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nos últimos quatro anos, já se avançou no sentido de reforçar substancialmente as atribuições e competências cometidas às autarquias locais, já se legislou em matéria de associações de municípios. Já se avançou em todos estes domínios, mas há ainda um campo a alargar, um esforço a levar a cabo.

Sr Ministro Alberto Martins, pelo teor da resolução hoje aprovada, pelo conteúdo da intervenção proferida por V Ex<sup>a</sup>, fica o Grupo Parlamentar do PS com a convicção absoluta de que o Governo, com ponderação e com coragem mas também com o devido rigor, saberá estabelecer as grandes linhas da reforma da Administração Pública do Estado, muito em particular da administração periférica, e também da reforma das autarquias locais.

Por último, queria dirigir-me ao Sr Deputado António Capucho, que, há pouco, referiu que o PSD vai exigir a contagem de votos em relação ao projecto de lei que vamos discutir a seguir. Pela nossa parte, temos uma visão muito negativa do vosso projecto de lei e vamos fundamentar tal avaliação nas intervenções que os Deputados do PS farão de seguida. Contudo, estamos dispostos a viabilizar a baixa à comissão do vosso diploma.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Com votação!

**O Orador:** — Com votação, naturalmente!

Se, porventura, isso acontecer, entendemos que é a melhor solução, porém, se ele não se alcançar nesta Câmara a maioria necessária para que a proposta baixe à comissão, devo dizer-lhe claramente, para que não subsista qualquer dúvida, que o Grupo Parlamentar do PS rejeitará a vossa proposta e inviabilizará a aprovação da mesma.

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes).** — Sr Presidente, Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública. Não deixa de ser bizarro que a sua vinda ao Parlamento para apresentar a missão para a reforma do Estado ocorra precisamente, a ser certo o que dizem os jornais, num dia em que a sua presença quase se confunde com a de um missionário, ou seja, com a de um portador de paz para sua bancada.

Independentemente daquilo que o destino lhe reservou, há alguns aspectos que, para nós, Os Verdes, é importante ter em conta naquilo que o Governo enuncia. Foi óbvio, nos múltiplos debates que aconteceram no País a propósito da regionalização, o consenso sobre a necessidade de pensar diferentemente a Administração Pública. A situação que se vive ao nível da administração periférica é perfeitamente caótica e carece de ordenamento, mas, para nós, é evidente que essa mudança não pode acontecer de forma casuística e de modo avulso.

A única coisa de concreto que o Sr Ministro anunciou foi que a missão dispõe de dois meses para apresentar um programa. Isso parece-nos excessivo, mas, sobretudo, será totalmente inadequado se não se precisar o limite e o calendário máximo que essa missão terá para apresentar trabalho concreto. E como sobre essa matéria não ouvimos o Governo pronunciar-se, gostaríamos que precisasse o exacto limite que esta missão terá, não para apresentar programa mas para apresentar propostas concretas para discussão.

**O Sr. Presidente:** — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública. Como sabe, dispõe de 5 minutos.

**O Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública** — Sr. Presidente, começo por responder ao Sr Deputado João Amaral, que, com a ironia que lhe é própria, disse que eu estava a reboque do PSD, quando ele nada mais fez do que atrelar-se ao PSD e andar a seu reboque, o que é singular.

Aliás, devo dizer, para seu sossego, que um dos objectivos com o qual nos identificamos é o da proximidade aos cidadãos. Esta reforma tem como objectivo garantir uma adequada proximidade aos cidadãos. O cidadão está no centro da reforma do Estado e do modelo organizativo que perfilhamos e, portanto, isto não tem nada a ver com os «ídios» a que fez referência, da nossa contemporaneidade — e já lá vão umas décadas —, com a reforma administrativa de que alguns têm saudade.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

**O Orador:** — Não é dessa que se trata A reforma administrativa que queremos não é a do regresso aos velhos poderes dos distritos de antanho, porque esses não servem.

O Sr José Magalhães (PS) — Exacto!

**O Orador:** — é uma reforma como modelo de organização territorial do Estado democrático, descentralizado e desconcentrado E nisso estamos identificados com o Sr. Deputado João Amaral

O Sr Deputado António Capucho ficou um pouco ofendido — não leve a mal que use esta expressão — com o facto de eu vir aqui fazer uma declaração política sobre o modelo da organização territorial do Estado no qual o Governo vinha a trabalhar e cujo traço impressivo e nuclear está no nosso Programa do Governo Aludiu à ideia da missão vendo em mim um missionário, função para a qual me falta, obviamente, vocação Mas eu apenas lembro que a missão é uma figura jurídica contida na forma de organização da Administração Pública e que já tivemos missões para a sociedade de informação e para outras coisas Portanto, trata-se de um tipo de organização a que o seu conhecimento jurídico certamente teve acesso e que se esqueceu de referir

Porém, estamos de acordo consigo neste momento, não se trata de qualquer regionalização, já que, como esta foi derrotada em sufrágio popular, em referendo, nós não vamos fazê-la Tomámos boa nota dessa deliberação do eleitorado e, por isso, constituímos uma missão que tem a seguinte composição um executivo, composto por um presidente da missão, que foi hoje designado e que é o Dr Nuno Vitorino, dois adjuntos, um conjunto alargado de representantes dos ministros que têm a ver com a organização territorial, e três ministros, que tutelam 85% dos funcionários e agentes administrativos

Portanto, esta não é uma missão fugaz, é uma forma de organização rigorosa, atempada, para articular o que é essencial, ou seja, os três níveis da administração A reforma do Estado não é possível sem articular três níveis um nível central, um nível distrital, com funções específicas que partem das funções de hoje, de segurança, de polícia, de protecção civil e de participação no processo eleitoral, e um nível intermédio, que, como já foi dito, é sobretudo um nível de planificação

Esse nível intermédio está contido também no Programa do Governo — os Srs Deputados podem ficar cientes que isso vai ser cumprido — e terá funções de coordenação da administração desconcentrada no âmbito regional. Trata-se, se quiser, de um governador civil regional, em termos de espaço correspondente às actuais comissões de coordenação regional Isso está no programa, foi sufragado e vamos cumprir este nível de organização

Por isso, diria ao Sr Deputado Basílio Horta que não se trata aqui de qualquer «burocratês», coimbrão ou similar Do que se trata é de definir o modelo territorial de organização do Estado, que, pelas mais diversas razões — e disso todos temos consciência —, foi dos espaços

menos tocados na construção do Estado democrático do pós 25 de Abril

A reforma política foi uma reforma altamente significativa e bastante, na reforma da Administração Pública, como todos sabemos, continuam, nalguma medida, a poder ser até um instrumento indutor de análise os velhos textos — com qualidade, aliás — de Marcelo Caetano

Por isso mesmo, temos como objectivo uma reforma com um novo modelo de organização territorial do Estado É um modelo exigente, partilhado, participado, e é um verdadeiro exercício de relojoaria Não podemos atribuir competências aos distritos *à la diable*, numa primeira solução casuística que chega à Câmara, sem saber quais são as competências que se irão articular com o escalão intermédio Isto não é possível porque as competências dos distritos têm a ver com as competências da administração central e com as competências que vão ser atribuídas à estrutura intermédia da Administração E isto tem de ser feito num processo partilhado, organizativo, legislativo e institucional, o que é, como o Sr Deputado Basílio Horta bem sabe, dado os seus conhecimentos nesta matéria, uma tarefa difícil, que exige uma grande participação Aliás, foi por isso que eu disse que, para se fazerem reformas, é preciso que as queiram fazer, desde logo os seus agentes, os funcionários públicos, que devem ser motivados para essa reforma,

**O Sr Presidente:** — Terminou o seu tempo, Sr Ministro

**O Orador:** — e os próprios membros do Governo Depois, é preciso que haja uma vontade política da Câmara para as fazer

Sr Presidente, apelo à sua benevolência para, muito brevemente, responder a dois outros Srs Deputados

**O Sr Presidente:** — Já teve alguma, Sr Ministro!

**O Orador:** — Sr Presidente, é um pequeno acréscimo

**O Sr Presidente:** — Faça o favor, Sr Ministro

**O Orador:** — Quanto à minha «aparição», bizarra, como Deputado mensageiro da paz — vá lá! — se fosse da guerra, e então da Chechénia, seria grave —, que a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro me atribuiu, não é esse o facto Mensageiro da paz, sim, mas para apresentar uma proposta muito precisa de organização do Governo e as medidas que é preciso tomar e que não se compadecem com o casuismo de «fogo de artifício» de circunstância

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto ao Sr Deputado Francisco de Assis, agradeço as suas palavras e, naturalmente, estou identificado com a leitura que faz dos propósitos de reorganização e de descentralização do Estado que nós viemos aqui propor e para a qual, aliás, apelamos a uma grande participação da Câmara

Tenho consciência, depois da «livralhada» babilónica que li sobre esta matéria, que ou há uma grande participação e um grande sentido de humildade, de equilíbrio e de prudência ou estas reformas têm o destino das outras ora, eu não quero que tenha....

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD):** — Mas deve ter, com certeza!...

**O Orador:** — ... e penso que, certamente, os Srs. Deputados irão dar o seu contributo para que isso não aconteça.

#### Aplausos do PS

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, terminámos, finalmente, o período de antes da ordem do dia, hoje alongado excessivamente. Temos de ver se «o metemos dentro dos varais».

*Eram 18 horas e 50 minutos*

#### ORDEM DO DIA

**O Sr Presidente.** — Srs Deputados, vamos iniciar a discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 23/VIII — Relocalização distrital dos serviços desconcentrados da Administração Central, do PSD.

Para uma introduzir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado João Moura de Sá

**O Sr. João Moura de Sá (PSD)** — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Fez no passado dia 8 de Novembro um ano que os portugueses foram chamados a votar, em referendo, o «sim» ou «não» à regionalização em Portugal

Esse dia marcou, indiscutivelmente, o momento em que a esmagadora maioria dos portugueses disse, de um modo claro e inequívoco, «não» à ideia de regionalizar o País, «não» à intenção deliberada de alguns de retalhar Portugal

Se o «não» à regionalização foi um facto maioritariamente assumido pelo povo português, a campanha e discussão pública que envolveu a consulta popular permitiu que todos dela extraíssemos, adversários e adeptos da regionalização, uma conclusão indesmentível: a necessidade de reformarmos o modelo da desconcentração e descentralização administrativa do País

Este facto, reconhecido na altura por Governo e oposição, foi incessantemente assinalado e reiterado por todos os líderes políticos e, em particular, pelo Secretário-Geral do Partido Socialista e Primeiro-Ministro de Portugal, Engenheiro António Guterres

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Há pouco mais de um ano, o Engenheiro António Guterres prometeu a todos os portugueses que, independentemente do resultado do referendo, nada permaneceria igual

Há pouco mais de um ano, o Engenheiro António Guterres prometeu um modelo alternativo de descentralização do País

Há pouco mais de um ano, o Engenheiro António Guterres prometeu uma reforma profunda da administração periférica do Estado

Passado mais de um ano, o Engenheiro António Guterres e o Governo do Partido Socialista mostraram nada ter aprendido com a discussão e o resultado do referendo

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mais de um ano volvido, o Engenheiro António Guterres e o Governo do PS em vez de terem retirado todas as ilações do resultado do voto popular, pretendem insistir numa regionalização encapotada, que apenas serve os interesses de alguns camaradas, criando *superjobs* para alguns vorazes *superboys*

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mais de um ano volvido, promete-se uma lei-quadro para a descentralização e para a reforma da administração periférica do Estado, mas nada se concretiza

Mais de um ano volvido, ficam as promessas de aproximar os serviços das populações, de tornar mais eficaz a gestão dos estabelecimentos públicos, mas nada se leva à prática

Mais de um ano volvido, a única ideia palpável que o Governo conseguiu transmitir como resultado do «não» à regionalização foi a criação dos altos comissários regionais, para exercerem, segundo o Governo do PS, funções de coordenação da administração desconcentrada do Estado

Nada mais falso

O que o Governo do PS pretende, é alargar a sua rede tentacular de controlo de poder pelo poder, com o objectivo não de potenciar o desenvolvimento do país mas de acentuar ainda mais o domínio do aparelho de Estado por parte do Partido Socialista

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo do PS é mesmo assim promete muito e faz pouco, dialoga muito e executa pouco, planeia muito, mas concretiza muito pouco.

O Governo só adia, promete e dialoga; não faz, não executa, não concretiza

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: É no contexto de um Governo que não decide, não cumpre o que promete nem mostra respeitar a vontade expressa pelos portugueses, que surge este projecto lei, apresentado pelo PSD

Trata-se de um diploma estruturante para a regulação da administração periférica do Estado

Esta iniciativa legislativa visa devolver aos distritos atribuições e competências, no âmbito de diversos serviços desconcentrados da Administração Central, que lhes foram

retirados há alguns anos atrás, este diploma visa ainda dar cumprimento ao princípio consagrado no nº 1 do artigo 267.º da Constituição, que estabelece uma Administração Pública estruturada de forma a aproximar os serviços das populações, tanto funcional como geograficamente

Finalmente, é bom lembrar que ele possibilita ao Partido Socialista o cumprimento da promessa, assumida na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1995, de devolver ao plano distrital os serviços da Administração Central que de lá tinham saído

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados, ao longo dos anos, as estruturas orgânicas dos serviços da Administração Pública foram objecto de alterações significativas no âmbito territorial de prossecução das suas atribuições

No início da década de 90, caminhamos de um modelo assente nos Distritos para um outro coincidente com o das comissões de coordenação regionais

Tal situação era legitimada pela obrigação constitucional de se criarem as regiões administrativas, tendo-se adoptado uma lógica regionalizadora para os serviços desconcentrados do Estado

Tratou-se, na altura, de uma decisão errada, pois provocou um maior afastamento entre os serviços do Estado e as populações

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador:** — Estamos à vontade para falar sobre isto, pois tratou-se de uma decisão tomada por um Governo do PSD

Mas, do mesmo modo que, com humildade, reconhecemos o erro cometido, com coragem e frontalidade aqui estamos, prontos para o corrigir

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr Presidente, Sr. e Srs. Deputados, este projecto de lei é também — e sobretudo — um teste ao Partido Socialista. Com a postura que assumir poderemos verificar a sua coerência

Quando os serviços do Estado foram regionalizados, o PS foi quem mais criticou esta situação, na campanha eleitoral de 1995, o Engenheiro António Guterres prometeu, num comício em Viseu, revogar os diplomas anteriormente aprovados, devolvendo os serviços aos distritos

**O Sr Azevedo Soares (PSD) — Bem lembrado!**

**O Orador:** — Mais de quatro anos volvidos, o PS e o Governo nada fizeram

Hoje, o Partido Socialista tem uma de duas opções: ou é coerente e vota este diploma, provando que tem um discurso e uma prática similares, ou envereda pela politiquice, contrariando tudo quanto disse e prometeu anteriormente.

Aqui chegados, permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que me dirija aos Srs. Deputados do Partido Socialista, eleitos pelos distritos de Viseu, de Aveiro, de Castelo Branco, da Guarda, de Beja, de Bragança, de Vila Real e de muitos outros. Estes Srs. Deputados, na altura, não gostaram da decisão tomada pelo governo do PSD, estes Srs. Deputados, na altura, criticaram com violência a saída dos serviços dos seus distritos

Como se sentirão, agora, quando chegarem aos seus distritos? Como se sentirão votando contra um projecto lei, que consubstancia promessas eleitorais assumidas há poucos meses? Como enfrentarão os eleitores dos seus círculos eleitorais? E, como reagirão os eleitores, quando perceberem que a lógica partidária se sobrepõe ao interesse das populações?

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador:** — Como reagirão os eleitores de Aveiro, de Viseu, da Guarda, de Castelo Branco, de Beja e de muitos outros distritos, quando perceberam que por razões de mera politiquice ou de lógica partidária os serviços não voltarão aos seus distritos?

Srs. Deputados do Partido Socialista, está nas vossas mãos evitar que isto suceda, está nas vossas mãos colocar, por uma vez que seja, o interesse das populações à frente dos interesses político-partidários

Sr Presidente, Sr. e Srs. Deputados, o PSD assume sempre as suas responsabilidades e procura respeitar os seus compromissos

**O Sr José Magalhães (PS) — Vê-se!**

**O Orador:** — No decorrer da campanha eleitoral para as legislativas de Outubro passado reafirmámos compromissos no âmbito da desconcentração dos serviços da Administração Central

Hoje, aqui estamos a dar corpo a um compromisso assumido perante os portugueses, hoje, aqui estamos a assumir, de cara lavada, um projecto de lei que melhorará o acesso de muitos milhares de pessoas a inúmeros serviços da Administração Central, hoje, aqui estamos a possibilitar que centenas de milhares de pessoas, que vivem fora dos grandes centros urbanos, possam ter um acesso rápido e eficaz a um alargado conjunto de serviços periféricos do Estado

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador:** — Hoje, como sempre, lutamos por um Portugal mais próspero e desenvolvido, onde se diminuam as assimetrias entre o litoral e o interior, entre os grandes centros e as zonas de menor dimensão

Não terá um cidadão de Bragança o direito a ser atendido com a mesma rapidez e eficácia em qualquer serviço que um do Porto? Não terá um outro cidadão, de Viseu ou Aveiro, o mesmo direito relativamente a um de Coimbra?

Foi essa a grande lição que a consulta aos portugueses deixou bem clara

Se assim foi, não vemos razão para que o diploma hoje em discussão não seja aprovado

O Partido Socialista e o Engenheiro António Guterres têm a oportunidade única de cumprir, uma vez que seja, uma promessa eleitoral assumida há quatro anos

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD).** — Muito bem!

**O Orador:** — Democracia é isto mesmo respeitar os compromissos assumidos com as populações, não ter um discurso diferente da prática política

Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados, procurei elencar as razões da apresentação desta iniciativa legislativa. A principal é, no respeito por aquilo que foi a vontade expressa dos portugueses, aproximar os serviços das populações, para que muitos problemas administrativos possam ser resolvidos a nível local

Ninguém de boa fé pode questionar a bondade da nossa iniciativa

Sabemos que o caminho desejado pelo Governo e pelo Partido Socialista seria provavelmente outro preferiam a fuga em frente, preferiam, com a criação dos altos comissários regionais, fazer uma regionalização fraudulenta e antidemocrática; preferiam, sorrateiramente, escamotear e esconder o significado do voto popular expresso em 8 de Novembro de 1998, preferiam esquecer os compromissos assumidos com os portugueses

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador:** — Os socialistas são assim colocam permanentemente o partido e as clientelas partidárias à frente dos interesses do País.

*Protestos do PS*

*Aplausos do PSD*

O que interessa é o poder, o modo de o alcançar, a forma de o manter

Por nós, preferimos cumprir a velha máxima de Sá Carneiro: primeiro está o País, a seguir a democracia e só depois o nosso partido

Assim continuaremos a fazer, para bem de Portugal e dos Portugueses

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente:** — Srs. Deputados, não há inscrições para pedidos de esclarecimentos, pelo que, para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados. Apetecia-me e vou começar a minha intervenção onde o Sr Deputado do PSD a acabou. Também gostava aqui de citar Francisco Sá Carneiro — seja-me permitido, uma vez que fui ministro em todos os governos dele — dizendo que primeiro está, realmente, o País, mas, por vezes, primeiro estar o País é saber dizer não, como ele tantas vezes fez, mesmo quando esse não é

impopular e se pode prestar às mais baixas calúnias. É essa conduta que o CDS vai ter neste debate e com base nesses princípios que vou fazer a minha intervenção

Sr Presidente, Srs Deputados. Não se antevê qualquer razão de fundo séria que possa ter determinado o PSD a apresentar o presente projecto, sobretudo quando é sabido que a legislação que consagrou a divisão regional dos serviços desconcentrados dos ministérios em questão é, quase toda, oriunda de governos do PSD

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr José Magalhães (PS)** — É um facto!

**O Orador:** — Assim, o projecto de lei em apreço é uma iniciativa para «inglês ver» com sabor a desculpa de mau pagador

*Protestos do PSD*

Se o PS prefere, como o Sr Primeiro-Ministro agora está «numa» de línguas, podíamos também dizer «pour épater le bourgeois»

*Risos do PS*

Com efeito, como seguidamente se demonstrará, a presente iniciativa legislativa, ainda que viesse a ser aprovada por esta Câmara, nunca seria susceptível de aplicação prática com um mínimo de viabilidade

O projecto de lei centra-se, sobretudo, nos serviços dos ministérios da saúde, da segurança social e da educação, mas contém igualmente uma norma genérica, aplicável a toda a Administração Pública, que prevê a transferência de competências e atribuições do nível regional para o nível distrital

Na exposição de motivos, o PSD apresenta os seguintes argumentos: primeiro, a actual situação não respeita o princípio da descentralização administrativa territorial considerada em sentido estrito; segundo, a organização regional dos serviços em causa é politicamente incorrecta, uma vez que a instituição das regiões administrativas não foi concretizada; terceiro, inexiste razões económicas ou administrativas capazes de justificarem a existência de circunscrições administrativas mais amplas que o distrito, por último, razões de eficácia administrativa que exigiriam uma reorganização capaz de assegurar uma maior proximidade das populações aos centros de execução das orientações genéricas da actividade administrativa

Como se vê, Sr Presidente e Srs Deputados, tudo razões muito válidas que os governos do PSD deveriam ter tido em conta quando concentraram diversos serviços do Estado, muitas vezes apenas em obediência a uma orientação chauvinista e centralizadora, com gravíssimos prejuízos para as populações

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**Vozes do PS:** — Muitos bem!

**O Orador:** — Assim aconteceu no meu distrito, o distrito de Viseu (desculpem-me chamar-lhe meu, Srs Deputados) Neste distrito a direcção-geral das telecomunicações passou para Aveiro, a agricultura, também por iniciativa do PSD, foi desmembrada, passando o sul do distrito a reportar a Coimbra e o norte a Vila Real, os serviços florestais passaram para a Guarda e os do desporto para Coimbra, tudo por responsabilidade de governos do PSD. Mas o PS também não escapa a esta fúria desertificadora, pois quando existiu um projecto de instalar a delegação da RTP em Viseu, foi logo desviada para Coimbra.

Como se vê, Srs Deputados do PSD, tudo sectores não contemplados no actual projecto do PSD, que continua a demonstrar a sua ingratidão para com o distrito de Viseu, esquecendo-o mesmo quando apresenta iniciativas inexequíveis

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Não é verdade!

**O Orador:** — Esta é a verdadeira situação do distrito de Viseu, e seguramente de muitos outros, que carece efectivamente de ser corrigida mas através de iniciativas consistentes, destinadas a resolver problemas e a reparar injustiças e não com objectivos demagógicos, que só confundem, atrasam e prejudicam ainda mais as populações

Por areas, o panorama legislativo consagrado no projecto em análise é o seguinte no que diz respeito à educação, o artigo 38º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86) prevê que o planeamento e reorganização da rede escolar devem assentar numa política de regionalização efectiva e logo o artigo 43º da mesma lei prevê que o sistema educativo deva ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional e regional. Mais tarde, em 1987, o Decreto Lei nº 3/87, de 3 de Janeiro, veio estatuir que as direcções regionais de educação são órgãos desconcentrados que gozam de autonomia administrativa, existindo, na sua dependência, delegações regionais que correspondem aos distritos

Daqui se conclui, desde logo, que os distritos têm representação na orgânica do Ministério da Educação, a qual é entregue às delegações regionais, pelo que a sua extinção e consequente substituição por delegações distritais teria consequências tremendas ao nível da gestão dos efectivos do Ministério da Educação

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador:** — O ministro Roberto Carneiro, vosso ministro da educação, não vos perdoaria este ultraje

**O Sr Azevedo Soares (PSD)** — Não fazia diferença!

**O Orador:** — Não fazia diferença, enfim

Na verdade, este Ministério terá certamente mais facilidade em gerir um quadro único, que é imposto pelo artigo 29º, nº 1, do Decreto-Lei nº 3/87, que se compõe de serviços centrais e cinco direcções regionais de

educação, do que gerir um quadro que se compusesse de serviços centrais e 18 direcções distritais!

Por outro lado, a decomposição das direcções regionais de educação em delegações distritais implicaria que o director e os dois subdirectores, o conselho directivo e os sete serviços que actualmente estão previstos na lei, fossem multiplicados por 18 em vez de por cinco. Ou seja, em vez dos cinco directores, 10 subdirectores e 35 serviços que actualmente existem, passaria a haver 18 directores, 36 subdirectores e 126 serviços com funções idênticas. Qualquer capacidade de coordenação e uniformização de procedimentos passaria a ser totalmente inexistente!

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — «*Jobs for the boys!*»

**O Orador:** — Quanto à saúde, a base XVIII da Lei de Bases da Saúde (Lei nº 48/90, de 24 de Agosto) prevê a organização do sistema de saúde com base na divisão do território nacional em regiões de saúde, subdivididas em sub-regiões, correspondentes aos distritos, e em áreas de saúde, correspondentes aos concelhos

A reorganização das administrações regionais de saúde em administrações distritais de saúde é uma completa falácia, já que o projecto não prevê alterar o estatuto do Serviço Nacional de Saúde em conformidade

**O Sr José Magalhães (PS)** — É óbvio!

**O Orador:** — Isto é, não prevê a divisão do território para efeitos do sistema de saúde em distritos de saúde ou coisa que o valha

Por outro lado, aquilo que conta em termos de aproximação às populações não são as assembleias regionais de saúde mas, sim, aqueles serviços, como os hospitalares e os centros de saúde, em que os cuidados de saúde são efectivamente prestados

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Por último, é de referir que, sendo o funcionamento das assembleias regionais de saúde assegurado pelo orçamento do Serviço Nacional de Saúde, o seu desdobramento em níveis distritais acarretaria um aumento substancial dos encargos orçamentais com o Serviço Nacional de Saúde ou a insuficiência de receitas em cada um dos novos níveis distritais, pois ter-se-ia de passar a distribuir o total das verbas por 18 em vez de por cinco

Finalmente, este desdobramento em níveis distritais teria como consequência a transferência de património do Estado ou aquisição de património para instalar os novos serviços e a inevitável multiplicação de chefias, com estatuto equivalente a director-geral, e de pessoal

E tudo isto, Sr Presidente e Srs Deputados, sem que nada se reflectisse na melhoria da prestação dos cuidados de saúde. Se calhar influenciaria para priorizar substancialmente esses cuidados

Quanto à segurança social, nos termos do Decreto-Lei nº 549/77, de 31 Dezembro, os Serviços Regionais de Segurança Social têm personalidade jurídica e autonomia

administrativa e financeira, tendo sido transferidos para o património destes centros todos os bens e serviços das instituições neles integrados. São receitas dos centros, entre outras, as transferências do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e os rendimentos do seu património próprio.

Com a entrada em vigor do presente projecto, teriam de ser criados 18 institutos públicos para substituir os habituais cinco, todos com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O mesmo é dizer que o actual património dos actuais centros teria de ser repartido por tantos níveis distritais quantos os que acabassem por ser criados.

Por outro lado, multiplicavam-se por 18, em vez de por cinco, as transferências do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, multiplicando-se, igualmente, as chefias, os serviços e o pessoal.

Finalmente, em ordem que não em importância, o PSD pretende ainda com este projecto estender a mesma lógica de decomposição dos níveis regionais de administração em níveis distritais a outras áreas, que não identifica, da administração central, nos termos do artigo 2º do projecto.

O PSD esquece-se que devolver as atribuições e competências para serviços instalados no distrito, após as mesmas terem sido agregadas em âmbito regional, é o mesmo que devolver para lado nenhum, pois os serviços do distrito, ao terem sido englobados no serviço da região, foram pura e simplesmente extintos.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Não é verdade!

**O Orador:** — Foram! Basta ler a lei! É preciso estudar alguma coisa.

Mas mesmo que, por hipótese, tenham subsistido no distrito alguns serviços, eles não têm as mesmas características dos regionais, pois falta-lhes ou autonomia administrativa ou financeira ou patrimonial.

Por fim, refira-se que o PSD nem sequer pensou nas situações difíceis que iria criar aos funcionários dos serviços regionais que tivessem de ser colocados em distritos muito afastados da sede do serviço regional. Com a actual lei da função pública e laboral queria ver como é que iam fazer. Teriam de admitir novas pessoas.

**O Sr José Magalhães (PS)** — O projecto não é sério!

**O Orador:** — É um projecto de lei com um artigo único.

Em face do exposto, podemos concluir que aquilo que o PSD agora propõe implicaria primeiro, aumento do número de funcionários públicos, segundo, aumento de chefias de nomeação governamental (mais *jobs* para mais *boys*), aumento de despesa pública, ineficácia na gestão dos quadros e na coordenação dos vários serviços existentes dentro de um mesmo ministério, instabilidade laboral generalizada.

Numa palavra trata-se de uma lei inexequível e o PSD tanto sabe que assim é que nem sequer previu a respectiva regulamentação pelo Governo — não está prevista no decreto-lei, o que é um caso único!

O que se acaba de expor não pode, contudo — e isto é importante —, fazer esquecer as situações de flagrante injustiça de que foram vítimas vários distritos, nomeadamente, como já referi, o distrito de Viseu.

Nestes termos, o CDS-PP entende que é de aproveitar esta ocasião para fazer um inventário exaustivo, distrito a distrito, dos serviços e dos institutos que impropriamente foram transferidos pelos governos do PSD e do PS, numa óptica centralizadora, por forma a que sejam criados os mecanismos legais indispensáveis a que essas situações sejam reparadas, porque não é com este mecanismo que lá vamos.

**O Sr Presidente:** — Terminou o seu tempo,  
**Sr Deputado**

**O Orador:** — Sr Presidente, vou terminar.

Eventualmente, tornar-se-á necessário elaborar vários instrumentos legislativos, pois as situações variam de distrito para distrito e vão seguramente impor soluções específicas.

Nestes termos, o CDS-PP vai entregar na Mesa uma proposta no sentido de fazer baixar o presente projecto à respectiva comissão.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Logo vi!

**O Orador:** — por prazo compatível com a natureza das tarefas a desenvolver.

É por estas e por outras que a política está a atingir o grau zero entre nós. Qualquer dia basta chegar aqui com um artigo e dizer qualquer coisa deste género se não votam, vamos para os distritos dizer que vocês não votaram.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador:** — É esta a única forma de dar um sentido útil a um projecto inconsistente, demagógico e inexequível que teve o único mérito de chamar a atenção desta Câmara e do País para as nefastas situações que os seus próprios autores criaram e que, a bem da justiça, terão de ser resolvidas.

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Ribeiro.

**O Sr Castro de Almeida (PSD)** — Sr Presidente, peço a palavra.

**O Sr Presidente:** — Para que efeito, Sr Deputado?

**O Sr Castro de Almeida (PSD)** — Sr Presidente, pensava que a Mesa tinha registado a minha inscrição para pedir esclarecimentos mas, pelos vistos, terá havido algum lapso de comunicação.

**O Sr Presidente:** — Não havia nenhum registo, nem era fácil que houvesse, porque não o fez até ao fim da intervenção do Sr Deputado Basílio Horta.

Mas faça o favor de formular o seu pedido de esclarecimento

Peço à Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Ribeiro que aguarde um momento para, então, poder intervir

O Sr Castro de Almeida (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Basílio Horta, V. Ex.<sup>a</sup> começou a sua intervenção dizendo que não havia nenhuma razão de fundo que justificasse esta iniciativa do PSD. Gostaria de lhe apresentar aqui, pelo menos, três razões sérias e de fundo que justificam esta iniciativa

Em primeiro lugar, porque foram os governos do PSD que cometaram o erro que agora estamos a querer reparar. E é bom que todas as bancadas saibam e salientem que o PSD é capaz de reconhecer os seus erros. Queremos que o País saiba — é bom que o salientem — que sabemos ter a humildade de reconhecer os erros

#### *Risos do PS*

Não pensem que o PSD é autista, que «mete a cabeça na areia», que não é capaz de reconhecer os seus erros. Fizemos muita coisa bem feita; alguma não foi bem feita, e esta regionalização dos serviços foi um erro do PSD que queremos dizer, alto e a bom som, que temos a coragem de reparar. Essa é a primeira razão da nossa iniciativa

A segunda razão, Sr Deputado, é porque o PSD, ao lado do Partido Popular, liderou a luta contra a regionalização que os socialistas quiseram fazer.

Vozes do CDS-PP: — Oh!..

O Orador: — No referendo, foram bem-vindos à luta que tantas vezes defendemos sozinhos. E justamente porque liderámos a luta contra a regionalização, tínhamos a especial responsabilidade de dar o passo em frente e de encontrar uma alternativa.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador: — Não somos como os socialistas, que, terminado o processo de regionalização, ficaram nas «covas», não têm mais solução para o País

O Sr Casimiro Ramos (PS) — Chegou atrasado!

O Orador: — Identificámos as dificuldades, conhecemos os problemas e temos uma alternativa. Qual é ela? Desconcentrar; aproximar os serviços das populações. Queremos fazer agora, justamente, um processo de aproximação para as capitais distritais de serviços que, neste momento, se encontram apenas em cinco cidades do País

O Sr José Magalhães (PS) — Capitais?<sup>1</sup> Então e o resto do distrito? E o que não é distrito?

O Orador: — Em último lugar, Sr Deputado, vou dar-lhe uma terceira e não menos boa razão porque o PSD

tomou, durante a campanha eleitoral, o compromisso de apresentar este projecto. E porque tomámos o compromisso, estamos aqui a cumprir. Nomeadamente no distrito de Aveiro, o Deputado Marques Mendes — onde era cabeça de lista — tomou a iniciativa de garantir a apresentação deste projecto de lei, no que foi secundado pelo líder do partido, o Dr Durão Barroso, que, no comício que fez na cidade de Aveiro, garantiu a todo o País que o PSD ia tomar esta bandeira como uma bandeira de todo o partido a nível nacional

Aqui tem, portanto, três boas razões que justificam esta atitude do PSD

Mas deixe-me dizer-lhe agora, Sr Deputado, esta nossa iniciativa está longe de ter os defeitos que o Sr Deputado lhe apontou. Se ela fosse despesista.

O Sr Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr Deputado. Tenho de ser rigoroso a partir de agora

O Orador: — Sr Presidente, é só mais um minuto

O Sr Presidente: — Não posso dar minutos a mais, desculpe. Hoje é um dia em que os senhores exigem de mim aquilo que não tenho para lhes dar. Tenha paciência, Sr Deputado. Tenho tido a paciência toda para com as vossas exigências, mas têm de ter também algumas para com as minhas.

Faça o favor de rematar como puder, mas não posso continuar a dar mais um, dois minutos... Ainda por cima, o Sr Deputado Basílio Horta não tem tempo para lhe responder

O Sr Deputado dá-lhe tempo? É que eu posso não dar, como sabe

O Orador: — Sr Presidente, quero rematar a minha intervenção

O Sr Presidente: — Então, faça favor. É isso que lhe estou a pedir

O Orador: — Gostaria de dizer ao Sr Deputado Basílio Horta que se o nosso projecto de lei tivesse os defeitos que ele diz que tem, também estariamos contra. Sucedeu é que o Sr Deputado leu mal, ou quis ler mal. Adiante poderemos demonstrar porquê

#### *Aplausos do PSD*

O Sr Presidente: — Concedo ao Sr Deputado Basílio Horta 1 minuto para responder

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Sr Presidente, em 1 minuto é muito difícil, mas responderei rapidamente

O Sr Presidente: — Mas em minuto nenhum era pior

O Orador: — Em primeiro lugar, gostaria de congratular o PSD, porque, finalmente, engana-se e tem dúvidas

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas*

Já houve um tempo em que raramente se enganava e nunca tinha dúvidas. Ainda bem que agora é assim.

Mas, com toda a franqueza, não sei se isso é sincero, porque no PSD há ilustres juristas e ilustres constitucionalistas que sabem que a teoria geral do Estado não se faz com dois artigos destes. Portanto, não sei se os senhores querem verdadeiramente reparar ou dar a aparência que querem reparar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os senhores, com isto, não reparam nada! Os senhores, com isto, não cumprem nenhuma promessa! Isto é uma atitude demagógica! E, neste *roll, roll*, podíamos dizer vamos votar e vamos para os concelhos. Não vamos por aí! A defesa do prestígio das instituições obriga-nos a ter uma posição diferente, e os senhores deviam retirar este projecto.

**O Sr José Magalhães (PS)** — Boa ideia!

**O Orador:** — e fazer um outro projecto, a sério, que votariamos convosco!

*Aplausos do CDS-PP e do PS*

**O Sr Presidente:** — Quando os Srs Deputados querem, 1 minuto é muito tempo.

Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Ribeiro, para proferir a sua intervenção

**A Sr<sup>a</sup> Helena Ribeiro (PS)** — Ex<sup>mo</sup> Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados. Ao usar pela primeira vez da palavra nesta Câmara, sede da representação política nacional, quero começar por saudar o Sr Presidente da Assembleia da República, figura emérita da nossa vida cívica e referência insubstituível da nossa história parlamentar.

**O Sr Presidente:** — Muito obrigado

**A Oradora:** — Quero também aproveitar o ensejo para, através da sua pessoa, dirigir uma saudação muito especial a todos os meus colegas Deputados, que, na sua diversidade ideológica e política, exprimem o salutar pluralismo democrático que caracteriza a sociedade portuguesa, dizendo-lhes que estou certa de que, na fidelidade às convicções que nos animam, todos saberemos dar um contributo válido para o desenvolvimento do nosso país e o aprofundamento da nossa democracia.

**O Sr José Magalhães (PS)** — Muito bem!

**A Oradora:** — Ao iniciar a apreciação do projecto de lei apresentado pelo PSD, que visa devolver aos distritos o poder de decisão e de gestão dos serviços públicos da administração desconcentrada do Estado, a começar pelas áreas da saúde, da educação e da segurança

social, quero manifestar a total disponibilidade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para participar activamente, num esforço construtivo e alargado, na busca das soluções mais adequadas, tendo em vista a reforma da Administração Pública em geral e o incremento da racionalidade e da eficiência da administração periférica do Estado em particular.

**O Sr José Magalhães (PS)** — Muito bem!

**A Oradora:** — Em relação a este projecto de lei em concreto, não podemos, contudo, deixar de questionar a sua adequação constitucional, que se nos depara muito duvidosa, dado que aponta para a consagração de um modelo de governo de Assembleia, de todo em todo descoincidente com o nosso paradigma de organização política, bem como chamar a atenção para o seu carácter vago, lacunoso e, diria até, indigente, quer sob o ponto de vista das ideias que corporiza, quer sob o ponto de vista daquela que é uma razoável técnica legislativa.

**O Sr José Magalhães (PS)** — Muito bem!

**A Oradora:** — Temos a noção muito clara de que a Administração Pública portuguesa, mau grado as relevantes mudanças verificadas nos últimos anos, fruto de uma política de modernização administrativa de pendor pragmático que o Governo do Partido Socialista tem implementado, ainda não atingiu os níveis de excelência e de modernidade compatíveis com as exigências de uma sociedade em processo de transformação acelerado, estando ainda longe de satisfazer as aspirações dos cidadãos e dos agentes económicos.

Não ignoramos os graves problemas que ainda afectam a acção da administração periférica do Estado.

Estamos conscientes que a reforma da Administração Pública constitui uma exigência inadiável em ordem ao incremento da competitividade e da modernização do nosso país. Sabemos que o caminho a trilhar é o da adopção de medidas que assegurem a descentralização, a desconcentração e a desregulamentação, dentro do quadro legal em vigor.

**O Sr José Magalhães (PS)** — Muito bem!

**A Oradora:** — Tal tarefa reveste-se, porém, de uma elevada complexidade. Exige de todos os responsáveis políticos uma vontade determinada, consensualizada e séria, de banir a tradição secular centralizadora que sempre marcou indelevelmente a nossa Administração Pública.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados. Há um ano atrás, batemo-nos com grande determinação pelo sucesso de uma reforma em que depositamos grandes expectativas — a criação das regiões administrativas. Agimos, então, na convicção de que a criação de um novo ente autárquico, dotado da devida legitimidade democrática, localizado ao nível regional, concorreria

fortemente para a superação do atávico centralismo do Estado português. Lutámos, então, pela regionalização em nome de uma visão mais exigente da democracia, de um modelo mais justo do desenvolvimento e de uma noção mais aprofundada da cidadania.

Os portugueses, porém, de uma forma inequívoca, recusaram a proposta de regionalização que lhes foi apresentada.

Inviabilizada a possibilidade de reformar a Administração Pública pela via da descentralização administrativa de âmbito regional, nem por isso ficaram milagrosamente resolvidos os problemas estruturais com que o nosso país se defrontava e continua a defrontar em matéria de organização e funcionamento da administração periférica do Estado.

É, aliás, oportuno relembrar que, aquando do debate público que antecedeu a realização do referendo sobre a regionalização, se pôde afirmar um vastíssimo consenso quanto à necessidade de introduzir substanciais modificações ao nível do funcionamento de toda a máquina administrativa desconcentrada do Estado.

Mesmo os que então se manifestaram contra a descentralização salientaram o excesso de centralismo existente em Portugal.

Rejeitada a proposta da regionalização, o Partido Socialista não sucumbiu ao apelo da inacção, nem cedeu ao discurso da acomodação. Bem pelo contrário, posicionámo-nos na primeira linha dos que defendem uma imperiosa reforma do Estado.

É nossa disposição agirmos decididamente no sentido do reforço da desconcentração e da descentralização administrativa, no quadro político-legal em que o pudermos fazer.

Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs Deputados Consciente desta situação, o Governo do Partido Socialista, aquando da apresentação do seu Programa a esta Assembleia, deixou claro o propósito de prosseguir o esforço de uma mudança, já evidenciado nos últimos anos da sua anterior governação.

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!**

**A Oradora:** — Mostrou-se empenhado em promover a reforma da administração periférica do Estado através da aprovação de uma lei-quadro incidindo sobre esta matéria, subordinada a princípios de racionalidade, de simplificação administrativa, de coordenação regional de políticas públicas e de tendencial uniformidade espacial.

**A Sr<sup>a</sup> Natalina Moura (PS) — Bem lembrado!**

**A Oradora:** — Nesse sentido, como tivemos oportunidade de presenciar hoje mesmo, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução, apresentada pelo Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, que estabelece as grandes linhas de orientação no domínio da reforma de toda a administração periférica do Estado. A aprovação desta resolução, nos termos em que a mesma está redigida, demonstra claramente que o Governo, contrariamente ao PSD, rejeita uma via demagógica e insuficientemente fundamentada para

abordar tão complexo assunto e aposta, sim, no rigor, na fundamentação, no estudo e na valorização da experiência.

#### *Aplausos do PS*

Para o cumprimento deste designio o Governo propõe-se criar, na dependência directa do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, uma missão para a reforma da organização territorial da administração do Estado. Esta missão terá por atribuições elaborar, sob a orientação do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e no respeito pelo Programa de Governo, propostas pragmáticas, organizativas e legislativas respeitantes às regras da organização territorial da administração do Estado, bem como acompanhar a respectiva concretização.

Assim, onde o PSD se limita a retroceder, o Governo pretende inovar. Onde o PSD se move segundo uma lógica avulsa e desgarrada, o Governo aposta na concretização de uma sólida e consistente reforma da Administração Pública que dê coerência espacial aos serviços da administração periférica do Estado e que viabilize a execução de políticas públicas locais devidamente participadas.

Contrariamente ao propugnado no presente projecto de lei, onde o PSD abdica, completa e demagogicamente, da dimensão regional da administração periférica do Estado, fazendo tábua rasa do contributo dado, ao longo do tempo, pelos serviços regionais, nós entendemos que se deve operar uma nova e mais eficiente articulação entre as funções de planeamento estratégico, necessariamente reservadas a entidades de âmbito territorial supradistrital, e as funções de coordenação e execução concreta das políticas locais, a serem atribuídas a órgãos sediados a um nível mais próximo dos cidadãos.

**O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!**

**A Oradora:** — Mas são conhecidos, e temos de ter presentes, os problemas de difícil resolução que a desconcentração coloca. Entre eles avulta o desenho do mapa das divisões administrativas para as quais se desconcentra e a necessidade de coordenação dos serviços desconcentrados da administração periférica do Estado.

Reforçar a desconcentração administrativa exige um profundo sentido de rigor, moderação e reflexão quanto à definição do nível territorial mais adequado à garantia da operacionalidade dos serviços para os quais se delegam competências, por forma a não se agravar o já frágil estado de saúde da Administração Pública, contribuindo-se, designadamente, para a formação de pequenos núcleos, sem capacidade de decisão e de gestão dos serviços nem de apreciação das situações e que, assim, mais não seriam que simples «caixas de correio» dos serviços-mãe localizados no Terreiro do Paço.

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!**

**A Oradora:** — É absolutamente essencial assegurar-se que a delegação de competências só se processará para

serviços cuja estrutura e número de utilizadores justifique a abertura de uma delegação eficaz e que se garantam as necessárias compatibilizações intersectoriais, concentrando numa mesma localidade o maior número possível de serviços de nível equivalente

Que fique bem claro que não desvalorizamos a importância que os distritos foram assumindo, ainda que muitas vezes de forma meramente simbólica, na organização administrativa do País

O que não aceitamos é limitar uma política de racionalização da administração periférica do Estado à distritalização completa de todos os serviços

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Estamos absolutamente convencidos da imprescindibilidade da administração regional do Estado, designadamente nas áreas do planeamento e do ordenamento do território, e da necessidade de garantir a coordenação dos serviços regionais da administração periférica do Estado.

Por isso, estamos, também, absolutamente convencidos da bondade da proposta por nós apresentada ao eleitorado português para a criação, nas áreas correspondentes às NUT II, de uma entidade a designar, eventualmente, por Alto Comissário Regional, com funções de coordenação dos serviços desconcentrados do Estado à escala regional, funções que não podem ser desempenhadas pelos governadores civis que, entre nós, nunca evoluíram para órgão administrativo de coordenação de todas as administrações locais do Estado, quedando-se pelas funções de órgão político de representação local do Governo

**A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Correia (PS)** — Exactamente!

**A Oradora:** — Esta é, aliás, para nós, uma questão essencial.

E não se diga, como referiu o Sr Deputado que intervém por parte do PSD, que, com os comissários regionais, se «pretende uma recuperação encapotada da regionalização».

**O Sr Vieira de Castro (PSD)** — Não! Não disse isso!

**A Oradora:** — pois o que se visa é, tão-só, garantir a necessária e reclamada coordenação ao nível do planeamento estratégico das políticas locais do Estado

O regresso aos distritos, propugnado pelo PSD através do presente projecto de lei, para todo e qualquer serviço da administração desconcentrada do Estado afigura-se-nos merecedor das mais severas críticas.

Tal projecto, a ser aprovado, traduzir-se-ia, em síntese, no completo desmantelamento dos serviços regionais do Estado, na multiplicação irracional de todos os serviços da administração periférica do Estado para uma estrutura territorial aniquilosa, gerando um despesismo inaceitável, na inconsideração da irracionalidade da actual divisão distrital, sobretudo da sua exiguidade como base territorial de desconcentração

da administração do Estado, designadamente do planeamento, do ordenamento e nas áreas económico-social, na desarticulação dos serviços da administração regional do Estado, não garantindo a existência de uma estrutura de coordenação dos serviços desconcentrados dos diferentes ministérios, propugnando uma proliferação de serviços desconcentrados, cada um dependente do seu centro de poder, fazendo com que cada um actue por si e desarticuladamente em relação aos demais

Pela nossa parte, não inviabilizaremos a baixa deste projecto de lei às respectivas comissões especializadas

Mau grado a sua insuficiente fundamentação teórica e a sua capciosa motivação política, entendemos que deve ser compreendido como um estímulo, ainda que bem modesto, para um debate alargado para o qual todos nos devemos sentir convocados. Não há, aliás, razões para excluir, à partida, a possibilidade de obtenção de um vasto consenso em torno das soluções a consignar no domínio agora em apreço

Pela nossa parte, não nos furtaremos a contribuir para a sua concretização. Mas queremos, também, deixar claro que não nos inibiremos de seguir pelo nosso próprio caminho se percebermos que outras forças políticas tudo querem adiar e nada pretendem resolver

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Para o Partido Socialista, a promoção da descentralização, a racionalização da Administração Pública, a correcta gestão dos investimentos públicos, constituem prioridades incontornáveis, tendo em vista a modernização e o desenvolvimento de toda a sociedade portuguesa

Estamos disponíveis para os consensos que viabilizem a reforma, estamos totalmente indisponíveis para os consensos paralisantes e inibidores da acção transformadora

Temos convicções e compromissos claramente estabelecidos com o País e não deixaremos de os cumprir, porque também por aí passa a dignificação da vida política em geral.

Para mudar, transformar e reformar, contem connosco

*Aplausos do PS.*

**O Sr Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado João Moura de Sá

**O Sr. João Moura de Sá (PSD)** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Ribeiro, vou colocar-lhe duas ou três questões que gostaria de ver esclarecidas

Começo por dizer que acabámos de assistir a duas intervenções, uma, do Deputado Basílio Horta, outra, a da Sr<sup>a</sup> Deputada, que, em primeiro lugar, manifestam uma grande hipocrisia política, porque os senhores dizem uma coisa, mas, depois, fazem outra, permanentemente. Estábamos habituados a ver esse comportamento por parte do PSD e, também, do Partido Socialista e, hoje, mais uma vez, provaram-no

Mas há uma questão que, para nós, é essencial — e permita-me que faça esta referência no começo do meu pedido de esclarecimento Não percebemos como é que o Sr Deputado Basílio Horta faz uma intervenção neste Plenário em determinado sentido e o Sr. Deputado Paulo Portas, por ocasião da campanha eleitoral, em Aveiro, num debate com o Dr Marques Mendes,

#### Risos do PS

O Sr. Luis Marques Guedes (PSD) — Oiçam, oiçam!

**O Orador:** — assumiu que era favorável à descentralização proposta por este projecto de lei

Entretanto, a Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Ribeiro disse do projecto de lei do PSD o que «o Diabo não diz de Deus» Ora, gostaria que a Sr<sup>a</sup> Deputada esclarecesse uma questão com a sua bancada, hoje mesmo É que a edição de hoje do *Diário de Notícias* traz uma notícia sobre o debate que foi feito no seio do Partido Socialista acerca deste projecto de lei do PSD e vêm publicadas umas declarações cujos autores gostaria de perceber a que bancada pertencem «Como é evidente, estou de acordo com a substância deste projecto» disse ao *DN* Mota Andrade, um dos socialistas que causam dores de cabeça a Francisco Assis: ‘já comuniquei ao líder parlamentar que sou favorável ao projecto’, revelou Fernando Serrasqueiro» e acrescenta «depois da derrota da regionalização, o distrito é a única realidade constitucional concreta»

Assim, pergunto estes Srs Deputados, Fernando Serrasqueiro, Mota Andrade, Gavino Parvão, António Martinho, de que partido são?

O Sr José Saraiva (PS) — Do nosso!

**O Orador:** — São do PSD? São do Partido Popular? São do Partido Comunista? São do PS!

Assim, Sr<sup>a</sup> Deputada, há uma questão que, para nós, é essencial os senhores têm de começar por resolver o problema dentro da vossa bancada A senhora vem aqui criticar o PSD, vem dizer que o projecto de lei do PSD é demagógico, que tem todos os defeitos e mais um, mas, na sua bancada, há pessoas que estão perfeitamente disponíveis para votá-lo favoravelmente

Há, ainda, uma outra questão que é essencial é ou não verdade que, em 1995, o Engº António Guterres prometeu revogar o que tinha sido feito pelos governos do PSD?

O Sr Luis Marques Guedes (PSD) — É verdade!

**O Orador:** — É ou não verdade que, na altura, ele defendia a aproximação dos serviços às populações? Após quatro anos no Governo, tanto o Engº António Guterres como quase todos os Deputados do Partido Socialista — e nem todos, porque alguns concordam com o projecto de lei — esqueceram-se, pura e simplesmente, dessa promessa que fizeram aos portugueses Como é óbvio, já estamos habituados a este procedimento O PS tem uma postura quando está na oposição e, agora, tem uma outra, esta mesma, quando está no Governo

Por fim, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Ribeiro, em relação a este teste de coerência que estamos a fazer ao Partido Socialista, gostaria de saber de que lado está a senhora A Sr<sup>a</sup> Deputada está do lado daqueles que acham que o projecto de lei do PSD tem todos os defeitos, pelo que não está disponível para votá-lo favoravelmente, ou está do lado daqueles outros que dizem que o projecto de lei não presta para nada, é demagógico, mas, mesmo assim, está disponível para votá-lo favoravelmente?

#### Aplausos do PSD.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra

**O Sr Presidente:** — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, é para defesa da honra e consideração da minha bancada

**O Sr Presidente:** — De acordo com o entendimento que tenho tido, dado o princípio da reacção imediata, tem a palavra

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, creio que o Sr Deputado do PSD reagiu mal à circunstância de a intervenção do Sr Deputado Basílio Horta ter sido uma verdadeira lição de Direito Administrativo

#### Risos do PSD

De facto, para um partido político que, tendo sido governo, e tendo, não apenas responsabilidades, mas graves culpas nesta matéria, devia ter um pouco mais de senso na forma como elabora os respectivos projectos de lei

O que o PSD jamais conseguirá explicar a quem quer que seja, que, pelo menos, tenha algumas noções de Direito Administrativo, é como é que pretende fazer uma reforma da Administração Pública em dois artigos de um projecto de lei, não sendo capaz de responder a perguntas tão elementares como aquelas que, entre outras, me levaram a ser violentamente contra a regionalização

Quanto custa este projecto? Com que mobilidade funcional este projecto é exequível?

As respostas a essas perguntas, que os regionalistas não deram, porque não podiam fazê-lo, os senhores também não dão, porque sabem que não podem fazê-lo através deste projecto de lei

Por outro lado, também lhe digo, com toda a clareza, Sr Deputado, que, para mim, é muito mais importante ter um novo hospital em Aveiro do que ter a ARS em Aveiro.

Sobretudo, o que não quero dar ao Partido Socialista é a oportunidade de nomear «boys for the jobs», mais do que aqueles que já nomeou É por isto que alguns deles estão felizes com o vosso projecto de lei É que iriam passar a poder nomear muito mais gente, mais «clientela» Com o vosso projecto de lei, passaria a poder haver mais Estado «rosa», mais «jobs for the boys»! À nossa custa e à custa do contribuinte, não, com certeza!

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Moura de Sá, para dar explicações, se assim o desejar

**O Sr João Moura de Sá (PSD).** — Sr Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, confesso que não percebi em que é que ofendi a honra da sua bancada ou a do senhor.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Ofendeu com certeza!

**O Orador:** — Indiscutivelmente, há aqui uma questão que é importante.

Lições de Direito Administrativo, todos nós agradecemos, mas esta é uma Câmara política, Sr. Deputado Paulo Portas — o senhor sabe-o perfeitamente —.

*Aplausos do PSD*

e numa câmara política é desta forma que devem ser tratados todos estes assuntos

O que o senhor e o seu partido não conseguem explicar é por que razão, em campanha eleitoral, assumem determinados compromissos perante os portugueses e, depois, uma vez aqui chegados, preferem fazer acordos com o Partido Socialista, preferem servir de «tábua de salvação» ao Partido Socialista e não defender os interesses das populações.

*Aplausos do PSD*

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP).** — Mentira! Isso é uma vergonha!

**O Orador:** — Os senhores demonstraram, ao longo de quatro anos, e estão a demonstrar agora mesmo, que querem que tudo fique na mesma. Criticam muito o Governo do Partido Socialista, mas, quando chega a hora da verdade, os senhores são sempre a sua «tábua de salvação»

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente:** — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Ribeiro para responder ao pedido de esclarecimento que lhe foi formulado pelo Sr Deputado João Moura de Sá

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Ribeiro (PS)** — Muito obrigada, Sr Presidente

Sr. Deputado João Moura de Sá, não contava que me fossem colocadas questões, até porque foi a primeira vez que usei da palavra nesta Câmara e tinham-me dito que, por uma questão de elegância, quando um Deputado intervém pela primeira vez não lhe colocam questões

*Risos.*

Sr Deputado, deixe-me que lhe diga que pensei que a sua capacidade de entendimento fosse suficiente para

perceber o contexto em que fiz a minha declaração e aquilo que pretendi transmitir. Fiquei surpreendida com o facto de o Sr Deputado, há pouco, ter perguntado de que lado é que eu estava, se estava do lado dos que votam contra o vosso projecto de lei ou se estava do lado dos que votam a favor. Creio que, para quem esteve atento à minha intervenção, não restam dúvidas: votarei contra o vosso projecto de lei, assim como todos nós, como, aliás, ficou claro pelas intervenções.

*Vozes do PSD: — Todos?!*

**O Sr José Magalhães (PS)** — Todos! Muito bem!

**A Oradora:** — que me antecederam Eu e o meu grupo parlamentar estamos do lado da seriedade,

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — estamos do lado daqueles que, efectivamente, querem uma verdadeira reforma para a Administração Pública, estamos do lado daqueles que se preocupam com quem é mais desfavorecido do que com quem é favorecido, estamos do lado dos administrados

Assim, o que pretendemos é que, a partir do momento em que as entidades que têm responsabilidades políticas decidam proceder a uma reforma do Estado, a façam de uma forma integrada e não de uma forma retalhada, demagógica, vazia, oca e rasteira, como é a vossa

*Aplausos do PS*

Sr Deputado, talvez aquilo que lhe tenha causado tanta perturbação seja o facto de o senhor não ter alcançado o objectivo que pretendia, que era o da pura intriga política e a divisão do Partido Socialista.

*Aplausos do PS*

Nós também erramos, Sr Deputado, mas, quando corrigimos, acertamos sempre. Os senhores nem quando corrigem acertam

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

**O Sr Honório Novo (PCP)** — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados: O PCP continua a considerar ser desejável e absolutamente necessário estruturar a Administração Pública por forma a aproximar os respectivos serviços das populações, seja em termos funcionais, seja em termos administrativos.

Nesta matéria, o que hoje constitui verdadeira novidade é que o PSD, ao arreio do que foi a sua prática política, apareça agora a tomar iniciativas legislativas que contrariam todo o edifício que foi construindo durante os longos anos em que teve responsabilidades governativas. Este acto de *mea culpa* só peca por ser tardio e também por revelar uma indisfarçável má consciência.

Durante anos, os sucessivos governos do PSD foram extinguindo ou esvaziando de competências e atribuições múltiplos serviços da administração central cujo incidência territorial se aproximava de diversas áreas geográficas, incluindo a distrital, mas que tinha como referência o estar próxima das populações

Durante anos, os sucessivos governos do PSD foram encerrando ou condenando a funcionamento burocrático serviços que tradicionalmente procuravam dar resposta às preocupações e aos problemas das populações e que evitavam a deslocação destas para locais distantes das suas áreas de residência

Assim aconteceu em muitas áreas, incluindo aquelas que agora se pretende devolver aos territórios distritais

Era a época em que o PSD governava com mão de ferro e com fúria centralizadora, não se importando que os bragantinos tivessem que se deslocar ao Porto ou que a população de Beja fosse obrigada a viajar até Évora, Faro ou Lisboa para resolver as mesmas questões que antes tratava nos seus próprios distritos

O PSD procura, agora, encontrar desculpas de mau pagador para justificar aquilo que é uma verdadeira, mas indissociável, cambalhota política. Por um lado, invoca a perspectiva de criação das regiões administrativas para justificar as suas iniciativas de concentração dos serviços da Administração Pública mas, por outro, invoca o facto de ter sido recusado em referendo um projecto concreto de instituição de regiões administrativas para desconcentrar, num ápice, o que foi concentrado ao longo de anos

Nenhum dos argumentos é, em nossa opinião, verdadeiro. Nem a perspectiva de criação das regiões obriga à concentração da Administração Pública em serviços regionais — já que as regiões encerravam em si mesmas o espírito de aproximação das populações aos centros de decisão e por isso deveriam elas próprias estruturar-se descentralizadamente em relação ao respectivo território regional — nem a recusa, em referendo, de um projecto concreto de criação de regiões pode justificar, por si só, uma nova reestruturação dos serviços da Administração Pública

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador:** — O PSD revê as suas convicções centralizadoras e com igual convicção apresenta projectos de desconcentração, exigindo e exhibindo um radicalismo e um imediatismo que não suspeitávamos existirem no PSD, embora deva dizer-se que tanta convicção possa «cheirar a esturro», pois não se sabe qual será a convicção do PSD daqui a uma hora, muito menos qual a convicção do PSD no dia seguinte!

Sr Presidente, Srs Deputados Para o PCP, a existência de serviços desconcentrados nas áreas da saúde, da segurança social, entre outras, com atribuições e competências adequadas para responder às necessidades quotidianas das populações e com áreas geográficas de incidência eventual e tendencialmente identificadas com os distritos mas, fundamentalmente, com áreas que respondam bem aos problemas das populações sempre constituiu orientação

central do que, ao longo de anos, tem defendido o PCP para o edifício estrutural de toda a Administração Pública.

Para o PCP, aproximar, por esta via, as populações dos serviços desconcentrados da administração central sempre foi coerente e até funcionalmente complementar com as regiões administrativas, cuja criação, ao contrário de outros, defendeu com coerência, sem hesitação, nem demagogia.

O PCP continua, hoje, a defender uma reestruturação administrativa que vise uma desconcentração de serviços mais adequada e mais próxima das populações.

O PCP pretende que ela seja feita em tempo útil, mas de forma reflectida e ponderada, sem perturbar os actuais níveis de resposta administrativa nem provocar instabilidades diversas, seja nos próprios trabalhadores, seja, sobretudo, nos próprios utentes dos serviços públicos.

O PCP encara o processo de desconcentração de serviços da Administração Pública como um verdadeiro acto de democracia, como necessidade que impõe respostas adequadas para serem eficazes e assim melhor servirem interesses das populações e que, por tudo isto, e por isso mesmo, exigem reflexão e responsabilidade política para encontrar as metodologias e os tempos úteis para a sua concretização.

#### *Aplausos do PCP.*

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Casimiro Ramos

**O Sr Casimiro Ramos (PS):** — Sr. Presidente, Sr e Srs Deputados O projecto de lei n.º 23/VIII, do PSD, em discussão, é uma proposta para a relocalização distrital dos serviços desconcentrados da administração central e é por nós entendido como isso mesmo, uma proposta.

A abordagem, em concreto, deste projecto de lei merece, preliminarmente, que analisemos a metodologia adoptada pelo PSD, no ainda começo desta legislatura

Começamos a habituar-nos a que o PSD, nesta legislatura, recorra ao agendamento de matérias cuja importância mereceria uma abordagem profunda e ponderada e não o tratamento superficial ou furtivo que lhes tem dedicado

Já assim foi com o projecto de lei n.º 12/VIII, em que se propunha a criação da área metropolitana de Aveiro, para, apesar dos reparos que foram feitos no debate deste projecto, insistir com a entrada de um novo projecto de lei, a propor a criação da área metropolitana de Leiria e, agora, com o projecto de lei que temos em discussão

Embora distintos, estes projectos de lei têm um tronco comum, mas membros dispersos. têm o tronco comum da apresentação de propostas avulsas para resolver problemas estruturais da orgânica do Estado e os membros dispersos dos seus subscritores, talvez reflexo também da situação bicéfala ou tricéfala do PSD!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Independentemente dos objectivos subjacentes ao projecto de lei n.º 23/VIII, não pode ser

alheia à sua discussão o facto de o mesmo consistir numa proposta que não está devidamente fundamentada nas áreas que pretende rectificar, não considerando, portanto, que é contraproducente mexer em tudo sem saber se tudo está mal, a não ser que admita que a centralização que cimentou durante anos funciona toda mal!

O artigo 1º do projecto de lei n.º 23/VIII carece exactamente dessa fundamentação, o que torna claramente incompreensível o seu artigo 2º, no qual nem sequer indica as áreas da administração central que devem ser relocalizadas ou se há serviços locais que as possam receber.

Portanto, este projecto de lei, como já hoje foi aqui assumido pelo PSD, é uma errata, seria preciso, no futuro, fazer a errata da errata!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, Srs Deputados, as insuficiências do projecto de lei em discussão não se ficam por aqui. É para nós indispensável que a abordagem de relocalização dos serviços do Estado esteja assente em duas lógicas de pensamento estratégico a lógica do planeamento e a lógica da cidadania.

Relativamente à lógica do planeamento, num contexto de orgânica distrital e municipal, por um lado, e, por outro, uma estrutura de organização, criada noutras tempos, através das NUT, que não têm qualquer paralelismo à divisão municipal ou distrital, mas que, na prática, integra entidades que dirigem serviços, gerem meios e distribuem verbas.

Devemos sublinhar que a alteração deste sistema não pode ser levada a cabo sem uma discussão profunda, um estudo sério e um intercâmbio de informação e de experiências com os municípios e com as freguesias, que, de facto, são quem tem a ligação mais directa com os cidadãos.

Quanto à lógica da cidadania, é para nós fundamental que as alterações que se façam no sistema de organização do Estado sejam o reflexo da vontade dos cidadãos e não o condicionamento da sua vontade, introduzida unilateralmente pelo Estado, através da via legislativa.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Devem ser as necessidades das populações a gerar as medidas regulamentadoras e não a regulamentação abstracta, indirecta e inconsequente, que em nada facilita a vida dos cidadãos.

Nesta matéria, o PS tem autoridade suficiente para demonstrar que consegue tomar as medidas necessárias para adequar o funcionamento da Administração Pública às necessidades do cidadão, apresentando-se como exemplo a criação das Lojas do Cidadão.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados, permitam-me um análogo: o PSD parece aquele co-piloto que pretende dar indicações ao condutor no percurso a

percorrer, mas que ignora sistematicamente a sinalética e as regras de condução.

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Exactamente! É um desastre!

**O Orador:** — Conforme consta no relatório elaborado na 4.ª Comissão sobre este projecto de lei, o mesmo carece de parecer das associações representativas dos municípios e das freguesias e, por outro lado, não indica, sequer, qual a legislação que ficaria revogada por via da sua aplicação.

**Vozes do PS:** — Exactamente!

**O Orador:** — Trata-se, portanto, como disse no início, de uma proposta, de um contributo, que merece a nossa atenção. Este tema é também uma das nossas preocupações e uma das nossas prioridades. A prova disso é o programa eleitoral do Partido Socialista, a prova disso é a resolução tomada, hoje mesmo, em Conselho de Ministros, que mostra a firme determinação do Governo em desenvolver um trabalho sério e leal nesta área.

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados. Esperemos que o sentido de responsabilidade e de Estado que o Governo acaba de demonstrar tenha a devida correspondência pelo partido que apresentou o projecto de lei que temos em discussão.

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente:** — Sr Deputado, o tempo que gastou a mais foi cedido pelo Grupo Parlamentar de «Os Verdes».

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Mendes.

**O Sr Luís Marques Mendes (PSD)** — Sr Presidente, Srs. Deputados. Esta é, como se comprehende, uma intervenção breve, tendo em atenção o tempo disponível, mas, para o que pretendo dizer, este tempo é mesmo suficiente.

Apenas intervinho porque, como já aqui foi referido durante o debate desta tarde, o projecto de lei em questão nasceu de uma ideia que assumi como um compromisso solene na minha campanha eleitoral no distrito de Aveiro, ideia que foi depois assumida por todo o partido, designadamente pelo seu líder.

Gosto, em primeiro lugar, de cumprir os meus compromissos e tenho um grande orgulho, tal como o PSD, no projecto de lei que hoje está aqui em discussão.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em segundo lugar, quero sublinhar que nesta questão há duas matérias distintas, embora ambas importantes.

A primeira é uma questão de princípio concorda-se ou não se concorda com o princípio de que os serviços devem estar nos distritos? A segunda questão é a de saber como é que se torna esta matéria exequível.

Começo por esta segunda questão, invocada de forma particular pelo Sr. Deputado Basílio Horta. A intervenção do Sr. Deputado Basílio Horta parece, nesse plano, consistente, mas é, todavia, na prática, uma intervenção inconsistente. Explique rapidamente porquê.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — É desconhecimento!**

**O Orador:** — Com a transferência dos serviços da área dos distritos para cinco áreas regionais, que ocorreu, sensivelmente, no ano de 1992, não deixaram de continuar nos distritos as instalações e o pessoal desses serviços. A única coisa que realmente mudou foi a competência, a capacidade de decisão.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador:** — Muitas dessas matérias que antes eram decididas, por exemplo, no centro regional de segurança social do distrito passaram a ser decididas no centro regional de uma região, mas continuam no distrito os equipamentos, as instalações e o pessoal. No distrito passou a haver apenas competência para emitir parecer e subordinar a capacidade de decisão a um momento posterior.

Ora, isto significa que alterar a situação neste momento, fazê-la voltar atrás, não é uma questão de ir buscar mais pessoal ou de necessidade de instalações. Não se trata, portanto, de uma questão material, trata-se, sobretudo, de uma questão de competência.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — A intervenção do Sr. Deputado Basílio Horta não é consistente, a intervenção do Sr. Deputado Basílio Horta cai pela base por esta razão essencial.

**O Sr. José Magalhães (PS) — Falso!**

**O Orador:** — A outra questão, a primeira, é ainda a mais importante. Refiro-me à questão do princípio. E aqui sejamos verdadeiros e não hipócritas.

Estou farto de ver, nesta Câmara, através de milhentos de pretextos, de habilidades, de questões pontuais e de pormenor, encontrar-se sempre uma questão jurídica, logística ou de outra natureza para, no fundo, não ter a coragem de ir ao fundo da questão, que é a questão do princípio, a questão política.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — E é assim que esta Câmara continua a desrespeitar-se aos olhos do País e aos olhos dos portugueses. Nenhum português percebe que se esteja de acordo com o princípio de os serviços se localizarem no distrito e, depois, se inventem pretextos, questiúnculas, questões jurídicas ou de pormenor que até se tratam na especialidade, mas que só servem para algumas bancadas não terem a coragem de assumir posições, refugiando-se em pequenas habilidades.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador:** — A isto chamo covardia política, hipocrisia política! É o caso típico da bancada socialista, que é useira e vezeira na covardia e na hipocrisia política.

*Aplausos do PSD*

Choca-me algo que não posso deixar de referir, com a maneira franca com que gosto de dizer as coisas na frente das pessoas e não por trás choca-me bastante o comportamento da bancada do Partido Popular. E choca-me por muitas razões, razões que não são de natureza jurídica ou outras, como já aqui enunciéi.

Entendo que esta questão deveria, quando muito, ser tratada em sede de especialidade. Mas o Partido Popular, que assumiu, durante a última campanha eleitoral e em vários momentos, um princípio semelhante em tudo a este projecto, esteve aqui, hoje, a fazer de «muleta» do Partido Socialista. E a prova mais provada e concludente a esse respeito é que a intervenção do Sr. Deputado Basílio Horta teve mais palmas da bancada do Partido Socialista do que muitas intervenções socialistas neste início de legislatura!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**O Orador:** — Por último, baixar um projecto desta natureza à comissão competente sem votação significa não ter a coragem de dizer se se é realmente a favor da devolução do tratamento destas questões aos distritos. E, a este respeito, a bancada socialista tem de ouvir mais isto: foram os socialistas, em vários distritos, que, de 1992 até hoje, mais criticaram essa decisão do PSD, decisão que, pessoalmente, já então considerei errada. O PSD teve a humildade de reconhecer o erro e tem a coragem de o corrigir. No entanto, o Engenheiro Guterres prometeu revogar este regime há quatro anos atrás e não o fez, e estes senhores continuaram a prometer essa revogação. É sempre assim no momento da verdade, são de uma covardia, de uma hipocrisia, de uma falta de coerência! Ou seja, neste debate, ficou claro quem está do lado da coerência e quem está do lado da politiquice. E esta bancada socialista é o exemplo mais típico, mais acabado da politiquice.

Mas fiquem sabendo que esta é uma decisão importante para colocar o poder mais próximo das pessoas. De reformas globais está o País cheio! Quando se fala de reformas globais, as pessoas sabem o que é que isso significa: nunca fazer coisa alguma.

Em cada um dos distritos, os eleitores, os cidadãos, os portugueses têm de saber quem é que queria, de facto, recolocar os serviços nos distritos e quem é que se opõe a essa tentativa.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — A verdade é que este debate fez-se aqui, mas vai continuar fora daqui.

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente:** — O Sr. Deputado Paulo Portas inscreveu-se para exercer o direito de defesa da honra da sua bancada, a quem darei a palavra de imediato, e o Sr. Deputado Basílio Horta para exercer o direito de defesa da honra pessoal, a quem darei a palavra no final do debate.

Peço-lhes, uma vez mais, que não sejam hipersensíveis

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Não, Sr Presidente

**O Sr. Presidente:** — Hoje, se contabilizarmos, houve mais de uma meia dúzia de defesas da honra e, de facto, ofensas não foram tantas quantas as defesas. Mas, enfim, não quero fiscalizar as sensibilidades dos Srs Deputados

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Portas.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Sr Presidente, com a franqueza com que costumo dialogar com o Sr. Deputado Luís Marques Mendes, quero esclarecer-l-o do seguinte entendendo que devem ser devolvidos aos distritos os serviços necessários e suficientes, mas isso não pode acontecer, até porque ficava, na prática, inviabilizado, com um projecto.

**O Sr José Junqueiro (PS):** — Não há projecto nenhum!

**O Orador:** — . cuja intenção — mas não mais do que a intenção — é correcta, mas tecnicamente está tão mal feito que não pode vir de um partido que já exerceu responsabilidades de Governo

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Esqueceu!

**O Orador:** — Por outro lado, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, esta discussão vai continuar fora daqui e aqui!

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Claro!

**O Orador:** — Agora é que vamos ver, em sede de comissão, distrito a distrito, serviço a serviço, o que é necessário fazer, o que é que cada partido quer devolver a cada distrito nesta discussão. Se a querem fazer técnica e politicamente com rigor e com seriedade, ela continuará fora daqui e nesta Casa para encontrarmos uma forma de redesenhar o mapa administrativo do País deste ponto de vista e, devo dizer-lhe, a partir de hoje, com todos em igualdade de circunstâncias.

Há um aspecto, Sr Deputado Luís Marques Mendes, que choca muito mais um eleitor de Aveiro VV Ex "é que transferiram os serviços!"

**Vozes do PS:** — Exactamente!

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Isso é inegável!

**O Orador:** — Tiraram de lá o que era de lá! E até lhe faço uma pergunta: como já saíram do Governo há cinco anos, demoraram cinco anos a descobrir que se tinham enganado?

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Não! Exigimos o referendo!

**O Orador:** — Demoraram cinco anos a descobrir que estavam enganados? Porquê? Eram regionalistas até ao referendo e só depois descobriram que estavam enganados?!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD):** — Sozinhos!

**O Orador:** — Sr Deputado, vamos refazer o mapa administrativo do País, mas nunca peçam a um partido conservador que aceite uma lei estritamente proclamatória, sem qualquer exequibilidade e cheia de erros ou dúvidas técnicas que são inaceitáveis. Vamos melhorá-la em sede de comissão e vamos ver, distrito a distrito, serviço a serviço, onde é que está a coragem de cada partido político nesta Câmara

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente:** — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Mendes.

**O Sr Luís Marques Mendes (PSD):** — Sr. Presidente, quero mesmo dar explicações

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Bem precisa!

**O Orador:** — Não é uma questão de precisar, é uma questão de entender que é útil, Sr. Deputado José Magalhães! Não tenho qualquer esperança que o Sr. Deputado José Magalhães aprenda mas, em qualquer circunstância, sempre vai ouvindo.. Aliás, é sempre útil ouvir, porque «água mole em pedra dura, tanto dá até que fura!», e pode ser que um dia .. Não tenho grande esperança a seu respeito, mas enfim!

Sr. Deputado Paulo Portas, vamos ao mais importante São três os aspectos que quero sublinhar.

O primeiro diz respeito ao facto de ter sido um governo do PSD a ter originado esta alteração, em 1992/93

**O Sr José Magalhães (PS):** — É um facto!

**O Orador:** — É verdade, Sr. Deputado. Mas digo-lhe, com a máxima franqueza, que penso que fiz, na última campanha eleitoral, aquilo que é mais difícil: dar a cara publicamente — não no Parlamento —, perante um erro que foi de todo um governo e ter, ao mesmo tempo, a coragem de dizer: «Vou tentar convencer todo o meu partido, a nível nacional, não apenas a reconhecer o erro mas a ter a coragem de o corrigir»

Penso que em política fica bem, fica mesmo muito bem — é, aliás, factor de credibilidade —, termos a noção de que não fazemos tudo bem feito, de que cometemos erros, mas, acima de tudo, devemos ter a humildade e, a seguir, a coragem de emendar a mão e corrigir o erro

**Vozes do PS:** — Cinco anos depois!

**O Orador:** — De resto, foi aos Srs. Deputados socialistas a quem eu mais me dirigi há pouco, mas não se sentiram ofendidos porque têm a consciência muito pesada!

Em segundo lugar, Sr Deputado Paulo Portas, depreendi da sua intervenção o seguinte o Sr Deputado até diz que a ideia é boa, mas a origem do diploma é que já não parece assim tão boa Se o diploma fosse oriundo dessa bancada, seria a ideia, o projecto e tudo bom, mas, uma vez que vem desta bancada, parece que ele já apresenta alguns inconvenientes

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas*

Em terceiro lugar, que V Ex<sup>a</sup>, Sr. Deputado Paulo Portas, é um conservador nós sabemos — tem-no dito e reafirmado Todavia, não imaginava que fosse tão conservador, tão conservador, tão conservador ao ponto de dizer «Isto foi um erro, mas, já que está, conserve-se lá e mantenha-se tudo na mesma».

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não esperava isso de si, porque o considero um conservador mas, apesar de tudo, um homem inteligente

Por último, Sr. Deputado Paulo Portas, tanto o senhor como eu somos Deputados eleitos pelo distrito de Aveiro e eu digo-lhe o seguinte o Sr. Deputado pode dar todas estas explicações aos seus eleitores no distrito de Aveiro, mas vai ter sempre muita dificuldade em explicar por que razão, num debate público tido comigo em Aveiro, durante a campanha eleitoral, perante todas as pessoas que a ele assistiram e perante a comunicação social, quando apresentei este projecto e confrontei V Ex<sup>a</sup> e outros interlocutores perante ele, respondeu que, sobre essa matéria, o PP estará de acordo e votará ao lado do PSD

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador:** — Gostava de ver como é que o Sr. Deputado vai agora explicar aos eleitores aveirenses que antes das eleições não tinha dúvidas de espécie alguma e agora as dúvidas são todas aquelas que se conhecem!

Sr Deputado Paulo Portas, para finalizar, quero dizer o seguinte: quem conhece esta Câmara sabe muito bem que não há lei que entre aqui de uma forma e saia, na especialidade, da mesma forma É para isso que há um trabalho em sede de especialidade E esse procedimento é correcto: se há questões a corrigir, corrijam-se!

Porém, há uma questão de clareza política em relação à qual custa-me muito que o senhor e a bancada do PP não tivessem concordado:

**O Sr Presidente:** — Agradeço que termine, Sr Deputado.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr Presidente é que, neste momento, devia votar-se «sim» ou «não» a este princípio. Penso que não é correcto nem

credibilizante aos olhos da opinião pública estar a fugir à questão essencial política e de fundo — a de saber se está ou não de acordo com o princípio —, através de habilidades processuais que só servem, objectivamente, para fazer com que esta matéria fique a aborar na comissão Assim, as pessoas perdem o crédito na política e nos políticos.

*Aplausos do PSD*

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa

**O Sr Presidente:** — Que não será, necessariamente .

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Esteja descansado, porque serei muito breve, Sr Presidente

**O Sr Presidente:** — O ser breve não a torna interpelação Peço-lhe que seja mesmo multíssimo breve, Sr Deputado

Tem a palavra

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr Presidente, através de V Ex<sup>a</sup>, quero dizer ao Sr Deputado Luís Marques Mendes que convém não torcer as palavras das pessoas O que lhe disse, e reafirmo aqui, é que sou favorável à devolução de um conjunto de serviços e a esse princípio, e tenciono prová-lo na comissão onde este trabalho vai continuar

O que nunca farei é dar o beneplácito genérico a um projecto cuja quantificação de custos inexiste, cuja possibilidade de execução técnica, do ponto de vista do direito laboral público, inexiste e que não tem a fundamentação e o rigor mínimos que permitam uma simpatia exagerada

**O Sr Presidente:** — Muito obrigado, Sr Deputado

**O Orador:** — Terminei já, Sr Presidente.

Há um ponto que é fundamental para os eleitores de Aveiro, como o Sr Deputado sabe e eu também o que nós votarmos em matéria de devolução de serviços não dará nem mais um job ao PS, nem custará nem mais um tostão ao contribuinte! Essa é a diferença entre a nossa posição e a vossa

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

**O Sr Francisco de Assis (PS)** — Sr. Presidente, Srs Deputados Não posso deixar de avaliar e analisar esta curiosa aparição do Sr Deputado Luís Marques Mendes na fase final de um debate em que o PSD saiu claramente derrotado, de tal forma ficaram evidenciadas as profundas debilidades da proposta apresentada

Entre uma e outra sessão daquilo que parece ser uma campanha interna para ascender à liderança do seu próprio partido, o Dr. Luís Marques Mendes veio aqui lançar insultos em relação ao Grupo Parlamentar do Partido

Socialista, começando por dizer que há incoerência neste grupo parlamentar.

Sr Deputado Luís Marques Mendes, se alguém aqui, reconhecidamente, está a laborar a incoerência em relação ao passado é o Grupo Parlamentar do PSD, que reconhece que no passado agiu de uma forma e agora age de forma radicalmente oposta O Partido Social Democrata, quando investido em funções governativas, agiu de uma maneira e agora que está na oposição pretende avançar em sentido radicalmente contrário. Portanto, se há aqui uma manifestação clara, e de resto reconhecida, de incoerência em relação ao passado, ela é vossa, não é nossa,

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

#### *Protestos do PSD*

O Orador: — ... ainda que também, devo dizer-lhe, seja compreensível que haja evolução Evolução essa que não temos de fazer mas que os Srs. Deputados terão, e, para além desta, também em relação ao princípio quase axiológico do Prof. Cavaco Silva, segundo o qual raramente se enganava e nunca tinha dúvidas.

Ora, porque nunca defendemos esse princípio, não temos necessidade de o renegar sempre que temos de fazer alguma alteração das nossas posições, e por esse motivo estamos à vontade quanto a isso

Quero dizer-lhe e à Câmara, em relação ao PS, que a nossa posição é muito clara sobre esta matéria, ou seja, não concordamos com o actual estado de coisas Entendemos que a forma como os sucessivos governos do PSD foram tratando este assunto não foi a mais correcta e a mais adequada

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — E o PS?

O Orador: — . que se procedeu a um esvaziamento excessivo dos distritos e que isso se traduziu, nalguns aspectos, numa perda real de eficácia do funcionamento da administração periférica do Estado e numa diminuição do nível do atendimento prestado aos cidadãos

O que entendemos é que a reforma a levar a cabo não se pode limitar a ser o regresso ao modelo da distritalização e, ainda por cima, apresentado sem qualquer fundamento, sem qualquer estudo sério, sem qualquer princípio minimamente rigoroso que possa ser invocado como elemento de sustentação de tal regresso O que pensamos é que se deve inovar e não retroceder, que se deve olhar para o futuro e não ficarmos prisioneiros do passado.

Talvez os Srs. Deputados do PSD tenham tão má consciência em relação àquilo que foi a acção do vosso governo que pensam que o melhor, agora, é regressar em absoluto ao passado, fazendo uma espécie de economia da governação do PSD e estabelecendo uma espécie de esvaziamento total daquilo que foram os anos de governação do Prof. Cavaco Silva em Portugal

Nós não temos essa visão e não temos necessidade de rescrever o passado como os Srs. Deputados Nesses aspectos, fazem lembrar a antiga União Soviética, onde

se dizia que o mais imprevisível era o passado e não o futuro Os Srs. Deputados estão um pouco na mesma situação, isto é, têm necessidade de rescrever a história e, portanto, querem agora lançar um imenso vazio sobre o que foi o cavaquismo e regressar atrás, enquanto que nós estamos mais à vontade e, por isso mesmo, dispostos a olhar para a frente, a procurar nas circunstâncias actuais, que são diferentes das de há 10 anos atrás, as melhores soluções com uma clareza meridiana

O Sr. Ministro, há pouco, enunciou a posição do Governo e nós enunciarmos a posição da bancada do Partido Socialista, que é esta pensamos que ao nível da administração periférica do Estado há funções que devem ser cometidas a instâncias de natureza regional, funções de planeamento estratégico, de definição de investimento público, fundamentalmente, e há outras funções que devem ficar cometidas a instâncias de nível distrital e que têm a ver com a execução em concreto das mais diversas políticas Entendemos até que se deve avançar para um nível infradistrital e não há hoje razão alguma para que nos fixemos em absoluto no nível distrital

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador: — Com as novas tecnologias e com as novas possibilidades logísticas que estão ao nosso dispor, temos todas as condições para evoluir ainda mais e ser mais exigentes do que isso É por isso, Sr. Deputado, que estamos dispostos a viabilizar a baixa desse projecto à Comissão, apesar da modéstia e, até como foi referido, da indigência da vossa proposta, que só é compreensível porque deve ter sido redigida num intervalo entre as muitas solicitações com que V. Ex.<sup>a</sup> agora é confrontado Mas estamos disponíveis para viabilizar a baixa à Comissão e dispostos para dar o nosso contributo ao mesmo nível dos outros grupos parlamentares para que se encontre a melhor solução e para se consagrem as melhores soluções para o País

Agora uma coisa é certa se não fosse alcançada, nesta Câmara, uma maioria necessária para viabilizar a aprovação de uma proposta desta natureza, votariámos todos, em consciência, contra, por uma razão muito simples, porque no Grupo Parlamentar do PS haverá pessoas que defendem uma maior valorização da componente distrital e pessoas que defendem uma maior valorização da componente regional e também travaremos este debate em colaboração com os outros grupos parlamentares e com o Governo Todavia, pensamos que a via preconizada pelo Governo é a mais adequada

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o seu tempo

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente

Nesta matéria não há verdades absolutas e temos todos de ter a modéstia necessária para darmos o nosso contributo para que, daqui a 10 anos, não tenhamos de vir aqui pedir desculpa pelo que andámos a fazer até agora.

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente:** — Srs Deputados, vamos passar à discussão do projecto de resolução n.º 12/VIII

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente, há pouco, pedi a palavra

**O Sr Presidente:** — Peço-lhe desculpa, Sr Deputado, mas esqueci-me que tinha pedido a palavra para defesa da sua honra. É que ela foi tão pouco ofendida que até me esqueci. Mas faça favor de usar da palavra

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — O Sr Presidente sabe, e compreenderá, que a honra de um jurista, por vezes, ofende-se quando dizem que a sua argumentação é inconsistente, e isso está registado. Eu não gosto de fazer intervenções nesta Câmara que não sejam consistentes

**O Sr Presidente:** — Isso chega para ofender a sua honra?

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP)** — Com certeza, Sr Presidente

**O Sr Presidente:** — Meu Deus! O meu amigo é muito sensível!

Faça favor de usar da palavra

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente e Srs Deputados, o Sr Deputado Luís Marques Mendes desiludiu-me um pouco na intervenção que fez em relação à minha. Fiz uma intervenção para a qual trabalhei com dados, com números, com tudo, e o Sr Deputado vem aqui fazer uma crítica ligeira dizendo que ela é inconsistente porque em Aveiro não sei quê

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que o País não é uma federação de distritos e que se quando legisla nesta Assembleia é para todo o País! O Sr Deputado é um jurista competente, capaz, oriundo de uma família de ilustríssimos juristas, e sabe que em condição nenhuma, se quisesse emendar a mão, apresentava um projecto de lei destes. Este projecto de lei só significa que quem não quer cumprir a promessa é o Sr Deputado e o que quer é vir aqui dizer que apresentou um projecto para o seu distrito e, depois, sabendo que ele não é susceptível de execução, consequentemente, impedir a verdadeira correção das anomalias existentes

Sr Deputado, o que queremos é corrigir essas anomalias — não abra portas abertas, Sr Deputado! — e estamos solidários consigo e com os outros Deputados que as queiram corrigir. Vamos, portanto, fazer uma lei nacional ou várias, que sejam capazes de o fazer, porque duvido muito que isso seja possível só com uma lei e o Sr Deputado sabe isso perfeitamente.

Ora, se quer alguma cooperação, vamos fazê-lo em conjunto para Aveiro, Viseu, Braga, Setúbal, para onde haja anomalias e vamos corrigi-las. Se o Sr Deputado quer cumprir a sua promessa eleitoral, mude este procedimento e peço-lhe — se me permite pela estima e consideração que tenho por si — que não apareça muitas vezes a

defender projectos destes, que não existem. Este não é um projecto é, sim, uma inexistência jurídica e política

**O Sr Presidente:** — Tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Mendes

**O Sr Luís Marques Mendes (PSD)** — Sr. Presidente, Srs Deputados: Gostaria de agradecer, também, ao Sr Deputado Basílio Horta esta oportunidade para lhe dizer que, obviamente, não retiro nada daquilo que disse, até porque estou absolutamente convicto e terei muito gosto em desenvolver estas explicações

Quando o Sr Deputado diz que a minha intervenção o desiludiu, gostava de lhe responder da seguinte forma em primeiro lugar, fico satisfeito porque, como já vimos aqui ao longo deste debate, as orientações das duas bancadas são bastante diferentes, o que significa que, tendo-o desiludido, estou no caminho certo: em segundo lugar, para dizer que V. Ex.º, usando aqui a mesma ideia, me desiludiu um pouco, porque estou habituado a vê-lo como um político e a apreciá-lo enquanto tal e pareceu-me vê-lo hoje, aqui, apenas preocupado com os aspectos de natureza jurídica

Sei que as questões jurídicas são essenciais mas sei, Sr. Deputado, que num debate, na generalidade, nesta Câmara a orientação e o designio político são muito mais importantes

Sabe, Sr Deputado, é que a questão de fundo, muito importante, é esta: o Sr Deputado diz que este projecto tem defeitos mas não há, porventura, nenhum projecto que não os tenha. Os projectos votam-se para irem com uma orientação para a Comissão, ou seja, o Plenário diz que quer fazer a descentralização dos serviços e a Comissão que faça os arranjos técnicos que se tornam indispensáveis. O Sr. Deputado, com a sua intervenção e a iniciativa da sua bancada de requerer a baixa à Comissão sem votação

Na vida, tudo tem uma leitura política e ouvimos o Sr Deputado Francisco de Assis, a quem, obrigado a falar neste debate — e, portanto, já foi importante esta minha intervenção —, caiu a máscara, pois na intervenção de há pouco disse que se isto fosse votado votariam contra, porque não concordam com este princípio. Ou seja, como disse, agora, caiu-lhe a máscara e foi, ao menos, importante no final deste debate saber-se que o PS é contra esta matéria. O que me custa é que ao Partido Popular, que umas vezes parece concordar e outras parece não concordar com a ideia,

#### *Risos do CDS-PP*

objectivamente — e esta leitura política é como é —, tenham servido como uma luva

**O Sr Luís Marques Guedes (PS)** — Como uma luva não como uma muleta!

**O Orador** — os interesses do Partido Socialista, obrigando-os a não terem de se pronunciar aqui abertamente. É isso que custa, porque o Partido Socialista,

há uns anos, «meteu o socialismo na gaveta» e agora «meteu na gaveta» esta intenção de colocar os serviços no distrito.

O Sr Deputado Francisco de Assis dizia aqui que não lhes interessa muito o passado mas, sim, o futuro e os portugueses já sabem o que significa esta linguagem é preciso fazer uma grande reforma, com grandes estudos, com grandes grupos de trabalho. Na prática, perdeu-se do uma oportunidade de colocar o poder desconcentrado do Estado mais próximo das pessoas.

Dizia, há pouco, o Sr Deputado Francisco de Assis, que entretanto se ausentou, porque acabou de fazer o seu número, que este projecto era indigente. Respondo-lhe da mesma forma ou com a mesma palavra, por tudo quanto eu disse: o que é indigente é o comportamento do Partido Socialista e da sua bancada. Os eleitores julgarão!

**Vozes do PSD** — Muito bem!

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr Vice-Presidente Mota Amaral*

**O Sr Presidente** — O Sr Deputado Manuel dos Santos pediu a palavra para que efecto?

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Para fazer uma interpelação à Mesa, para poupar tempo a V Ex<sup>a</sup> e aos Deputados que ainda têm paciência para assistir a este debate.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Faça favor, Sr. Deputado

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Sr Presidente, penso que é intolerável este tipo de intervenção, nomeadamente na ausência do Sr Deputado Francisco de Assis.

**Vozes do PSD:** — Ele é que saiu!

**O Orador:** — e não posso deixar de notar e salientar junto da Mesa a desleigância da intervenção do Sr Deputado Luís Marques Mendes.

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Guedes.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Sr Presidente, aquilo que acabou de ser dito pelo Sr Deputado Manuel dos Santos é a «desculpa do mau pagador», porque quem atacou a bancada do PSD na pessoa do Deputado Luís Marques Mendes foi o Deputado Francisco de Assis, que decidiu ausentar-se deste hemiciclo e, portanto, a crítica do Sr Deputado Manuel dos Santos vai direitinha para o seu líder da bancada e a bancada do PSD não precisa de quaisquer remoques da bancada socialista.

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Vamos passar ao ponto seguinte da ordem do dia, que respeita ao projecto de resolução n° 12/VIII — Sobre o aumento de formandos na área da saúde (PCP)

Para introduzir o debate, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Natália Filipe

**A Sr<sup>a</sup> Natália Filipe (PCP)** — Sr Presidente, Sr<sup>o</sup> e Srs Deputados A Constituição do República Portuguesa consagra, no seu artigo 64º, que para assegurar o direito à saúde incumbe ao Estado «( ) garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o País em recursos humanos e unidades de saúde ( )»

Contudo, e no que se refere aos recursos humanos, as políticas adoptadas pelos diferentes governos foram conduzindo a situações de instabilidade laboral, precariedade de vínculos e a graves carências de profissionais de saúde

O PCP sempre tem denunciado e as diferentes estruturas sindicais há muito que têm desenvolvido iniciativas de luta com o objectivo de serem tomadas medidas que conduzissem ao aumento efectivo de formandos em saúde

Décadas de subfinanciamento da formação de recursos humanos conduziram às gravíssimas situações de carência de médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, entre outros

Em Portugal, em 1994, o *ratio* de médicos por habitante estava muito próximo da média europeia, enquanto que o de enfermeiros se encontrava muito longe dos parceiros europeus

Dados do Ministério da Saúde relativos a 1996 e publicados em 1998, apontavam para um envelhecimento da classe médica e a sua distribuição de forma assimétrica pelas regiões e pelas instituições do País, concentrando-se, essencialmente, ao nível dos grandes centros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra e nas unidades hospitalares

Embora aspectos da carência possam estar a ser particularmente agravados por factores alheios a este problema, entendemos que existe uma grave carência de recursos humanos da saúde, gritantemente expressa, também, pelo fluxo migratório de profissionais estrangeiros para Portugal

O próprio Governo do PS afirmou, num debate nesta Assembleia, em resposta ao PCP, que a ruptura em profissionais de saúde seria em 2006/2007, ou seja, no momento em que está prevista a entrada em funcionamento de unidades de saúde de maiores dimensões

Sendo inquestionável que todos os elementos da equipa multidisciplinar de saúde (auxiliares, administrativos, enfermeiros, médicos, etc) intervêm na cadeia de produção de cuidados, na quantidade e qualidade das prestações com vista a um excelente grau de satisfação dos utentes, a verdade é que compete aos médicos e aos enfermeiros a definição e a decisão sobre o tipo e o volume de cuidados a prestar

Efectivamente, são estes dois sectores profissionais que desenvolvem a gestão dos cuidados, garantindo a acessibilidade, a qualidade, a produtividade, a eficiência e a efectividade dos cuidados de saúde

Em saúde, a evolução tecnológica não substitui a mão-de-obra, antes pelo contrário, exige maior nível de qualificação e diferenciação técnica dos seus profissionais

O desenvolvimento das políticas de prevenção da doença e de promoção da saúde, a construção de novas unidades hospitalares e centros de saúde exigem mais recursos humanos, em quantidade e qualidade

**O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!**

**A Oradora:** — O PCP defende a abertura de mais hospitais, centros de saúde e extensões, a remodelação das unidades existentes, o alargamento do funcionamento de consultas e blocos operatórios dos hospitais em função das necessidades das populações e exige o cumprimento dos programas de saúde escolar, planeamento familiar, vigilância de saúde, entre outros

**O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!**

**A Oradora:** — Defendemos o estabelecimento de um novo e mais justo regime de acesso ao ensino superior e a rápida expansão do ensino superior público, com abolição das restrições quantitativas globais, o famigerado *numerus clausus*

A prática tem demonstrado que é sempre utilizada a «técnica do cobertor» (tapando a cabeça, vâo-se destapando os pés), recorrendo-se frequentemente à «sangria» de profissionais das unidades já existentes ou à contratação de profissionais estrangeiros, às horas extraordinárias programadas, à retirada de direitos consagrados, ao aumento dos ritmos de trabalho, à redução do número de profissionais nos turnos de trabalho, à acumulação de feriados e folgas por gozar. No caso dos enfermeiros, a dívida ascende a milhares de contos

Mais na ARS de Lisboa e Vale do Tejo, metade do quadro de pessoal de enfermagem encontra-se por preencher e os serviços de atendimento complementar ou de urgência são assegurados por profissionais em prestação de serviços e a acumular funções. no Hospital de Santa Maria, seria necessário um enfermeiro a trabalhar 36 anos para compensar os dias em dívida aos enfermeiros. na urgência do Hospital de Cascais, em cada oito horas, quatro enfermeiros asseguram os cuidados a uma média de 100 utentes e aos 40 doentes ali internados, como se de um serviço de internamento se tratasse. o Hospital de São Sebastião, na Feira, entrou em funcionamento com 90 enfermeiros espanhóis, sem esquecer as centenas de outros que se encontram hoje a trabalhar nas diferentes instituições deste país. são frequentes os conflitos institucionais provocados pela carência de pessoal (por exemplo, nos Hospitais de Vila Franca de Xira, Covões, Sobral Cid, Cantanhede, Júlio de Matos, Montijo, sub-região de Coimbra, etc.). o Hospital do Barlavento, recentemente inaugurado, tem equipamento de topo de gama parado e está sem funcionar em pleno devido à falta de médicos, de enfermeiros e de outros técnicos, milhares de utentes por todo o País não têm médico de família. os utentes do Hospital de Santarém correm o risco de não terem médicos no serviço de urgência. em todas as

instituições hospitalares e nos cuidados de saúde primários existem vagas nos quadros de pessoal

A manutenção destas situações e de outras que haveria para enumerar, sem serem tomadas opções políticas firmes junto de faculdades de medicina e escolas superiores de enfermagem, conduzirão à degradação das condições de trabalho e da qualidade dos cuidados que queremos ver prestados à população

O Governo do PS tomou algumas medidas, mas o quadro apresentado demonstra que foram insuficientes

**O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!**

**A Oradora:** — A criação de mais faculdades de medicina e escolas de enfermagem foi um passo importante, sem dúvida, mas todos sabemos que só daqui a dois, três ou mais anos é que os cursos estarão operacionais, bem como sabemos que se trata de uma formação demorada

Ao nível da enfermagem, o Partido Socialista soube propalar, durante a campanha eleitoral, que tinha aumentado em 40% o número de vagas de acesso à enfermagem, mas esqueceu-se sempre de dizer que, a seguir, as tinha reduzido

Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados É inadmissível que centenas de alunos com notas superiores a 18 valores não tenham sido admitidos nas faculdades de medicina e que apenas tenha aumentado em cinco o número de vagas para o actual ano lectivo

**Vozes do PCP: — Um escândalo! Uma vergonha!**

**A Oradora:** — Num quadro de carência de profissionais de saúde, é impedido a milhares de jovens portugueses o acesso a uma profissão que se encontra numa situação dramática e em que a ruptura é inevitável.

É inadmissível que, existindo estudos que apontam para a necessidade actual de, pelo menos, 10 000 enfermeiros, o Governo tenha reduzido em 109 o número de vagas de acesso à enfermagem no ano lectivo em curso

**O Sr Bernardino Soares (PCP) — Uma vergonha!**

**A Oradora:** — A nível geral, o número de diplomados não chega para suprir as vagas libertas por aqueles que, entretanto, se aposentam e se aposentarão nos próximos anos

A manter-se o actual ritmo de formação, só daqui a 20 anos é que teremos compensadas as vagas libertas pelos médicos que em 2005 estarão aposentados e necessitaremos de 10 anos para termos o número de enfermeiros que, hoje, são necessários

Se o Governo elegeu a saúde como a grande paixão, tem de ser consequente e assumir medidas políticas eficazes junto das faculdades de medicina e das escolas superiores de enfermagem, para que se recupere o atraso na formação da área da saúde. Há capacidade instalada e vontade dos profissionais para o fazer

Se até o Sr Presidente do Repúblida apelou, recentemente, «( ) ao Governo e às escolas para que

revejam a definição das prioridades no ensino e na formação para o sistema de saúde (...), se é compromisso do Governo, expresso no seu Programa, que «( . ) é indispensável ao País um sistema de saúde mais eficiente, que preste melhores serviços aos cidadãos e de qualidade reconhecida ( . )» e que «( . ) chegou a hora da promoção da saúde como grande prioridade ( . )», propondo-se «( . ) a proporcionar, até 2002, a todas as crianças e adolescentes a oportunidade de ter um médico assistente ( . )» e dizendo que «( . ) Portugal precisa de alargar os seus efectivos altamente qualificados ( . )», o PCP pergunta como?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — É neste sentido que o PCP propõe, por forma a evitar os processos de ruptura que se perspectivam, que a Assembleia da República recomende ao Governo que ponha em prática um plano de emergência que permita o aumento efectivo de formandos na área da saúde

É da responsabilidade do Governo, em colaboração com todas as instituições públicas que intervêm nesta área, quer sejam de formação, quer sejam de prestação de cuidados, o assegurar dos recursos necessários à prestação de cuidados de saúde à população portuguesa, mantendo o nível de qualidade que está internacionalmente reconhecida

*Aplausos do PCP e do BE*

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Martins

**O Sr. Carlos Martins (PSD).** — Sr Presidente, Sr. e Srs Deputados O presente projecto de resolução, sobre o aumento de formandos na área da saúde, configura, de facto, um dos mais graves problemas do sistema de saúde do nosso país

Decorridos quatro anos de inacção governativa, mudou a tutela e o Director-Geral da Saúde, a escassas horas da sua saída, apresentou um demolidor relatório de balanço de legislatura, assumindo que Portugal tem os níveis de saúde mais baixos dos países da União Europeia e, entre múltiplas considerações, afirmou que o XIII Governo não conseguiu garantir uma política de recursos humanos que evitasse, por antecipação, o excessivo envelhecimento das profissões de saúde e as suas exigências específicas

Eis um testemunho isento, o qual credita a crítica construtiva agora e no passado efectuada de forma transversal

Mas ao analisarmos o Programa do XIV Governo verificamos, mais uma vez, que não existe qualquer garantia de alteração à actual política de recursos humanos na área da saúde que evite, por antecipação, o excessivo envelhecimento das profissões de saúde, logo, a sua renovação, a sua equitativa distribuição e o reforço que se exige e se impõe a bem da qualidade de serviços a prestar ao cidadão

Eis mais uma parvoia platónica, na medida em que as políticas de saúde, a inovação, a modernidade, a acessibilidade, a qualidade e a humanização, a introdução de novas tecnologias e a construção de novas infra-

estruturas só serão, no seu conjunto, exequíveis com mais e diversificados recursos humanos

É muito fácil teorizar academicamente, publicar estratégias, anunciar prioridades políticas, construir e equipar edifícios, mas o êxito, a execução, a funcionalidade e a produtividade só serão possíveis se existir uma efectiva política de recursos humanos

É que uma efectiva política de recursos humanos constitui o garante do futuro de qualquer organização, de qualquer sistema e de qualquer País, assente o mesmo na qualidade e na quantidade

Sem uma efectiva quantidade não é possível atingir a excelência da qualidade, logo, da produtividade, bem como a satisfação dos profissionais de saúde, à qual está automaticamente incerteza a satisfação do cidadão

Sr Presidente, Sr. e Srs Deputados Como falar da saúde como uma nova prioridade da política social de um País sem uma alteração na área do ensino e da formação?

Como é possível promover um sistema de saúde mais eficiente e de qualidade reconhecida, capaz de responder imediatamente às necessidades dos cidadãos, quando os recursos humanos são insuficientes, estão sobrecarregados com escalas desumanas e não dispõem de condições eficazes e eficientes de trabalho em equipa?

Como é possível garantir o acesso à saúde em condições de equidade social, de eficiência na gestão e com garantias de qualidade, quando os recursos humanos existentes no interior do País ou em unidades de saúde periféricas são penalizados pela sua opção, existindo um refluxo para os principais centros urbanos?

Como é possível assumir compromissos solenes perante os portugueses quanto à melhoria do sistema de saúde, quando continuamos a defraudar as legítimas expectativas de milhares de jovens com médias elevadas e com vocação para o exercício de profissões de saúde?

Como é possível continuar a assistir, impávida e serenamente, à emigração de centenas e centenas de jovens para efectuarem a sua formação em países comunitários, nomeadamente em Espanha?

Como é possível manter várias centenas de jovens, senão milhares, na expectativa de verem o seu futuro garantido nas profissões de saúde, quando se adia a decisão sobre a legalização de instituições de ensino superior privado e/ou sobre a homologação dos seus cursos?

Como é possível continuar a estimular e mediaturizar a contratação a termo certo e a admissão de profissionais estrangeiros, nomeadamente espanhóis, integrando-os de imediato no Serviço Nacional de Saúde, em concreto nos Serviços de Atendimento Permanente e nos serviços de urgência, sem lhes conceder uma adequada formação para a integração num sistema diferente, com exigências distintas e, inclusive, programado para receber recursos humanos com formação muito específica?

Como é possível continuar a integrar profissionais comunitários e não comunitários sem um perfeito domínio da língua portuguesa, elemento insubstituível para a comunicação dentro da equipa clínica e para a comunicação com o cidadão utente?

Como é possível deixar chegar as escolas superiores de enfermagem, elemento determinante no ensino e na

formação da área da saúde, à situação como aquela com que fomos confrontados ontem e deixar os jovens estudantes de enfermagem sem apoio da acção social?

Como é possível pensar que o mero anúncio político de criação de mais duas faculdades de medicina bastou para resolver o problema da carência de médicos, quando está reconhecido que as actuais faculdades têm capacidade para receber muito mais alunos?

Como é possível não investir em novos espaços e equipamentos na área de ensino e da formação e conceder os devidos orçamentos a estas prestigiadas e imprescindíveis instituições do ensino superior?

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados É do mais elementar bom senso colocar estas perguntas e deixar tantas dúvidas sem resposta, num momento de início de legislatura e num momento em que está claramente provado que o actual sistema de ensino e de formação não responde às necessidades actuais e futuras, essencialmente dos serviços de saúde públicos mas também do sistema privado.

É grave assistirmos a uma crescente necessidade de novos enfermeiros e, por absurdo, constatarmos que o número de vagas de acesso tenha diminuído no corrente ano lectivo, ou constatarmos que existe um crescente indeferimento ou incapacidade de resposta às legítimas expectativas de formação em especialidades na área de enfermagem, críticas para o coerente funcionamento de serviços hospitalares e para a execução de programas nos centros de saúde.

Ninguém com sentido da realidade e com noção da sua responsabilidade pode ou deve desvalorizar que o aumento do número de jovens licenciados para profissões de saúde é excessivamente lento, face à elevada média etária dos actuais profissionais de saúde, logo, face à previsão das aposentações nos próximos anos.

É manifestamente preocupante saber que, apenas com notas de candidaturas iguais ou superiores a 17 valores, não tenham entrado nas faculdades de medicina 1414 jovens em 1997, 1471 jovens em 1998 e 767 jovens em 1999.

É caso para recordar uma pergunta recentemente efectuada «Com que direito, ou em nome de que valor, se impede o acesso a uma profissão a jovens altamente qualificados, quando a formação a que se candidatam tem uma falta de profissionais no mercado de trabalho tal que o País tem de recorrer a técnicos vindos do estrangeiro para suprir essa falta?»

É pois legítimo e oportuno que a Assembleia da República, órgão que directamente representa cada um e todos os cidadãos, as suas preocupações, as suas frustrações, as suas ambições e as suas expectativas quotidianas, recomende ao Governo que decida com urgência nesta matéria e que não continue a ignorar a pressão, os apelos e as recomendações de todos os quadrantes da sociedade portuguesa.

Nesta linha de coerência, isto é, no sentido de que devemos representar efectivamente e dar voz às preocupações dos nossos concidadãos, aproveito a oportunidade para anunciar que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata entregou na Mesa um projecto

de lei sobre a urgente criação de um programa especial de combate às listas de espera e um projecto de lei sobre a melhoria do acesso dos cidadãos aos meios auxiliares de diagnóstico.

Nós não desistimos. Nestas matérias, como acontece com a que ora em discussão, pior que uma má decisão é a ausência de qualquer decisão!

#### *Aplausos do PSD*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O assunto que aqui hoje estamos a discutir é da máxima importância, sendo uma matéria que mexe com a vida e com o bem-estar de todos os portugueses em mais do que uma forma.

Todos sabemos que não temos o Serviço Nacional de Saúde que gostaríamos de ter; todos sabemos que o desempenho do SNS não tem a qualidade, a rapidez e a eficácia que gostaríamos que tivesse. Aliás, é o Governo o primeiro a reconhecer. Por isso mesmo, esta área da saúde e do Sistema Nacional de Saúde foi eleita agora a primeira paixão, o grande amor, do vasto e solidário coração socialista.

Muitos são os factores que influenciam o descalabro e o caos que hoje se vive no SNS.

A total ausência de direcção política e a falta de controlo do Ministério da Saúde sobre o SNS foram bem visíveis nesta Câmara aquando da discussão do último orçamento rectificativo.

Quando a Ministra da Saúde diz que não conhece, nem sequer pode conhecer, a extensão total da dívida do SNS, então é porque algo está profundamente errado. Quando a Sr.ª Ministra diz isso, sob o aplauso da bancada do governo e da bancada do Partido Socialista, então é porque não há vontade de responder e de alterar este estado de coisas.

Temos um Sistema Nacional de Saúde que já não tem doentes, que já não tem pacientes, agora tem utentes, tem utilizadores, tem consumidores — isto é a desumanização de um sistema.

Mas o descontrolo e o despesismo não são os únicos pecados de que o nosso SNS padece. Infelizmente, há muitos mais a vitimá-lo, mas hoje estamos aqui exclusivamente para nos debucarmos sobre um: o aproveitamento dos nossos recursos humanos.

Portugal não é um país rico em recurso naturais. Não produzimos petróleo, minérios ou as matérias-primas fundamentais para desenvolvimento da sociedade de comunicação. Somos um país territorialmente pequeno e sem grandes recursos naturais, e é por isso mesmo que a nossa grande aposta tem de ser naquilo que sempre nos deu uma vantagem competitiva no passado. Um País que não tem fortes recursos naturais tem de fazer um apostado primordial nos seus recursos humanos.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

**O Orador:** — Portugal tem de saber apostar na sua grande mais valia os portugueses E apostar nos portugueses é dar-lhes boas condições de vida, é dar-lhes qualidade de vida, perspectivas de futuro, é, acima de tudo, saber respeitar as suas opções e as suas vocações Mas a este assunto já voltarei

Sr Presidente, Srs Deputados Quando um português se dirige hoje a um hospital ou a um centro de saúde já sabe o longo calvário que vai ter de enfrentar

Se estiver numa grande cidade, já sabe que o aguarda uma lista de espera, ou serviços de urgência entupidos, ou hospitais degradados, ou corredores cheios de doentes à espera da sua vez No entanto, se estiver no interior a situação não é melhor, são os quilómetros que tem de fazer para chegar ao hospital, são as más condições dos equipamentos que existem nos hospitais e são os médicos que não existem

Como é óbvio, isto frustra tanto aqueles que pagam impostos e esperam um serviço de qualidade, como aqueles que, dedicando a sua vida a salvar a vida dos outros, querem praticar um serviço de qualidade e não conseguem

Mas se o problema de qualidade se prendesse só com o estado físico dos equipamentos, com a construção de novos hospitais, a solução não seria de todo difícil Mais ou menos demorada, mais menos onerosa, a construção das infra-estruturas é sempre relativamente fácil Mais complicado é resolver o problema que nos traz aqui hoje, que é o da falta de médicos e de enfermeiros, a falta de recursos humanos, que são a parte mais importante de qualquer serviço de saúde

Sr Presidente, Srs Deputados Dizia-vos há pouco que, sendo Portugal um País sem grandes recursos naturais, devia obrigatoriamente fazer uma aposta estratégica no seu povo e que essa aposta passava por garantir uma boa qualidade de vida a todos os portugueses, garantir perspectivas de futuro e o respeito pelas suas opções e vocações Mas, na área da saúde, é exactamente isto que não tem sido feito

Quando, todos os anos, alguns milhares de alunos ficam fora das faculdades de medicina ou das escolas superiores de enfermagem, única e exclusivamente porque não ha espaço físico para albergá-los, é sinal que se entende que eles não são importantes

E note-se que estamos a falar de alunos com mérito, com brilho académico, que, com muito esforço, alcançaram notas de 17 ou 18 valores, mas que, mesmo assim, não podem prosseguir as suas vocações, sendo forçados ou a mudar de carreira ou ir estudar para um país estrangeiro

E quando um governo, este ou os anteriores, assiste, impávido e sereno, a esta situação sem nada tentar fazer para mudar este estado de coisas, é porque perdeu a noção do que é fundamental e do que é acessório

Zelar pela saúde do portugueses é fundamental Respeitar a vocação de quem quer melhorar a vida dos outros é fundamental

Sr Presidente e Srs Deputados Hoje, em Portugal, assiste-se a uma situação inaudita há jovens com média de 17 valores que ficam de fora das universidades de

medicina, mas os hospitais são obrigados a ir contratar vários médicos a Espanha Por outro lado, reduzimos o número de vagas nas escolas de enfermagem, quando os hospitais e centros de saúde desesperam por enfermeiros

É hora de o Governo tirar a «cabeça da areia» e perceber que temos um problema nacional e que quanto mais for adiado mais difícil será a sua resolução que, aliás, só pode ser uma aumente-se o número de vagas nas faculdades de medicina e aumente-se o número de vagas nas escolas de enfermagem A este propósito, embora que no corrente ano lectivo abriram-se 15 novas vagas nas faculdades de medicina públicas e diminuíram-se 84 vagas nas escolas públicas de enfermagem

Sr Presidente e Srs Deputados Não faz sentido que estejam pendentes para aprovação cursos de enfermagem e que o Governo não os trate com a urgência necessária Não faz sentido que milhares de jovens portugueses, com mérito e dedicação, sejam afastados da sua vocação, só porque o Governo se recusa a abrir mais vagas nos cursos de medicina

Escamotear um problema é grave, ser alertado para ele e recusar-se, mesmo assim, a resolvê-lo, isso roça já a estupidez

*Aplausos do CDS-PP*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Zorrinho

O Sr Carlos Zorrinho (PS) — Sr Presidente, Sr <sup>as</sup> e Srs Deputados Em nome do Grupo Parlamentar do PS, começo por saudar a preocupação manifestada pelo PCP relativa ao aumento de formandos na área da saúde

É uma preocupação que se junta, reforçando-a, à preocupação do Partido Socialista e que dá mais força e legitimidade à acção concreta que tem vindo a ser desenvolvida pelo Governo

O Programa do XIV Governo Constitucional, aprovado nesta Assembleia, é claro ao fazer do aumento do número de profissionais de saúde formados em cada ano uma prioridade absoluta Alguns chamam-lhe paixão, é prioridade, porque é paixão

Assim, para além de afirmar o ensino artístico e o ensino da saúde como inequívocas prioridades para a actual Legislatura, o Governo compromete-se, no seu Programa, «a prosseguir o alargamento da oferta do ensino superior público de qualidade, tendo em vista a eliminação do 'numerus clausus'( )» — coisa que, Sr <sup>a</sup> Deputada Luisa Mesquita, não pode fazer-se por um passe de mágica sem grave prejuízo da qualidade, porque a resposta não pode ser meramente quantitativa — «( ), apostando no aumento da relevância da generalidade dos cursos e na consolidação de uma rede de ensino superior de medicina e de saúde, de enfermagem e de outras tecnologias da saúde»

Trata-se de um objectivo programático ambicioso, que não se implementa nem por qualquer passe de mágica, nem por qualquer plano inopinado de emergência, nem por desejo, Sr Deputado Mota Soares Aliás, a sua intervenção

mostrou este tema tão interessante da ordem do caos, ou seja, de um lado nada funcionava e do outro o mundo idílico que parece que V. Ex.<sup>a</sup>, se tivesse o poder de governar esta área, por um passe de mágica, poria em prática. Mas penso que nenhum de nós, a bem da política nesta área da saúde, deixaria de fazer aquilo que pudesse para dar uma melhor resposta aos cidadãos neste domínio.

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Nem o Zorro!**

**O Orador:** — Pelo contrário, este objectivo programático exige um conjunto articulado e consistente de medidas, fundadas numa avaliação serena e objectiva dos recursos disponíveis e das necessidades a satisfazer.

Foi, aliás, com este objectivo e de acordo com esta metodologia que o Governo, através da Secretaria de Estado do Ensino Superior, solicitou ao Grupo de Missão da Saúde, presidido pelo Prof. Alberto Amaral, a elaboração, em tempo útil para produzir efeitos no próximo ano lectivo, de um relatório independente que avalie as condições humanas e materiais das escolas de saúde para aumentar a sua oferta formativa sem quebra da qualidade dessa oferta.

Convém recordar aqui que o aumento da oferta pública de formação de profissionais de saúde tem vindo a ocorrer de forma sustentada desde que o Governo do PS iniciou funções em 1995.

**A Sr<sup>a</sup> Luísa Mesquita (PCP) — Isso não é verdade!**

**O Orador:** — Embora a realidade concreta das necessidades das populações por satisfazer e as expectativas goradas de potenciais alunos vocacionados para a formação em saúde nos demonstre, claramente, a insuficiência da progressão que foi feita, a verdade é que, entre 1995 e 1998, o número de médicos disponíveis no sistema cresceu 1295 unidades, o número de enfermeiros 2100 e o número de técnicos de diagnóstico e terapêutica 742, configurando um aumento médio da disponibilidade efectiva em recursos humanos superior a 7%.

Por outro lado, um dado mais revelante para este debate é o de que as vagas anuais na licenciatura em medicina cresceram 19%, entre 1996 e 1999, as vagas no curso de enfermagem cresceram 52%, no mesmo período, e ao mesmo tempo foi normalizado o quadro de funcionamento desse subsistema do ensino da saúde, aumentando muito o seu potencial para, no futuro, podermos ter um *numerus clausus* bem mais alargado, tendendo à sua eliminação.

Recordo-se, aliás, aqui, para quem estranhe estes números, que eu também fiquei chocado ao verificar que no ano lectivo de 1987/88, sob gestão do governo presidido por Cavaco Silva, esse número de vagas chegou a ser de apenas 190.

**Vozes do PS: — Já se esqueceram!**

**O Orador:** — com os prejuízos da realidade actual que todos conhecemos e continuaremos a pagar durante

anos, porque os Srs Deputados sabem, tão bem como eu, que abrir uma vaga hoje só produz efeitos daqui a sete ou oito anos.

Reflexos negativos inevitáveis, sobretudo se considerarmos que, no início de 1980, a oferta global mais do que quadruplicava este número limite praticado pelo governo de Cavaco Silva e era — isso preocupava-nos —, no início da década de 80, 25% superior à oferta actual.

A progressão verificada durante o XIII Governo Constitucional foi uma progressão assinalável mas insuficiente. Exige-se agora mais ousadia e mais determinação, mas ousadia e determinação baseadas num diagnóstico sério e em regras claras.

A já anunciada apresentação pelo Governo a esta Assembleia, a curto prazo, da lei-quadro de organização do ensino superior, constitui, a nosso ver, a oportunidade certa para, tendo por suporte o relatório do Grupo de Missão antes referido — e aproveito a oportunidade para dizer à Sr<sup>a</sup> Deputada Luísa Mesquita que temos a garantia do Governo de que ele estará disponível no final de Março —, introduzir as regras necessárias para que se propicie uma maior capacidade de formação em saúde, quer nos estabelecimentos de ensino existentes, quer nos projectados, em particular nas novas escolas criadas pela Resolução n° 140/98, que parece incomodar tanto os Srs Deputados, quando sabemos que ela abre as portas a uma parte substancial da solução deste problema.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Sr Presidente e Srs Deputados, certamente poucos de nós, nesta Câmara, temos hoje dúvidas quanto à premência de aumentar a formação de profissionais de saúde em Portugal, quer pela necessidade de aumentar a qualidade dos serviços prestados, quer pela obrigação de não cortar as vocações que, neste domínio, os nossos jovens manifestam.

Trata-se, no entanto, de um problema excessivamente sério para ser abordado de forma atrabilária e conjuntural.

Exige um conjunto de medidas estruturais, algumas delas já em execução, como bem o exemplifica a criação de novos estabelecimentos de ensino, e outras em fase de diagnóstico, como serve de exemplo a avaliação das capacidades instaladas e não aproveitadas.

Por tudo o que aqui afirmámos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se à recomendação no sentido de que o Governo continue a dar particular atenção a este problema. Não propomos um plano de emergência, mas, antes, a continuação de um plano de intervenção, plano que reconhecemos ser urgente e consistente, que permite resolver um problema que é, hoje, sentido por toda a sociedade portuguesa, pelos utentes do sistema de saúde, pelos seus profissionais e por aqueles que ambicionam sé-lo. Trata-se de um programa que deve mobilizar não só o Governo, como todos os agentes que, directa ou indirectamente, possam contribuir para a sua rápida solução.

Esperamos, por isso, que todos os Srs Deputados, e em particular os Deputados do grupo parlamentar

proponente, que volto a saudar, estejam à altura de dar a esta resolução a dimensão de consensualidade que a dignidade e a pertinência do tema exigem

#### *Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Este é o debate mais importante que travamos hoje. Ele não tem, porventura, a consequência dos 375 milhões da Ota, mas não tem mais, nem tem menos, porque, pura e simplesmente, não se pode medir a saúde é, como todos bem sabemos, um custo que não tem preço.

É o debate mais consequente que travamos hoje, porque se porventura de uma vontade maioritária desta Câmara começar a emergir um conjunto de deliberações que, no Governo ou no Parlamento, permitam atalhar os problemas fundamentais que aqui discutimos, o debate está bem entregue e está bem encaminhado. Por isso, queria limitar-me a fazer uma reflexão e uma declaração.

A reflexão consiste em dizer que, em relação ao debate anterior, este nos suscita um acréscimo e algum esclarecimento. O debate anterior morreu antes de ter começado, porque se formou uma maioria que lhe deu destino e porque, nas vicissitudes da dissidência acerca do Direito Público Administrativo, nada ou pouco restou da discussão que tivemos. Mas houve, como se reparou, algum consenso interpretado, com tonalidades muito diversas, entre as várias bancadas, sobre um *deficit* profundo na descentralização e na administração pública e territorial do País.

Este debate é, porventura, uma das formas mais efectivas de começar a responder a esse *deficit*, porque no dia em que tivermos um serviço de saúde capacitado com o número de profissionais (enfermeiros e médicos) preparados, disponibilizados e distribuídos de uma forma igualitária ao nível do País, grande parte dos problemas mais sentidos pelas populações começam a ser resolvidos, justamente no que diz respeito ao problema da descentralização e ao problema do acesso aos cuidados primários e aos cuidados essenciais de saúde.

É por isso, creio, que qualquer iniciativa como esta, meritoriamente aqui apresentada, que pretenda alterar o princípio de um único monopólio da exclusividade da restrição da formação de médicos e de enfermeiros a uma casta relativamente reduzida, deve ser saudada e apoiada. Qualquer princípio de alteração a este respeito, como poderia ser introduzido pelo aumento do número de formandos, como é proposto neste projecto de resolução, é um bom princípio e é um bom caminho nesse sentido.

Terminaria, Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados, dizendo que, naturalmente, apoiamos e saudamos esta iniciativa, saudando também o consenso maioritário ou unânime que parece começar a esboçar-se. Possa ele traduzir-se em medidas que sejam determinadas e determinantes de tal modo que, no próximo ano lectivo, já possamos passar das intenções aos actos e possamos, também nesta Câmara, verificar que das intenções aos actos passámos!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Finalmente, para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr Presidente, Srs Deputados Gostaria de dizer que me parece que o projecto de resolução que está em discussão é de extrema importância. Não estamos a falar de coisas abstractas, estamos a falar de uma questão concreta, de uma questão que afecta a vida das pessoas. Porque, em última análise, se se fala da saúde, esta tem como finalidade última o bem-estar das pessoas, a prevenção da doença e a criação de condições para que o seu direito à saúde não seja um direito constitucional esvaziado de conteúdo mas sim, uma realidade que possa ser vivida, o que, manifestamente, não acontece no nosso país.

Julgo que o problema dos formandos nesta área, a enorme ausência de profissionais que hoje existe e o desconhecimento que continua a existir sobre a realidade dos profissionais (porque não há um recenseamento e uma caracterização actualizada, não há um pleno aproveitamento, não estão, tão-pouco, neste momento, criadas condições do ponto de vista profissional que favoreçam o seu envolvimento noutros moldes nas estruturas existentes), é, seguramente, um problema de extrema importância, tal como é um problema de extrema importância o número extremamente elevado de pessoas que gostariam de dedicar a sua vida profissional futura à saúde, nomeadamente como médicos, e que são impedidos de tal, porque há um obstáculo, uma barreira, intransponível que se tem a manter.

O problema para nós não é só, como é natural, o problema de cidadãos de outros países que vêm trabalhar para Portugal, é sobretudo o problema daqueles que são impedidos do exercício de uma profissão que exige determinadas características (e quem a quer abraçar só o faz porque, seguramente, a deseja), e, em última análise, o dos portugueses que são privados de cuidados médicos humanizados e de condições que deveriam ter nas unidades a que têm de recorrer.

Parece-nos, portanto, que não se pode falar abstractamente de qualquer mudança na saúde se se não encarar de frente o problema do aumento significativo do número daqueles que hoje estão nos serviços médicos, quer sejam os enfermeiros, quer sejam os médicos, quer sejam aqueles que em novas áreas também hoje requerem formação e que são fundamentais para dar corpo a qualquer mudança que se faça na saúde, que é, necessariamente, uma mudança urgente, que importa não continuar a adiar.

Além do mais, parece-me que estamos com um problema cuja gravidade é tamanha que corremos o risco de ter um hiato geracional e um momento de ruptura total pela inexistência de profissionais de saúde a médio prazo neste sector.

A recomendação que este projecto de resolução encerra e o debate que ele propiciou são, seguramente, de extrema importância e é algo que o Governo tem de ter não como mais uma recomendação mas como um código de conduta e uma orientação que devem, a curto prazo, integrar a sua intervenção política.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, como não há mais pedidos de palavra, declaro encerrado o debate do projecto de resolução n.º 12/VIII. A sua votação será feita na próxima semana, nos termos regimentais.

A próxima sessão realizar-se-á amanhã, sexta-feira, às 10 horas, e da ordem de trabalhos constam perguntas ao Governo.

Srs Deputados, declaro encerrada a sessão

*Eram 21 horas e 10 minutos*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados*

**Partido Social Democrata (PSD)**

Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

*Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Filipe Mesquita Vital

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego

Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

**Partido Comunista Português (PCP)**

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 640\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa